

**COVID-19** Efeitos devem valer até 31/12, com consequente dispensa dos resultados fiscais e limitação de empenho prevista

## ESTADO SOLICITA DECLARAÇÃO DE CALAMIDADE PÚBLICA POR PANDEMIA

DA REDAÇÃO E MÁRCIO WALTER MACHADO\*

O governador Rui Costa (PT) enviou à Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA), ontem, um pedido de declaração do estado de calamidade pública por causa da pandemia do coronavírus. De acordo com o documento, os efeitos do estado devem valer até 31 de dezembro deste ano, com a consequente dispensa dos resultados fiscais e limitação de empenho prevista, bem como suspensão da contagem de prazos.

No projeto, que deverá ser publicado no Diário Oficial da AL-BA de hoje, o governador justifica o pedido levando em consideração o cenário atual em que se encontra o estado. "Diante do quadro de pandemia, dos reflexos sociais, econômicos e de saúde pública, e ainda da necessidade de atuação dos poderes do estado da Bahia para proteção de todos os baianos, venho solicitar a vossas excelências o reconhecimento e declaração do estado de calamidade pública".

Ainda na mensagem, o governador da Bahia alertou para os impactos econômicos. "Vão muito além da questão de saúde pública, afetando, diretamente, a economia como um todo, com redução

das atividades de produção, transporte, consumo e serviço. A expectativa é que haja uma redução de até 2% no Produto Interno Bruto mundial em 2020".

No caso da Bahia, cuja principal fonte de receita é o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviço de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), estima-se que a queda geral na receita será de aproximadamente R\$ 1,5 bilhão até dezembro de 2020.

### Encontro

Em reunião a portas fechadas na Governadoria, na manhã de ontem, o governador Rui Costa com o prefeito ACM Neto (DEM-BA) e os secretários de Saúde do estado, Fábio Vilas-Boas, e do município, Léo Prates, dis-



Governador Rui Costa enviou pedido ontem

Adilton Venegoniles / Ag. A TARDE

cutiram os novos planos para o combate.

Embora não tenham divulgado os planos e estratégias definidos no encontro, os gestores disseram estar unidos na luta contra a doença que até as 17h de ontem, segundo divulgou a Secretaria de Saúde do Estado (Sesab), registrou 1.311 casos suspeitos, sendo 34 deles confirmados e 744 aguardando análise.

O governador Rui Costa disse em suas redes sociais que "neste momento de luta não interessam diferenças políticas" e afirmou que em breve anunciaria as medidas. Já o prefeito ACM Neto garantiu, também por redes sociais, que os governos estadual e municipal irão "somar forças, trabalhar coletivamente para superarmos este momento tão delicado".

As medidas já divulgadas em vigor desde a quarta-feira passada são a suspensão das aulas em instituições de ensino e academia, fechamento das rodoviárias de Salvador, Feira de Santana, Porto Seguro, Bom Despacho e Prado e a redução dos horários de lanchas para Morro de São Paulo. Hoje, entra em vigor o decreto de fechamento de praias, clubes sociais, recreativos, além de shoppings centers e centros comerciais na capital e algumas cidades do

interior, assim como o Elevador Lacerda e o Mercado Modelo.

De acordo com a Sesab, do total das confirmações para a Covid-19, 18 estão em Salvador, quatro em Porto Seguro, um em Prado, três em Lauro de Freitas, seis em Feira de Santana, um em Itabuna e um em Camaçari. No dia 19, o órgão anunciou o registro de três casos com transmissão comunitária (quando não se consegue identificar a origem da infecção). Os três novos divulgados, ontem, são importados e os pacientes seguem em isolamento domiciliar.

O governador Rui Costa também reuniu-se, ontem, por videoconferência, com os nove governadores do Nordeste. "Compartilhamos as medidas adotadas e decidimos as que começam a partir de agora como o documento que aprovamos pe-

dindo ao governo federal a suspensão dos cortes do Bolsa Família que são 96 mil no Nordeste", disse Rui, além do pedido dos governadores brasileiros para encontrar os ministros da Economia e da Saúde.

### **Cestas básicas**

O secretário municipal da Educação, Bruno Barral, reafirmou o compromisso de entregar 143 mil cestas básicas aos estudantes da rede e creches conveniadas a partir da próxima segunda-feira seguindo cronograma divulgado no site da Secretaria Municipal de Educação (Smed).

Os primeiros serão os alunos da educação integral. A primeira fase ocorre entre os dias 23 e 27 de março. A seguir, mais 189 escolas serão contempladas entre 30 março a 3 de abril, e outras 126 entre 6 e 10 de abril. Os pais e responsáveis devem entrar em contato com as escolas para confirmar o horário de entrega das cestas. "Sobre o calendário letivo, ainda não temos algo definitivo já que não sabemos quanto tempo vamos ficar com as atividades suspensas", disse o gestor.

**\*SOB A SUPERVISÃO  
DA EDITORA MEIRE OLIVEIRA**

## Grupo Business Bahia apresenta propostas contra a crise

### DA REDAÇÃO

O Grupo Business Bahia, que reúne mais de 250 gestores baianos, apresentou diversas propostas para reduzir os impactos econômicos da crise do novo coronavírus.

Entre as medidas propostas pelo grupo, liderado pelo empresário Carlos Falcão, estão o adiamento das eleições municipais por pelo menos seis meses, com a prorrogação dos atuais mandatos, e o uso de 100% dos recursos do Fundo Partidário para o combate ao coronavírus e assistência aos desempregados.

O grupo também quer limitar a taxa Selic para cobrança de juros em cheque especial, empréstimo pessoal, cartão de crédito e financiamentos pelo prazo de 120 dias; a adoção de linhas de crédito emergenciais na Desenhahia e Banco do Nordeste para micro e pequenas empresas no limite da taxa Selic; e a redução em 70% dos encargos sociais sobre a folha de pagamento das empresas que não demitirem nos próximos 90 dias.

Outras propostas são o adiamento de quatro meses para as contas de água e energia; a suspensão da cobrança do ICMS antecipado

até 31 de dezembro; a isenção de todos os impostos sobre os itens da cesta básica; redução da carga horária e salários de todos os funcionários públicos dos três Poderes, exceto aqueles envolvidos no combate à doença; e a prorrogação por 90 dias do prazo para apresentar declarações do Imposto de Renda, entre outras.

## Grupo Business Bahia propõe medidas para reduzir efeitos da Covid-19

**NEGÓCIOS** Empresários do estado que integram o Grupo Business Bahia discutiram neste final de semana, em uma reunião online, ações para conter os impactos do novo coronavírus nos negócios. Da reunião, saiu um documento que pede ações mais efetivas do poder público para garantir empregos e apoiar a produção das empresas.

Entre as 12 propostas, estão a disponibilidade de linhas de crédito e também a redução de impostos, como destaca o líder fundador do grupo e sócio da Winners Engenharia, Carlos Falcão. Isenção de impostos sobre itens da cesta básica e redução da pauta na cobrança de ICMS sobre combustíveis também estão entre os pedidos.

“Entendemos que é importante uma união de todos e parabenizamos também todas as ações que estão sendo feitas tanto pela prefeitura de Salvador quanto pelo governo do estado. Mas o setor empresarial também precisa de medidas que nos ajudem a minimizar os impactos econômicos do coronavírus”, disse Carlos Falcão.

O documento pede ainda a prorrogação dos mandatos e transferência das eleições municipais e mais a redução de 70% dos encargos sociais das folhas de pagamento de empresas que não demitirem nos próximos 90 dias.

“Não basta sobreviver à pandemia, mas também temos que pensar no que vem depois e isso não será feito com nossas empresas quebradas. Não conseguiremos manter os empregos sem apoio do poder público”, completa Falcão.

O Business Bahia reúne gestores baianos de setores como economia e finanças; atacado e varejo; construção civil e imobiliário; advocacia; RH; educação; indústria, publicidade e Marketing; infraestrutura e mineração, turismo e hotelaria, tributário e contabilidade; saúde, TI e gastronomia.



## GOVERNADOR PEDE AJUDA À CHINA

**PANDEMIA** Em carta aberta ao embaixador da China no Brasil, o governador da Bahia, Rui Costa, solicitou, nesta sexta (20), auxílio do país asiático para lidar com a pandemia de coronavírus na Bahia. Em seu Twitter, Costa publicou o documento em que pede apoio ao embaixa-

dor Yang Wanming para que a China envie materiais médicos, insumos e equipamentos para a Bahia e os outros oito estados nordestinos. Presidente do Consórcio Nordeste, Rui classificou o surto como a maior crise sanitária dos tempos modernos.

# Tribuna

## Medidas do Governo dão combate ao coronavírus

Rui Costa solicitou à Assembleia Legislativa da Bahia (Alba) declaração do estado de calamidade pública, com efeitos até 31 de dezembro

**P**edido de calamidade pública e redução de despesas

- Rui Costa encaminhou mensagem à Assembleia Legislativa da Bahia (Alba), nesta sexta-feira (20), solicitando declaração do estado de calamidade pública, com efeitos até 31 de dezembro de 2020. Já no Diário Oficial do Estado deste sábado (21) será publicado novo decreto do governador Rui Costa que estabelece diretrizes para contenção de despesas e pessoal no estado da Bahia.

### Medidas do Consórcio Nordeste

- Os nove governadores do Consórcio Nordeste buscam soluções conjuntas visando o enfrentamento e controle da pandemia do coronavírus. Os governadores aprovaram um documento que será encaminhado ao Governo Federal questionando e pedindo imediata suspensão dos cortes do programa federal Bolsa Família. Os gestores nordestinos vão fortalecer o pedido dos 27 governadores do Brasil para reunirem, pelo menos, com dois ministros de estado, especificamente os da pasta de saúde, Luiz Mandetta, e de economia, Paulo Guedes, para que os estados possam adotar as medidas cabíveis diante da crise agravada pela pandemia

### Centro de treinamento do Bahia

- O Esporte Clube Bahia cedeu ao Governo do Estado o antigo centro de treinamento do time, o Fazendão, para o tratamento de pacientes que não precisam de tratamentos complexos. Assim, as unidades hospitalares estaduais vão ampliar a capacidade de atendimento a pessoas com o novo coronavírus. A equipe

técnica da Sesab fez uma inspeção nesta quinta-feira (19) e aprovou o local.

### Suspensão de eventos com mais de 50 pessoas

Ficam suspensos por 30 dias, a partir de quinta-feira (19), em todos os municípios baianos:

- os eventos e atividades com a presença de público superior a 50 pessoas, ainda que previamente autorizados, que envolvem aglomeração de pessoas, tais como: eventos desportivos, religiosos, shows, feiras, circo, eventos científicos, passeatas e afins, bem como aulas em academias de dança e ginástica;
- a abertura e funcionamento de zoológicos, museus, teatros e afins.
- os jogos de campeonatos de futebol, profissionais e não profissionais, deverão ocorrer sem a participação de público ou torcida.

### Situação de emergência

- Decreto publicado no Diário Oficial do Estado (DOE), na quinta-feira (19), declara situação de emergência em todo o território baiano. Conforme a publicação, "a situação demanda a situação urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença".

### Mobilização de órgãos estaduais

- Fica autorizada a mobilização de todos os órgãos estaduais, no âmbito de suas competências, para empregar esforços no intuito de apoiar as ações de resposta ao desastre, reabilitação do cenário e reconstrução.

### Alteração no funcionamento da Rede SAC

- A partir de segunda-feira

### RUI COSTA

Todos os órgãos estaduais vão empregar esforços no intuito de acelerar o combate ao vírus



ra (23), serão suspensos os atendimentos presenciais do SAC em Salvador, Feira de Santana, Prado, Porto Seguro, Lauro de Freitas, Simões Filho, Itabuna e Ilhéus.

- Nas demais unidades no interior do estado, o atendimento deve ser agendado através do SAC Digital.

### Embasa

- Está suspenso o atendimento presencial nas lojas de Salvador, Feira de Santana, Prado, Porto Seguro, Lauro de Freitas e Simões Filho a partir de segunda-feira (23). Nos outros municípios de atuação da Embasa, os clientes devem procurar os pontos de atendimento presencial somente para solicitar os serviços inadiáveis de nova ligação de água, transferência de titularidade e parcelamento de débitos. Demais serviços podem ser solicitados pelo 0800 0555 195, pela Agência Virtual no site da Emba-

sa ou pelo App de celular.

### Detran-BA

- Fica suspensa a realização de provas teóricas e práticas para candidatos à primeira habilitação. A suspensão, que começa a partir desta quinta-feira (19), segue por 15 dias, sendo prorrogável pelo menos período. A medida cumpre a determinação do decreto estadual 19.529/2020, que trata das ações de prevenção ao novo coronavírus (Covid-19).

- Os serviços do Departamento Estadual de Trânsito (Detran-BA) serão suspensos, a partir da próxima segunda-feira (23), em Salvador, Lauro de Freitas, Simões Filho, Feira de Santana, Prado e Porto Seguro, por tempo indeterminado. A suspensão acarretará na prorrogação do prazo de comunicação de venda e transferência de propriedade do veículo, que era de 30 dias, para a data em que atendi-

mento voltar à normalidade. As autoescolas e clínicas credenciadas ao órgão que funcionam nos seis municípios também deixarão de atender.

### Suspensão de voos da Bahia para RJ e SP

- O governador Rui Costa anunciou, na quarta-feira (18), que vai solicitar às agências nacionais de Aviação Civil (Anac) e de Vigilância Sanitária (Anvisa) a suspensão, em caráter emergencial, de voos saindo ou chegando de aeroportos baianos para o exterior e para cidades brasileiras com casos de contaminação comunitária, como Rio de Janeiro e São Paulo.

### Transporte/Rodoviárias

- Ficam suspensas por 10 dias, a partir de 1h de sexta-feira (20), a circulação e a saída, e, a partir de 9h de sexta-feira (20), a chegada:
  - de qualquer transporte intermunicipal rodoviário e

hidroviário, nas modalidades regular, fretamento, complementar, alternativo e de vans, nos municípios de Salvador, Feira de Santana, Porto Seguro, Prado, Lauro de Freitas, Simões Filho, Vera Cruz e Itaparica.

- de ônibus interestaduais no território baiano

- Ficam suspensos os serviços de transporte intermunicipal na cidade de Camaçari. A medida passa a valer a partir da 0h deste sábado (21), para a saída de ônibus da cidade, com horário limitado até as 9h do sábado para a chegada de veículos. A Resolução Agerba nº 15/2020 proíbe a circulação de qualquer transporte coletivo intermunicipal, público e privado, rodoviário e hidroviário, nas modalidades regular, fretamento, complementar, alternativo e de vans.

- Ficam suspensas por 10 dias, a partir de sexta-feira (20), as travessias marítimas diárias entre Salvador x Morro de São Paulo, Salvador x Barra Grande e Salvador x Madre de Deus, e vice-versa.

- Os sistemas de travessias por lancha, para Vera Cruz, e via ferry boat, para Itaparica, passam a operar, a partir de sexta-feira (20), em horários reduzidos. Fica determinada a redução em 30% da quantidade total de passageiros nas embarcações do sistema hidroviário, com o intuito de evitar aglomeração de pessoas e eventuais contágios. Aos finais de semana e feriados, as operações das travessias para as ilhas ficam completamente suspensas. Outra medida inserida na Resolução Agerba nº 14/2020 é a proibição de transporte hidroviário para fins de turismo nos terminais náuticos do Estado da Bahia.

## Suspensão de recadastramento de servidores inativos e pensionistas

- O Decreto nº 19.529/2020 suspende, no âmbito do Estado da Bahia, o recadastramento de servidores aposentados e pensionistas que fazem aniversário nos meses de março, abril e maio.

### Barreiras nas estradas e aeroportos

- Ficou estabelecida a medição da temperatura das pessoas que chegam ao estado da Bahia pelos aeroportos, rodoviárias de Salvador e de Feira de Santana, e rodovias federais que dão acesso, principalmente, aos passageiros que vêm de São Paulo e Rio de Janeiro. Serão instalados postos avançados na BR-116, BR-101 e na BR-242, que ligam a Bahia ao centro-oeste do país. Caminhões e ônibus serão parados para que a

medição da temperatura dos passageiros seja realizada. Aqueles que apresentarem temperatura elevada ou febre não terão a entrada permitida no estado, exceto se forem baianos, recebendo orientações específicas.

### Outras ações

- Está suspenso o atracamento de cruzeiros e outras embarcações de passageiros de grande porte na Bahia a partir de terça-feira (17).

- Policiais da reserva poderão ser convocados para fiscalização das medidas restritivas definidas pelo Governo do Estado.

### Trabalho remoto

- O Decreto nº 19.528/2020 institui o trabalho remoto para aqueles servidores do Poder Executivo que compõe

grupos de risco, enquanto durar o estado de emergência em saúde por causa do coronavírus. O decreto autoriza que trabalhem em casa, utilizando sistemas corporativos do Estado, servidores que tenham 60 anos ou mais, aqueles com histórico de doenças respiratórias ou crônicas, grávidas e os que utilizam medicamentos imunossuppressores.

### Viagens suspensas

- O Decreto nº 19.529/2020 suspende as viagens de servidores estaduais a serviço do Governo da Bahia para o exterior ou deslocamento no território nacional para áreas que apresentem evidências de infecção comunitária.

### Isolamento domiciliar

- O Decreto nº 19.529/2020 estabelece que os

servidores estaduais que porventura forem expostos ao coronavírus deverão comunicar imediatamente à Secretaria da Saúde (Sesab) e permanecer em isolamento domiciliar por 14 dias, mesmo que não apresente qualquer sintoma. Essa conduta vale para os servidores que tiverem contato com pessoas contaminadas pela Covid-19, para aqueles que estiverem em locais com transmissão da doença ou ainda para quem retornar do exterior.

### Diagnóstico de casos da doença

- A Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (Sesab) adquiriu um painel que testa os 21 principais vírus respiratórios no Laboratório Central de Saúde Pública

(Lacen-BA).

- A capacidade atual é de 300 diagnósticos por dia.

- O Laboratório Central de Saúde Pública (Lacen-BA) passou a funcionar 24 horas por dia, inclusive aos finais de semana.

- A Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (Sesab) adquiriu o genoma viral do Covid-19 nos Estados Unidos e passou a realizar os testes no estado, sem a necessidade de contraprova no laboratório de referência nacional, que é a Fiocruz no Rio de Janeiro.

### Assistência

- Total de 570 leitos de UTI em 20 regiões de saúde, que poderão receber pacientes por demanda espontânea ou por demanda regulada.

- Total de 1.723 leitos

clínicos em 20 regiões de saúde, que poderão receber pacientes por demanda espontânea ou por demanda regulada.

- A fim de ampliar as medidas de prevenção contra infecções virais como o novo coronavírus, H1N1, H3N2 e Influenza B, as autoridades sanitárias municipais e estadual vem sensibilizando a sociedade sobre a importância da higiene regular das mãos e ratificando a necessidade de cumprimento da Legislação Estadual nº 13.706/2017, que determina a disponibilização de dispensadores de álcool em gel por parte de estabelecimentos comerciais que prestam serviços diretamente à população.

Atualizado às 18h55 do dia 20 de março de 2020

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política
Data: 23/03/2020	Página: --

# Tribuna

## “Não acredito em colapso do sistema de saúde da Bahia”

Fábio Vilas-Boas não acredita que o sistema de saúde da Bahia entrará em colapso por conta do coronavírus

Tribuna da Bahia, Salvador

23/03/2020 09:10 | Atualizado há 1 hora e 26 minutos



Foto: Reprodução

Por: Rodrigo Daniel Silva e Henrique Brinco - Repórteres - Guilherme Reis - Editor de Política e Paulo Roberto Sampaio - Diretor de Redação

Embora o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, tenha dito que o sistema de saúde do país entrará em colapso em abril por causa do surto de coronavírus, o secretário de estadual de Saúde, Fábio Vilas-Boas, não acredita que a situação acontecerá na Bahia. “Eu não acredito (em colapso no estado). Nós nos preparamos com muita antecedência. Tem 60 dias que estou trabalhando nisso. (...) Nós já temos todos os hospitais mapeados para absorver a próxima onda de internação. Estamos preparando outros hospitais para absorver eventuais necessidades”, declarou, em entrevista à **Tribuna**. Fábio Vilas-Boas disse, ainda, que o governo da Bahia se preparou para o “pior cenário”, mas torce para que não aconteça. Também que informou que pacientes com coronavírus, que estejam no interior, serão transferidos para Salvador. “Nós queremos fazer com que esses pacientes não contaminem outros hospitais e outros profissionais de saúde”, pontuou. O secretário negou rumores de que há subnotificação no estado. À Tribuna, o secretário anunciou ainda que remédios, que podem ajudar a tratar pessoas com a doença, serão testados na Bahia. O titular da Sesab criticou a postura do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) durante a crise e afirmou não acreditar que as eleições municipais serão suspensas.

### **Tribuna – Como o senhor avalia a disseminação do coronavírus na Bahia?**

**Fábio Vilas-Boas** – Nós estamos com uma curva de crescimento dentro do previsto. Nós temos um coeficiente de aumento de 33% dos casos por dia em média. Isso é dentro do previsto. Acredito que com os esforços que iniciamos mais intensos a partir da semana passada e, principalmente, nos últimos dias, nós iremos conseguir reduzir, achatar, a velocidade de crescimento.

### **Tribuna – A Itália sofre mais hoje do que a China, onde começou a doença. O senhor acha que o Brasil será mais ou menos afetado do que a Europa?**

**Fábio Vilas-Boas** –É chute. É uma avaliação que é baseada apenas em expectativas, algumas variáveis, hipóteses não consolidadas. Há várias variáveis que nos diferenciam da Europa e da China. Nosso clima é mais quente. A população é mais dispersa. Mas, por outro lado, onde existe concentração urbana, que é o caso de São Paulo, Rio de Janeiro, o sistema de transporte é muito ruim. As pessoas ficam próximas umas das outras. Há uma grande concentração de verticalização de edificações nos centros urbanos. Isso tudo fala contra. Se fizer uma matriz de análise, as ameaças para o Brasil seriam essas. E as forças seriam: o clima tropical. Acredite-se que isso contribua para a diminuição da transmissão.

### **Tribuna – Há um prazo para haver o controle da disseminação da doença?**

**Fábio Vilas-Boas** – A gente espera que dentro de 60 dias já se consiga enxergar uma inflexão negativa. Ou seja, a curva vai começar a cair.

**Tribuna** – **Muitos equipamentos estão sendo disponibilizados para o atendimento de casos de coronavírus. Entre eles, estão o Hospital Espanhol, o Fazendão e o Centro de Convenções. O governo trabalha com a piora do atual cenário?**

**Fábio Vilas-Boas** – Não. A gente trabalha com o pior cenário possível. Não com a piora. A gente se prepara para o pior e torce para que aconteça o melhor.

**Tribuna** – **Além dos citados, o governo prepara novos equipamentos para atender pacientes com coronavírus?**

**Fábio Vilas-Boas** – Nós estamos trabalhando para antecipar a entrega do Hospital Metropolitano e do Hospital Clériston Andrade em Feira de Santana. A gente pode conseguir o Clériston no dia 30 de maio, e o Metropolitano também em meados de maio. Um pouco antes do Clériston.

**Tribuna** – **Há risco de um colapso de sistema de saúde da Bahia?**

**Fábio Vilas-Boas** – Eu não acredito. Nós nos preparamos com muita antecedência. Tem 60 dias que estou trabalhando nisso. Garantimos o funcionamento do Laboratório Central (de Saúde Pública – Lacen). Nosso Laboratório Central é hoje o mais produtivo do Brasil. Isso está permitindo análise com liberação de resultados dentro de 24 horas enquanto outros estados demoram cinco, sete dias. Outros nem sequer conseguem fazer a análises nos seus laboratórios centrais. Preparamos um plano de continência hospitalar para preparar a chegada de casos. Vale ressaltar que hoje (sexta-feira – dia 20) não temos nenhum paciente com coronavírus internado na rede pública. E nós já temos todos os hospitais mapeados para absorver a próxima onda de internação. Estamos preparando outros hospitais para absorver eventuais necessidades mesmo que não venham a ser afetadas.

**Tribuna** – **A Justiça autorizou, na semana passada, que o governo use temporariamente o Hospital Espanhol para atender casos de coronavírus. Em quanto tempo a unidade de saúde estará funcionando?**

**Fábio Vilas-Boas** – A gente tem a expectativa de que dentro de 30 dias consiga colocar o hospital para funcionar. Mas, antes disso, nós temos vários leitos da rede pública preparados para fazer frente a essa necessidade. O hospital tem alguns problemas na área de infiltração. É um problema simples. De modo geral, o hospital está muito bem conservado. O maior problema para a gente resolver é o sistema de ar-condicionado nas UTIs, mas já estamos providenciando.

**Tribuna** – **O que levou o governo da Bahia a antecipar a compra de respiradores?**

**Fábio Vilas-Boas** – Porque nós temos que nos preparar para o pior cenário possível. Nós temos que ampliar a rede. Nenhum estado tem respiradores de reserva, guardados, como a Bahia. Nós temos em estoque 150 respiradores e estamos adquirindo 400.

**Tribuna** – **O governo informou que já há casos de transmissão comunitária do coronavírus na Bahia. Que medidas devem ser adotadas agora para evitar ainda mais a disseminação da doença?**

**Fábio Vilas-Boas** – Nós temos caso de transmissão comunitária em Salvador. É restrito a Salvador. Não é no estado da Bahia. O que se fez foi ampliar para o estado inteiro as regras de quantidade de pessoas nos eventos. Estamos acertando o cerco na entrada de voos e ônibus vindos do estado de São Paulo. E reforçando, com apoio da imprensa, a recomendação para que as pessoas evitem deslocamento, principalmente, no transporte urbano coletivo para evitar o contato umas com as outras. O conceito de distanciamento social tem que ser reforçado.

**Tribuna** – **O que falar diante das especulações de que casos estariam sendo subnotificados na Bahia?**

**Fábio Vilas-Boas** – Não sei de onde existiu essa especulação. Todos os casos são submetidos à confirmação dentro da Lacen. Se tem um caso positivo no Hospital Aliança, um laboratório privado, tem que mandar para o Lacen. O Lacen recebe entre 100 e 150 exames todos os dias por turno. E os resultados positivos são publicados. Não existe essa história de subnotificação. Nós somos um dos poucos estados, talvez, o único, que está conseguindo fazer o processamento de amostra e soltar o resultado em 24 horas.



### **Tribuna – Fechar as fronteiras é uma medida necessária mesmo?**

**Fábio Vilas-Boas** – Sem dúvida. Fechar as fronteiras estaduais e as fronteiras nacionais. As fronteiras estaduais para proteger estados de outros estados que possuem uma quantidade maior de caso. Isso é fundamental.

### **Tribuna – Com caso de transmissão comunitária, a Bahia deixará de fazer teste do coronavírus?**

**Fábio Vilas-Boas** – Não. Pelo contrário, nós continuamos a fazer o teste. Inclusive, ampliar, porque a Bahia é muito grande. Da mesma que forma que tem transmissão comunitária em Salvador, temos municípios que não têm caso nenhum. Nós temos que trabalhar com o conceito de regiões de saúde e manter essas regiões bloqueadas. Quanto mais a gente conseguir preservar cada uma das 28 regiões mais a gente vai conseguir diminuir a velocidade e progressão da curva.

### **Tribuna – O governo tem uma estimativa de quantas pessoas serão infectadas na Bahia?**

**Fábio Vilas-Boas** – Isso não existe. Ainda é muito cedo para fazer essa projeção. As curvas de crescimento estão começando a ter algum grau de consolidação agora. A gente não sabe como isso vai caminhar. A gente está se preparando para ter, ao longo dos meses, algumas centenas de casos na Bahia. Mas não é simultâneo. Na medida em que vai curando uma parte, outra parte vai ficando doente. O esforço nosso está no sentido de diluir a quantidade de pessoas (doentes) ao longo de meses.

### **Tribuna – Há casos de pessoas que tiveram a doença mais de uma vez?**

**Fábio Vilas-Boas** – Até o momento, isso não se sabe no mundo, porque é a primeira vez que tem esse vírus. Mas não faz sentido. A expectativa é que se tenha imunidade para sempre.

### **Tribuna – Por que o coronavírus ganhou essa proporção tão grande?**

**Fábio Vilas-Boas** – Porque essa gripe não tem vacina. Esse é um vírus novo. O H1N1 quando entrou foi a mesma coisa. Causou muitas mortes e ainda causa porque as pessoas não estão se vacinando.

### **Tribuna – As pessoas que forem infectadas no interior serão tratadas no local ou haverá a necessidade de serem transferidas para Salvador?**

**Fábio Vilas-Boas** – A expectativa é que essas pessoas todas sejam trazidas para Salvador para que a gente possa concentrá-los no Hospital Couto Maia e nos outros hospitais. Nós queremos fazer com que esses pacientes não contaminem outros hospitais e outros profissionais de Saúde. Nós temos uma maior e mais moderno hospital de doenças infectocontagiosas do país (o Couto Maia).

### **Tribuna – Quantas pacientes podem ser transferidas do interior para Salvador?**

**Fábio Vilas-Boas** – Também não sabemos. O interior tem muito menos casos do que Salvador. O mais lógico é que Salvador seja a cidade mais afetada pela concentração urbana, pelo tipo de transporte público, com ônibus e metrô sempre cheios. No interior, não tem isso. A probabilidade das pessoas entrarem em contato físico com outras é muito menor no interior. Vale a pena até dizer que, se as pessoas puderam se manter no interior junto com parentes, fique no interior.

### **Tribuna – Os detentos vão precisar ser soltos para evitar a disseminação da doença nos presídios?**

**Fábio Vilas-Boas** – Nós fizemos reuniões com os secretários de Administração Penitenciária e de Segurança para delinear um plano para atuar nos presídios e delegacias que possuem prisões temporárias. Isso (de soltar presos) está sendo avaliando. Os presos que estão em regime semiaberto está sendo avaliada a possibilidade de eles dormirem em casa, porque hoje eles dormem no presídio. Isso está sendo avaliado, mas ainda não houve uma conclusão por parte da Secretaria de Administração Penitenciária.

### **Tribuna – Como está o diálogo como o Ministério da Saúde?**

**Fábio Vilas-Boas** – O Ministério tem adotado as medidas corretas. O secretário de Vigilância da Saúde, Wanderson (de Oliveira), é uma pessoa altamente qualificada. E nós temos apoiado o ministério mesmo eventualmente divergindo de uma ou outra posição. Mas, de modo geral, os secretários têm dado todo o apoio e suporte.

**Tribuna – A realidade pode estar sendo mascarada pelo governo federal para evitar uma maior comoção nacional?**

**Fábio Vilas-Boas** – Eu acho que não. A situação é essa mesmo.

**Tribuna – Como o senhor observa a postura do presidente Jair Bolsonaro de minimizar o surto do coronavírus?**

**Fábio Vilas-Boas** – Acho uma atitude irresponsável. Absolutamente irresponsável. A gente tem claramente um quadro de uma epidemia se alastrando pelo Brasil. O presidente, de forma irresponsável, expôs as pessoas próximas ao Palácio do Planalto (no dia da manifestação pró-governo e anti-Congresso). Até aquele momento, ele não sabia que o exame dele (para coronavírus) era negativo. Se fosse positivo, podia ter passado para outras pessoas. Eu lamento que o Brasil neste momento esteja acéfalo, sem um líder, entregue a uma situação grave em que de repente nós podemos entrar numa situação de colapso das instituições pela falta de uma liderança nacional.

**Tribuna – O senhor acha que será necessária a suspensão das eleições?**

**Fábio Vilas-Boas** – Eu acho que não. As eleições estão muito longe. Lá pelo mês de junho (o número de casos) já estará entrando em declínio. Isso tudo deverá demorar cinco meses considerando que começou em fevereiro. Julho já deve estar no fim.

**Tribuna – Como o senhor tem visto as notícias de que já há remédios contra o coronavírus?**

**Fábio Vilas-Boas** – São muito alvissareiras. São auspiciosas. São notícias que nos animam e nos alegram. Mas é preciso ser crítico, do ponto de vista de científico, para saber o que realmente funciona. O Conselho Federal de Medicina soltou uma autorização para que seja feito com critérios de algumas combinações de medicações, antibiótico, antivirais. O grau de evidência é muito frágil. Aqui na Bahia criamos um comitê científico para reunir especialistas e vamos desenhar um protocolo para tratar as pessoas e para que a gente possa colher dados científicos. Vamos dar o remédio e acompanhar para saber se está funcionando.

**Tribuna – Quais as providências que as pessoas com suspeita de coronavírus devem tomar?**

**Fábio Vilas-Boas** – Suspeita de coronavírus precisa ter contato com alguém que tem. Se não teve contato com ninguém e está com um quadro leve de gripe, não precisa fazer nada. Ficar em casa e tomando os remédios.

# Tribuna

## Assembleia Legislativa realiza hoje primeira votação virtual da história

DA REDAÇÃO

**A** Assembleia Legislativa faz hoje, a partir das 10h, a primeira votação virtual da história, apreciando pedidos de declaração de "estado de calamidade pública" para a Bahia e Salvador formulados, respectivamente pelo governador Rui Costa e pelo prefeito **ACM Neto**. As justificativas dos governantes anexadas às solicitações assemelham-se, arguindo os acréscimos de despesas que terão para o atendimento médico-hospitalar e social adequado para a população, que ocorrerão no momento da quase total paralisação das economias estadual e municipal.

A gravidade da situação por conta do avanço do Covid-19 levou o presidente **Nelson Leal** a determinar à área técnica e jurídica da AL-BA a adoção de providências que sustentassem o funcionamento virtual do plenário, denominado como Sistema de Deliberação Remota, SDR, que será utilizado apenas em ocasiões especiais. Ele conversou com integrantes da Mesa Diretora, lideranças partidárias e

parlamentares de forma suprapartidária sobre os riscos crescentes da pandemia, bem como a necessidade do Poder Legislativo estar ativo, funcionando plenamente, ainda que virtualmente.

A realização da sessão histórica de hoje, além de oferecer a pronta resposta às solicitações urgentes dos governantes do estado e da nossa capital, é um passo adiante nas medidas restritivas de acesso, adotadas pela Mesa Diretora no início da semana passada, quando restaurantes e departamentos não essenciais da AL-BA foram fechados e funcionários, com mais de 60 anos, colocados para trabalhar em casa. A escalada do coronavírus impõe a adoção de medidas ainda mais severas para proteção do público em geral, do funcionalismo e dos próprios parlamentares – o fechamento da Casa, como já fizeram outras 15 assembleias estaduais. E a tendência é o fechamento de todas.

Nos estados que optaram por esse passo radical a opção para manter o funcionamento integral dos plenários, com as discussões e votações se processando, sem as presenças físicas



**A ASSEMBLEIA** Legislativa faz hoje, a partir das 10h, a primeira votação virtual da história

dos deputados e da assessoria, foi a virtual, sob diferentes modelos. Para viabilizar esse avanço tecnológico e legislativo, o deputado **Nelson Leal** baixou um decreto da Mesa Diretora instituindo e regulando o SDR – além de baixar um segundo decreto da Presidência convocando a sessão histórica de inauguração dessa modalidade de funcionamento do plenário em uma edição extraordinária do Caderno do Legislativo do Diário Oficial, que circulou eletronicamente hoje.

Portanto, hoje terão acesso a AL-BA apenas os servidores diretamente rela-

cionados com a sessão virtual, área técnica. Sequer os ônibus funcionarão. Parlamentares, assessores, demais funcionários, público externo e até a imprensa terão o ingresso vedado. É a colaboração maior que a AL-BA poderá oferecer à Bahia e aos baianos ao reduzir ao máximo a aglomeração de pessoas em sua sede. Rotineiramente passavam pelo local entre cinco e seis mil pessoas de todo estado, número reduzido a pouco mais de 400 na última semana e, de agora em diante, praticamente a zero enquanto durar essa emergência de saúde.

Site Bocão News

Data: 21/03/2020



Coronavírus

### **Governo do Estado regulamenta convocação de PMs da reserva durante crise do coronavírus**

21 de Março de 2020 às 14:19 Por: Arquivo BNews Por: Redação BNews Ocomentários

Um decreto assinado pelo governador Rui Costa (PT), e publicado na edição deste sábado (21) do Diário Oficial, regulamenta a convocação de policiais militares da reserva remunerada durante a pandemia do novo coronavírus.

O militar convocado permanece na condição de inativo e terá direito à indenização a ser paga mensalmente durante o período da convocação, para Coordenação Administrativa e demais funções.

O decreto entra em vigor a partir de sua publicação e também determina que o Comandante-Geral das respectivas Corporações Militares Estaduais ficará responsável por estabelecer as funções a serem exercidas pelos convocados - bem como as unidades em que serão alocados e as regras quanto ao uso do uniforme e de equipamentos.

Durante reunião por videoconferência com prefeitos do interior na última quarta-feira (18), o governador anunciou que convocaria policiais aposentados para trabalhar nos bloqueios das estradas em Salvador, Feira de Santana, Porto Seguro e Prado - cidades que até então já tinham registro de casos do covid-19.

## **CAIXA SUSPENDE SORTEIOS DA LOTECA E LOTERIA FEDERAL**

**JOGOS** A Caixa Econômica Federal emitiu um comunicado ontem informando que os sorteios da Loteria Federal estão suspensos por três meses em função dos cuidados com a pandemia do novo coronavírus. As novas datas vão ser divulgadas em julho.

Outro comunicado informava sobre a suspensão dos concursos da Loteca. “Em virtude da suspensão dos campeonatos internacionais, nacionais e estaduais de futebol masculino e feminino, não é possível a organização de grades para composição dos concursos da modalidade e, portanto, os concursos da Loteca estão suspensos”, disse a Caixa, na nota.

## A Covid-19 e a lei de responsabilidade fiscal

**Alessandro Macedo**

Professor de Direito Público  
alessandro.macedo@tcm.ba.gov.br

**E**m isolamento social, atendendo as medidas mundialmente sugeridas pelas autoridades competentes, me veio a necessidade de refletir sobre o impacto da pandemia sobre a saúde fiscal dos municípios.

Defensor irrisignável da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, cujos gestores não deram a importância devida às suas premissas ao longo destes 20 anos, mais notadamente quanto à "gestão fiscal responsável", me preocupa a situação dos municípios na luta do controle da doença, diante da escassez de recursos.

A LRF, atenta as dificuldades dos municípios, traz dentre suas pedagógicas orientações, a possibilidade de ações efetivas pela gestão pública, incorredoras de despesas, diante de situações eventuais e imprevisíveis, como estabelece o seu art. 65, que assegura, na ocorrência de calamidade pública, reconhecida pela assembleia legislativa, a suspensão da contagem dos prazos de recondução do limite de despesas com pessoal e da dívida consolidada líquida.

O que almeja a LRF, é permitir que em situações calamitosas, os entes, com o objetivo de conterem ou até mesmo atenuarem o caos, abram os seus cofres públicos, possibilitando a ocorrência de gastos com pessoal ou até mesmo dívidas a longo prazo. Mas importante registrar que estes gastos devem ser totalmente vinculados às medidas de contenção da calamidade pública, sob pena de desvio de recursos para outras finalidades.

A pandemia da Covid-19 é sem dúvida nenhuma um caso de calamidade pública, tendo em vista a quase interrupção das atividades públicas e até mesmo sociais, estas representadas pelo isolamento social, com forte influência no dia a dia das pessoas, e neste caso a tão evitada LRF pelos gestores, mais uma vez sinaliza (não através da sua flexibilização irresponsável), para a preocupação com a finalidade pública, a permitir ações dos entes públicos com o objetivo de evitar o agravamento da pandemia.

Esperemos com fé em Deus, na atenção dos gestores, ao incorrerem em despesas, neste momento financeiro difícil que atravessa o país, de voltarem às suas atenções a destinação específica dos recursos a esta missão de conter a pandemia, e ainda se escorando em Deus, que nossos governantes, entendam que "erário rima com sacrário", frase esta não minha, já que não teria tal iluminação espiritual, mas sim do eterno ministro do STF, Carlos Aires Brito.

*O que almeja a LRF é permitir que em situações calamitosas [como a pandemia], os entes, com o objetivo de conterem ou até mesmo atenuarem o caos, abram os seus cofres públicos*

## Governadores criticam corte no Bolsa Família

### DA REDAÇÃO

Os nove governadores do Consórcio Nordeste solicitaram ao governo federal, após reunião virtual realizada ontem, a suspensão imediata dos cortes do programa federal Bolsa Família.

Foram 96 mil benefícios suspensos na região, em meio à crise do novo coronavírus. Em todo o país, foram 158.452 benefícios cortados.

“Não justifica, neste momento de calamidade que nós estamos vivendo, o Governo Federal, só no Nordeste, cortar 96 mil benefícios só neste mês. É preciso ter alguma sensibilidade social e proteger as pessoas mais

pobres”, declarou o governador Rui Costa, presidente do Consórcio Nordeste.

Rui disse ainda que os gestores estaduais nordestinos vão fortalecer o pedido dos 27 governadores por reuniões com os ministros da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, e da Economia, Paulo Guedes, em busca de ações diante da crise.

### OPAS

Participou da reunião com os governadores do Nordeste o vice-presidente da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), Jarbas Barbosa. No encontro, foram debatidas experiências e a procura por soluções conjuntas para o enfrentamento à pandemia.

**COVID-19** Agravamento da crise pode fazer o país entrar em recessão técnica no primeiro semestre

## GOVERNO REDUZ PREVISÃO DE CRESCIMENTO DO PIB PARA 0,02%

### AGÊNCIA BRASIL

A crise econômica global provocada pela pandemia de coronavírus fez o governo brasileiro reduzir para 0,02% a previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2020.

A nova estimativa foi divulgada pela Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia, que apresentou o Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, documento que orienta a execução do Orçamento.

Na semana passada, a própria equipe econômica havia revisado, para baixo, a estimativa de crescimento, de 2,4% para 2,1%. Na ocasião, a Secretaria de Política Econômica, vinculada à Secretaria Especial de Fazenda, anunciou que o coronavírus teria impacto de até 0,5 ponto percentual no PIB.

As novas projeções apontam que o efeito foi bem maior e que a pandemia praticamente eliminará todo o crescimento econômico originalmente previsto.

O governo também reduziu, de 3,12% para 3,05%, a previsão de inflação oficial medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Por causa da queda de demanda global e da guerra comercial entre Arábia Saudita e Rússia em torno do preço internacional do petróleo, a equipe econômica diminuiu, de US\$ 52,70 para US\$ 41,87, a cotação média do barril do tipo Brent, o que reduzirá o pagamento de



Secretário de Política Econômica, Adolfo Sachsida admitiu chance de recessão

**Na última semana, equipe econômica havia revisado estimativa de alta, para 2,1%**

royalties à União. Em relação ao câmbio, o relatório aumentou, de R\$ 4,20 para R\$ 4,35, a previsão oficial do valor do dólar no fim do ano.

### Risco de recessão

O agravamento da crise econômica pode fazer o país entrar em recessão técnica no primeiro semestre, disse on-

tem o secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Adolfo Sachsida. A recessão técnica caracteriza-se quando o Produto Interno Bruto cai por dois trimestres seguidos.

Classificando a crise atual de "transitória", o secretário disse acreditar numa reação da economia a partir do se-

gundo semestre. "Existe uma boa chance de nós termos um PIB não muito favorável no primeiro trimestre e uma redução significativa no segundo trimestre", disse. "Tomando as medidas corretas, vamos ser capazes de tentar uma recuperação econômica e melhorarmos as estimativas no segundo semestre", acrescentou.

Apesar da nova previsão do governo de 0,02% de crescimento do PIB em 2020, instituições privadas projetam números mais pessimistas.

O Banco Itaú reduziu a estimativa para o PIB de crescimento de 1,8% para queda de 0,7%, podendo chegar a retração de 1,6% no pior cenário. Na segunda-feira (23), o boletim Focus, do Banco Central, divulgará a mediana das novas estimativas das instituições financeiras.

### Queda de receitas

O maior impacto decorreu da redução de R\$ 27,352 bilhões em receitas não administradas, dos quais R\$ 16,3 bilhões representam a retirada da receita prevista com a privatização da Eletrobras, ainda não aprovada pelo Congresso. O governo diminuiu em R\$ 9,4 bilhões a previsão de arrecadação de royalties e em R\$ 3,5 bilhões o pagamento de dividendos de estatais ao Tesouro. Os dividendos são a parcela dos lucros que uma empresa distribui aos acionistas. No caso das estatais, o Tesouro fica com a maior parte dos dividendos.



# Tribuna

## Governo diminui para 0,02% previsão de crescimento do PIB

WELLTON MÁXIMO  
AGÊNCIA BRASIL

**A** crise econômica global provocada pela pandemia de coronavírus fez o governo brasileiro reduzir para 0,02% a previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços produzidos) em 2020. A nova estimativa foi divulgada há pouco pela Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia, que apresentou o Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, documento que orienta a execução do Orçamento.

Na semana passada, a própria equipe econômica havia revisado, para baixo, a estimativa de crescimento, de 2,4% para 2,1%. Na ocasião, a Secretaria de Política Econômica, vinculada à

Secretaria Especial de Fazenda, anunciou que o coronavírus teria impacto de até 0,5 ponto percentual no PIB. As novas projeções apontam que o efeito foi bem maior e que a pandemia praticamente eliminará todo o crescimento econômico originalmente previsto.

O governo também reduziu, de 3,12% para 3,05%, a previsão de inflação oficial medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Por causa da queda de demanda global e da guerra comercial entre Arábia Saudita e Rússia em torno do preço internacional do petróleo, a equipe econômica diminuiu, de US\$ 52,70 para US\$ 41,87, a cotação média do barril do tipo Brent, o que reduzirá o pagamento de royalties à União.

Em relação ao câmbio, o relatório aumentou, de R\$ 4,20 para R\$ 4,35, a previsão oficial do valor do dólar

no fim do ano. Hoje, o dólar comercial está sendo vendido a R\$ 4,99. A queda na atividade econômica e a redução dos juros pelos principais Bancos Centrais do mundo fizeram o Ministério da Economia diminuir, de 4,15% para 3,65% ao ano, a previsão da taxa Selic (juros básicos da economia) no fim de 2020.

O Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas previa que o governo teria de contingenciar (bloquear) R\$ 37,553 bilhões do Orçamento. A equipe econômica, no entanto, não precisará mais fazer o corte porque o Congresso aprovou o decreto de estado de calamidade pública, que suspende o cumprimento da meta fiscal de déficit primário de R\$ 124,1 bilhões para este ano.

O déficit primário representa o resultado negativo sem o pagamento de juros



**A CRISE** econômica global provocada pela pandemia de coronavírus fez o governo brasileiro reduzir para 0,02% a previsão de crescimento do PIB

da dívida pública. Para chegar ao valor de R\$ 37,553 bilhões passível de contingenciamento, o Ministério da Economia considerou dois fatores: a redução da previsão de receitas em R\$ 31,222 bilhões e o aumento de despesas em R\$ 6,331 bilhões.

Do lado das receitas, o maior impacto decorreu da redução de R\$ 27,352 bilhões em receitas não administradas, dos quais R\$ 16,3 bilhões representam a retirada da receita prevista com a privatização da Eletronor, ainda não aprovada

pelo Congresso. O governo também diminuiu em R\$ 9,4 bilhões a previsão de arrecadação de royalties e em R\$ 3,5 bilhões o pagamento de dividendos de estatais ao Tesouro.

Os dividendos são a parcela dos lucros que uma empresa distribui aos acionistas. No caso das estatais federais, o Tesouro Nacional fica com a maior parte dos dividendos.

Em relação às receitas administradas, o governo aumentou em R\$ 12,3 bilhões a previsão de arrecadação de Imposto de Renda Pessoa Jurídica e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido por causa do aumento do lucro de empresas em 2019. No entanto, a queda da atividade econômica fez o Ministério da Economia reduzir em R\$ 16,9 bilhões a estimativa de arrecadação do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e em R\$ 3,5 bilhões a arrecadação de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).



MIRIAM LEITÃO

 [blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/](https://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/)

## O PIB desaba e o governo erra

Apenas nove dias depois de ter revisto o crescimento do PIB para 2,1%, o Ministério da Economia fez nova revisão para zero. Isso mostra a rapidez dos acontecimentos e a lentidão das projeções do próprio governo. O número 0,02%, desenhado assim para não entrar no negativo, será sem dúvida revisto novamente. O país está entrando em recessão e o ano de 2020 terminará com o encolhimento do PIB. A torcida é para que haja capacidade de mitigar a queda.

Essa revisão para 0,02% significa que pelo menos R\$ 70 bilhões de receita não entrarão nos cofres públicos. Ao mesmo tempo o Tesouro precisará gastar muito mais, num valor que ainda não foi quantificado. Mas se, por hipótese, numa projeção otimista, ele tiver uma

despesa extra de 1% do PIB para enfrentar a crise, o déficit que estava previsto em R\$ 124 bilhões vai superar R\$ 260 bilhões. O mais urgente agora é evitar o colapso do sistema de saúde, e proteger todo um vasto contingente de brasileiros que está ficando sem capacidade de geração de renda.

O presidente Bolsonaro continuou errando ontem. No mundo os governos tomam medidas cada vez mais duras e ele usou ontem a palavra "gripesinha" para definir o coronavírus e de novo brigou com governadores.

Não faz sentido que numa crise deste tamanho o presidente da República se preocupe com picuinhas ou entre em competição com os líderes dos entes subnacionais, que tenham que escrever cartas ao

presidente. Bolsonaro deveria estar liderando, deveria estar desobstruindo os canais de diálogo, deveria ter entendido o que o mundo inteiro está dizendo: estamos diante de uma crise sem precedentes.

Se já não bastassem os problemas que não resolve, ainda há os que a família do presidente cria, como esta extemporânea crise com a China inventada pelo deputado Eduardo Bolsonaro, pela incontinência verbal que todos eles têm na rede social. A China é destino de R\$ 65 bilhões das nossas exportações, é origem de R\$ 35 bilhões de importações, é o país com quem o Ministério da Saúde estava negociando o fornecimento de equipamentos médicos e hospitalares fundamentais nesse momento. E o ministro das Relações Exteriores

### O GOVERNO REDUZIU O CRESCIMENTO PARA ZERO, MAS ESTÁ ATRASADO

ainda ecoou o deputado para deixar mais uma vez clara a subserviência do outrora competente Itamaraty a um parlamentar sem a qualificação mínima para a diplomacia.

No mercado financeiro, todos os bancos e as consultorias estão nesse momento revendo seus modelos e divulgando números cada vez mais negativos. Ontem, o Itaú fez uma forte revisão do cenário. A projeção de crescimento saiu de 1,8% para uma queda de 0,7%. Mas com raras exceções, o mercado subestimou a crise. O Bradesco no dia 10 divulgou uma projeção para o PIB de 2%. Oito dias depois, disse que talvez fosse menor. Mas não tem novo número. O Itaú está prevendo uma recuperação rápida no ano que vem. Ele revisou a projeção de 2021 de 3,3% para 5,5%, num cenário de que a crise seria forte, mas passageira.

O economista Márcio Garcia prefere fugir dos números e dizer uma frase, numa entrevista à coluna, que define melhor esse momento do que os modelos dos bancos.

"Se alguém souber o que está acontecendo ou é desinformado ou está delirando".

Na entrevista que me concedeu, Armínio Fraga foi taxativo

em falar, antes que o governo admitisse pedir isso, que deveria ser utilizada a possibilidade da Lei de Responsabilidade Fiscal de decretar estado de calamidade. Em conversa esta semana com a economista Monica de Bolle, do Peterson Institute, ela me disse que a recessão está dada, e que agora é necessário evitar a depressão. Na entrevista que concedeu ao Valor, o economista Ricardo Paes de Barros disse o seguinte: "esquece o teto de gastos, numa crise como essa, o teto é uma piada".

Em outra parte de sua excelente entrevista a Bruno Villas Bôas, ele avisou: "não podemos pensar que essa é uma pequena crise que vai passar rápido. Em certo sentido é como se estivéssemos entrando em uma grande guerra".

Como a curva do crescimento dos infectados pelo coronavírus, a da crise econômica pode ser atenuada dependendo da rapidez da resposta. E não basta uma live com a Fiesp. A qualidade da resposta depende da compreensão da gravidade do problema. O mais assustador é que os cadastros do governo não têm registro de todas as famílias que precisarão do socorro do Estado.



**S**hoppings centers e lojas de ruas fechados, fábricas paradas, turismo em queda livre, perda de mão de obra por causa da doença, milhões de trabalhadores reclusos em casa e fluxo de comércio internacional quase estagnado. A pandemia de coronavírus – que afeta praticamente todos os países – caiu como uma bomba sobre economia mundial, que enfrenta a sua maior crise em 100 anos. No Brasil, o governo anunciou, ontem, um corte radical de expectativa para o Produto Interno Bruto (PIB) de 2020, que foi para uma leve alta de 0,02% ante um avanço esperado em 2,1% na semana passada.

Pior: já não descarta uma recessão neste primeiro semestre do ano. “Existe uma boa chance de nós termos um PIB não muito favorável no primeiro trimestre e uma redução significativa no segundo trimestre”, disse o secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Adolfo Sachsida, lembrando que o conceito técnico de recessão se caracteriza por dois trimestres seguidos de queda do PIB. Segundo ele, “infelizmente”, isso “já está sendo previsto pelo governo”.

Para Sachsida, entretanto,

# Um ano perdido

## Pandemia Governo brasileiro refaz contas e já prevê recessão no primeiro semestre por coronavírus

poderá haver uma retomada da economia no segundo semestre, se a equipe econômica tomar as medidas corretas. “Com os dados atuais, 0,02% [de alta para o PIB], é o melhor que podemos fazer, mas há uma ampla incerteza sobre o que vai acontecer no futuro. A última vez que o mundo viu algo parecido foi há cem anos atrás, na gripe espanhola”, declarou.

### FATORES

Dentre os fatores que mais pesaram no corte do PIB, estão a grande parada que o mundo está sofrendo, com

impacto sobre parceiros comerciais importantes do Brasil, como Estados Unidos, China e Argentina, e a interrupção do comércio doméstico por decretos de estados e municípios. “Quando você elabora uma lei estadual ou municipal fechando o comércio por 30 dias, shoppings por 40 dias, certamente entendemos e respeitamos aspecto humano, mas efeito econômico dessas medidas acaba sendo muito forte”, afirmou Sachsida.

A redução drástica da previsão mostra a rápida deterioração das expectativas em meio ao avanço do coronavi-

rus e seu dramático impacto na economia brasileira. Ainda assim, a previsão do governo é mais otimista do que a de outros analistas e bancos internacionais.

Um estudo do Centro de Macroeconomia Aplicada da FGV (Fundação Getúlio Vargas) indicou que a pandemia pode provocar uma perda de até 4,4% no PIB brasileiro neste ano. Os bancos JPMorgan e Goldman Sachs também passaram a prever contração da economia brasileira neste ano. O JPMorgan projeta declínio de 1% no PIB em 2020, ante expectativa anterior de crescimento de 1,6%. O Goldman Sachs cortou sua projeção, de expansão de 1,5% para contração de 0,9%.

Juliana Inhasz, coordenadora da graduação em Economia do Insper, considera que ainda seja cedo para afirmar que teremos uma recessão global, mas 2020 deve ser um ano de crescimento menor.

“Falar em recessão talvez ainda seja um pouco cedo, porque só estamos no mês de março. Ainda não sabemos como é que o coronavírus se comporta e como ele impactará a economia daqui para frente. Mas o que sabemos, sem dúvida, é que o crescimento mundial acaba sendo impactado. A gente tem crescimento menor”, afirmou ela.

# Tribuna

## Câmara foca em projetos para empresas sobre o coronavírus

CAMILA TURTELLI E PATRIK CAMPOREZ  
ESTADÃO CONTEÚDO

**M**esmo com o Congresso esvaziado para evitar a propagação do novo coronavírus, deputados já apresentaram ao menos 70 projetos de lei relacionados à pandemia desde o registro do primeiro caso no País, no fim de fevereiro, destaca o jornal O Estado de S. Paulo. A maior parte deles, 47, é formada por medidas para garantir a saúde financeira de empresas e trabalhadores, enquanto 19 propostas são para destinar mais recursos ou ampliar o atendimento a doentes. Há ainda quatro proposições que criminalizam condutas du-

rante a situação de crise, como a que prevê prisão de até oito meses para quem fingir ter a doença.

Em reunião com líderes no começo da semana, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), definiu que os deputados só vão votar propostas relacionadas à saúde, economia e proteção social durante o período crítico da epidemia. Qualquer assunto fora disso ficará para depois. A determinação provocou uma corrida de novos projetos.

Preocupação do deputado Diego Andrade (PSD-MG), por exemplo, foi aliviar as contas de empresas de transporte de cargas. Ele propõe isentar o setor da contribuição previdência sobre a folha de pagamento e substituí-la por uma alíquota menor que incidiria sobre a receita bruta de cada empre-

sa. "O Brasil é dependente do transporte rodoviário de cargas. Para se ter uma ideia, nos últimos oito anos é quase um milhão de novos caminhões licenciados em todo o País", disse Andrade, sobrinho do ex-presidente da Confederação Nacional dos Transportes (CNT), Clésio Andrade.

Dar um refresco nos cofres de empresários também é a intenção do deputado Helder Salomão (PT-ES). O petista sugere isentar micro e pequenas empresas de pagar impostos sempre que houver situação de emergência sanitária, como a atual. A proposta vai além da medida anunciada nesta semana pela equipe ministro da Economia, Paulo Guedes, que prevê suspender as cobranças por três meses, mas com a obrigação do

empresário quitar o valor retroativo após este período.

Entre os projetos apresentados até agora, alguns se repetem. Seis deles são para garantir o fornecimento de água e luz mesmo para quem deixar de pagar suas contas neste período e para pessoas em situação vulnerável. Em São Paulo, o governador João Doria (PSDB) já anunciou medida similar, com a suspensão da cobrança de água para a população de baixa renda.

Nas propostas voltadas diretamente à saúde, ao menos dois projetos destinam os R\$ 2 bilhões reservados para as campanhas eleitorais para ações de combate ao coronavírus. O valor está previsto no Orçamento para financiar gastos de candidatos com viagens, cabos eleitorais e material de divulgação.



**DEPUTADOS** federais já apresentaram ao menos 70 projetos de lei relacionados à pandemia desde o registro do primeiro caso no país

"Não podemos admitir que o Brasil caminhe na contramão do combate à pandemia do coronavírus com um gasto no fundo eleitoral", afirmou o deputado Sanderson (PSL-RS).

A criminalização de condutas que, no entendimento dos deputados, dificultam o combate à pandemia também viraram projetos. O deputado Tiago Dimas (Solidariedade-TÓ) quer prisão de até oito meses para quem fingir ter a doença. "Me incomoda muito a ação dos oportunistas que espalham situação falsa. Já tem alguns casos ocorrendo no Brasil e entendo que a nossa legislação tem que ter mecanismos para punir essas pessoas", disse.

Na mesma linha, a líder do PSL, Joice Hasselmann

(SP), tenta aumentar a pena de quem cometer qualquer infração sanitária. "Apresentei um projeto de lei para penas mais duras a quem desrespeitar ordens de cuidado sanitário em tempos de pandemia. Já coletei assinaturas para requerimento de urgência", afirmou Joice.

A proposta foi apresentada quatro dias antes de Bolsonaro ignorar orientações para ficar em isolamento e participar de manifestações. Ele havia tido contato com pessoas infectadas com o vírus, em recente viagem aos EUA, e precisou realizar exames para saber se fora contaminado. Segundo Bolsonaro, dois testes deram negativo. "O presidente estaria enquadrado se a proposta já estivesse aprovada", disse Joice.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política
Data: 23/03/2020	Página: --

# Tribuna

## Coluna Esplanada - (Por: Leandro Mazzini) - edição do dia 23/03 - Olha pra baixo, Guedes!

As medidas do ministro Paulo Guedes para segurar a economia com a paralisação das atividades no mercado são vistas como paliativas por empresários consultados pela Coluna

**Tribuna da Bahia, Salvador**

23/03/2020 09:10 | Atualizado há 1 hora e 29 minutos



Foto: Valter Campanato/Agência Brasil

As medidas do ministro Paulo Guedes para segurar a economia com a paralisação das atividades no mercado são vistas como paliativas por empresários consultados pela Coluna. É grande no andar de baixo a preocupação com o capital de giro e salários a vencer. O comércio sente as ruas vazias – e há meses o dinheiro já circula pouco na praça. Os bancos ainda não bloquearam cobranças como anunciado pela Febraban – e ganham tempo ‘elaborando’ ferramentas para tal enquanto os empréstimos vencem. As instituições financeiras apenas postergam dívidas, mantendo a capitalização de juros e encargos. O Governo teve a oportunidade de abrir um novo REFIS, com maior número de parcelas, e ficou mudo. E com vários serviços paralisados, não há prazo esticado para entrega do Imposto de Renda.

### Amo\$tra

O comércio varejista já sente o baque e prevê dificuldades fortes vindouras. Os vídeos viralizados por whatsapp dos donos das lojas Havan e Giraffas são uma amostra.

### Turma dos milhões

Sabe quantos são os universitários sem aula no Brasil, das redes pública e privada? Exatos 8.451.748, segundo a Associação Nacional das Universidades Particulares.

### Aliás..

.. é fato no setor, consultando suas instituições associadas: nenhuma universidade do Brasil está preparada hoje para ministrar aulas online, de turmas que são presenciais.

### Fundão social

“Um Fundo de Emergência em Defesa do Trabalho e Renda com R\$ 75 bilhões do Tesouro, para garantir meio salário, no mínimo, durante três meses a 50 milhões de trabalhadores em situação de vulnerabilidade social”. São com essas exatas palavras – entre outros tópicos – que a Rede Nacional de Conselho de Direitos Humanos lançou carta ao Poder Executivo, à qual a Coluna teve acesso. E foram ignorados.

### Num clique

Imagine uma campanha eleitoral totalmente digital, por whatsapp e aplicativos afins, nas redes sociais da internet, nos sites dos candidatos, na TV e rádios – nestes como já previsto na Lei Eleitoral. Alguns partidos debatem a possibilidade internamente.

### **Oi, sou eu!**

E as convenções partidárias para a escolha dos candidatos? Também online, caso a pandemia de coronavírus ainda ronde o cotidiano brasileiro nos próximos meses.

### **Memória**

Que se cuide o presidente Jair Bolsonaro nesse confronto com o Congresso Nacional. Quando Fernando Collor foi abandonado, apenas cinco senadores, dos 81, ficaram ao seu lado: Áureo Mello, Nei Maranhão, Odacir Soares, Jarbas Passarinho e Josaphat Marinho votaram contra o impeachment. E por questões jurídicas, não políticas.

### **Previsões**

De uma raposa que entende de política desde quando Bolsonaro soltava pipa em Campinas: A eleição da próxima Mesa Diretora da Câmara e Senado será crucial para decidir se ele mantém as rédeas do cargo. Vai ser tiro de misericórdia se Davi Alcolumbre for reconduzido e Rodrigo Maia eleja um sucessor.

### **Turma da estiva**

Os estivadores dos Portos de Santos, Guarujá, São Vicente, litoral paulista, podem parar de vez as atividades hoje, durante assembleia. Na sexta-feira, divulgamos que havia decisão de cruzar os braços ainda semana passada, de acordo com nota oficial do sindicato. Reclamam que não há luvas e máscaras e proteção necessária para operações.

### **Hora de morar**

Uma pesquisa do Imovelweb revela que a “localização” é o item mais relevante na escolha de bairro para morar, apontado por 44% dos entrevistados, seguida pelo “preço”, registrado por 12%. “Segurança” e “áreas verdes” respondem por 9,4%.

### **Kit vírus**

Os kits de testes para coronavírus são oferecidos em média a R\$ 700 a unidade para o Ministério da Saúde, em visitas de revendedores de empresas asiáticas. Uma importadora de Minas chegou a oferecer a US\$ 30 (R\$ 150), vindos da Coreia do Sul.

### **Nas redes**

Novo chefe da Comunicação do Governo do Rio de Janeiro, Mário Marques convidou o jornalista Marcelo Senna para gerenciar as redes sociais. Senna é ex-executivo dos jornais Extra e O Dia.

### **ESPLANADEIRA**

# Mercado Livre se uniu à Cruz Vermelha em campanha nacional de doação para arrecadar fundos, comprar e distribuir kits de higiene e material informativo em estações de trem e metrô do Rio e SP

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 23/03/2020	Caderno: Notícias



Segunda, 23 de Março de 2020 - 07:20

## ***Postergar o problema da economia pode trazer consequências para área de saúde***

**por Fernando Duarte**

Enquanto o Brasil prepara uma operação de guerra para lidar com a iminente crise de saúde pública com o novo coronavírus, a economia prestes a entrar em colapso encontra tímidas ações para não ser dizimada. É claro que, neste momento, a prioridade é salvar vidas. No entanto, a desestruturação total da cadeia produtiva pode ter impacto direto na saúde das pessoas. Ou seja, é preciso achar um meio termo para lidar com esse prelúdio de crise econômica, antes que esse problema traga consequências danosas também para o problema humanitário com a Covid-19.

Temos dois lados da moeda no atual momento de enfrentamento da crise. O governo federal lança iniciativas que afetam a macroeconomia, ao tempo em que gera sinais simbólicos de preocupação com os trabalhadores informais. Ajudar companhias aéreas e bradar que são exageros as medidas restritivas criadas por governadores e prefeitos também não resolve o imbróglio. Tudo isso é pouco, diante do peso da União na arrecadação de impostos. Porém não se pode falar que não existe tentativas para minimizar os impactos do coronavírus. Pena que essa mesma lógica pró-economia não esteja sendo aplicada na contenção sanitária da Covid-19.

Já governos e prefeituras estão determinando o fechamento do comércio e medidas de restrições aos transeuntes. Estão certíssimos. O foco prioritário é evitar a propagação ainda mais rápida do vírus. Mas, até aqui, não se viu empenho em criação de medidas que possam suavizar essas decisões da cadeia econômica. Quando essa conta chegar, pode ser que a saúde não mais exista, deve ser a lógica. Porém sem renda, sem acesso a alimentação e a remédios, por exemplo, o esforço da saúde pode ser parecido com enxugar gelo. Nesse caso específico, há uma ligação umbilical entre as duas áreas que não pode ser colocada de lado. Por isso muitos empresários, trabalhadores e até ambulantes têm demonstrado preocupação.

Pode até parecer absurdo chamar atenção para isso em meio ao caos iminente. O governo federal tem se concentrado nisso e é um erro. Mas também não dá pra colocar a economia de lado, como se empurrar o problema com a barriga possa eliminá-lo. Sejam moderados e prudentes. Porém sem esquecer que quando um problema bate à porta ele não vem sozinho. E toda iniciativa que possa minimizar o aparecimento de outros é bem-vinda.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 22/03/2020	Caderno: Notícias



Domingo, 22 de Março de 2020 - 17:40

## ***Pandemia do coronavírus faz BNDES suspender cobrança de empréstimos por 6 meses***

Diante da pandemia do coronavírus que se alastra no mundo e também no Brasil, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) anunciou neste domingo (22) que vai suspender a cobrança de empréstimo por seis meses.

A decisão vai beneficiar setores como Petróleo e Gás, Aeroportos, Portos, Energia, Transporte, Mobilidade Urbana, Saúde, Indústria e Comércio e Serviços, num total de R\$ 30 bilhões, sendo R\$ 19 bilhões para as operações diretas e R\$ 11 bilhões para indiretas.

A medida do BNDES faz parte de um pacote que inclui a injeção de R\$ 55 bilhões na economia para reforçar o caixa de empresas e apoiar trabalhadores atingidos pelos efeitos da crise do coronavírus. O valor equivale a quase o total de desembolsos do banco durante o ano de 2019. O dinheiro irá para 150 mil empresas, que possuam dois milhões de funcionários. O pacote ainda inclui a transferência de R\$ 20 bilhões do PIS/PASEP para o FGTS dos trabalhadores.

Já para as micros, pequenas e médias empresas, o BNDES vai destinar R\$ 5 bilhões em crédito. Além disso, o limite por beneficiário aumentou de R\$ 10 milhões para R\$ 70 milhões por ano. As empresas também não precisarão especificar a destinação dos recursos. Os empréstimos terão carência de até 24 meses e prazo total de pagamento de 60 meses.



Veículo: Política Livre	
Data: 23/03/2020	Caderno: Economia

## ***Governo deve autorizar reajuste de 4% nos remédios apesar da pandemia***

### **BRASIL**

O preço dos medicamentos deve ter reajuste médio de 4,08% a partir de 31 de março, segundo estimativa do Sindusfarma (Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos). O aumento ainda não foi confirmado pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária). Porém, a estimativa da indústria considera os parâmetros oficiais e dificilmente apresenta discordância em relação ao índice que entrará em vigor.

O Ministério da Saúde não respondeu à reportagem sobre uma possível revisão ou suspensão do aumento devido ao agravamento da crise provocada pela pandemia de covid-19, causada pelo novo coronavírus.

O valor antecipado pela indústria é apurado com base em critérios de reajuste estabelecidos pela Cmed (Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos), que também levam em conta a inflação oficial.

A média de 4,08% do teto do reajuste é calculada a partir dos três índices máximos de aumento aplicados aos produtos conforme a quantidade de concorrentes na fabricação. Medicamentos fabricados por diversos laboratórios, como são os genéricos, podem ter reajuste de até 5,21%.

Veja abaixo os três índices médios de reajuste, a depender do nível de concorrência do medicamento no mercado:

Nível 1 (sem evidências de concentração – genéricos – fórmula liberada) : reajuste de 5,21%

Nível 2 (moderadamente concentrado – concorrência média): reajuste de 4,22% Nível 3 (muito concentrado): 3,23% Reajuste médio ponderado: 4,08%

A definição dos tetos de reajuste não significa que eles serão integralmente repassados aos consumidores.

Segundo o Sindusfarma, o aumento médio real dos medicamentos tem ficado abaixo da inflação geral e do reajuste autorizado pelo governo.

No acumulado de 2001 a 2019, a inflação geral somou 216,07% ante uma variação de preços dos produtos farmacêuticos de 167,19%, de acordo com o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), do IBGE. No mesmo período, o reajuste concedido pelo governo somou 181,04%.

“Em 2019, a inflação de medicamentos foi de 2,84%, ficando abaixo do IPCA geral de 4,31%. Isto ocorreu porque a indústria farmacêutica manteve preços e não repassou o reajuste integral autorizado pelo governo, de 4,33%, devido à forte concorrência entre as empresas do setor e à oferta de inúmeros produtos para tratamento da mesma enfermidade”, diz a entidade em nota.

O reajuste entra em vigor no próximo dia 31 de março, mas não significa aumentos automáticos nem imediatos nas farmácias e drogarias.

Consumidor deve pesquisar O reajuste anual poderá ser aplicado em cerca de 13 mil apresentações de medicamentos disponíveis no mercado.

Remédios com o mesmo princípio ativo e para a mesma classe terapêutica (doença) são oferecidos no país por vários fabricantes e em milhares de pontos de venda.

“É importante o consumidor pesquisar nas farmácias e drogarias as melhores ofertas dos medicamentos prescritos”, recomenda o presidente executivo do Sindusfarma, Nelson Mussolini.

“Dependendo da reposição de estoques e das estratégias comerciais dos estabelecimentos, aumentos de preço podem demorar meses ou nem acontecer”.

*Folhapress*

Veículo: Política Livre	
Data: 23/03/2020	Caderno: Economia

Raul Monteiro  
**POLÍTICALIVRE**  
A POLÍTICA LEVADA A SÉRIO

23 de março de 2020 | 06:39

## ***Empresários defendem confinamento para enfrentar coronavírus e salvar economia***

### **ECONOMIA**

Empresários passaram a pedir aos governos estaduais e ao comitê de crise do governo federal que determinem o confinamento da população como medida fundamental para a crise do coronavírus. Eles partem da avaliação de que a paralisação da economia é irreversível, mas avaliam que a decisão pode acelerar a retomada. Eles pedem a continuação dos serviços essenciais para abastecimento, mas usam a China como exemplo para defender a necessidade do isolamento.

Os pedidos têm sido feitos desde a semana passada e foram reforçados na reunião com o presidente Jair Bolsonaro, na sexta (20). O empresário Abílio Diniz foi um dos mais enfáticos. Representantes de outros setores produtivos também defendem a ideia, como única alternativa para a turbulência passar rápido.

*Painel/Folha de S.Paulo*

## FOLHA DE S.PAULO

# Redução de tributos: ferramenta óbvia

Carga tributária menor é essencial para minimizar os efeitos da Covid-19

**Ariane Costa Guimarães, Glaucia Lauletta Frascino e Isabel Bueno**

Especialistas em direito tributário e sócias do escritório Mattos Filho

O coronavírus mudará o rumo da história mundial. Seus impactos não têm precedentes. Ao Brasil, incumbe priorizar as medidas de contenção à disseminação da doença e à proteção da saúde dos mais vulneráveis, mas há outra responsabilidade que lhe cabe: preservar a “saúde” das empresas e, assim, dos empregos. A redução ou eliminação de tributos, ainda que temporariamente, é uma das ferramentas óbvias e que deve ser utilizada em momentos graves como este.

O Ministério da Economia vem anunciando antecipações de pagamentos a aposentados e pensionistas, além de facilitação de desembaraço aduaneiro de produtos médicos. Provê-se recursos para uma parcela frágil da população e adotam-se medidas de desburocratização para gerar recursos de saúde. Em relação a medidas tributárias, o governo vai diferir, em três meses, o pagamento do FGTS e do Simples, e reduzir em 50% a contribuição ao Sistema “S”, além de zerar as alíquotas de importação e de IPI para produtos médico-hospitalares e bens necessários ao combate à Covid-19. Medidas acertadas e necessárias, mas que podem se mostrar insuficientes para que superemos a crise com os menores danos possíveis.

O exemplo de fora do país pode ser elemento importante nessa discussão. A União Europeia já anunciou flexibilização das regras de endividamento nacional, permitindo, assim, gastos acima da receita na Itália. O Reino Unido também lançou

um plano de estímulo econômico de 30 bilhões de libras, e o novo ministro das Finanças anunciou frentes para auxílio no fluxo de caixa, incluindo suspensão por um ano do imposto sobre a propriedade de pequenas empresas. Nos EUA, o presidente Donald Trump avisou que solicitará ao Parlamento a aprovação de isenção de impostos sobre a folha de pagamentos.

O Brasil não deveria dispensar medidas semelhantes. O país possui tributos que incidem sobre o lucro e sobre a receita. Isso significa

que resultados negativos podem eliminar a tributação sobre o lucro, mas mantêm a oneração sobre a receita, mesmo que esta grandeza venha a ser reduzida nominalmente. Sem falar nos encargos sobre a folha de salários, que continuam sendo devidos ainda que trabalhadores estejam afastados ou reclusos.

Num país que já possuía cerca de 13 milhões de desempregados antes da atual crise do coronavírus, a desoneração da contratação formal de trabalhadores deve ser pensada como política para a proteção dos empregos e para minimizar impactos econômicos negativos nos negócios e na vida das pessoas.

A indiscutível relevância e urgência desse tipo de ação justificam a utilização de medida provisória para a concessão de isenções e remissões de tributos sobre a folha de pagamentos (incluindo contribuição ao INSS e a terceiros).

Em um momento crítico como este, muita coisa pode ser feita. É fundamental que a saúde e a integridade dos indivíduos sejam preserva-

das, e a manutenção de empregos é crucial para isso. Há uma certeza diante deste cenário de incertezas: é imprescindível o engajamento dos atores políticos para ajustar a legislação, de modo a acomodar as necessárias isenções e remissões tributárias, que, mais do que recomendáveis, são fundamentais para superarmos a crise da saúde e da economia. O governo possui as ferramentas para tanto e pode agir. Essa é a nossa esperança.

[...]

**Há uma certeza diante deste cenário de incertezas: é imprescindível o engajamento dos atores políticos para ajustar a legislação, de modo a acomodar as necessárias isenções e remissões tributárias, que, mais do que recomendáveis, são fundamentais**

## FOLHA DE S.PAULO

# Supremo suspende dívida de SP por 6 meses

Parcela de R\$ 1,2 bi devida à União, que deveria ser paga nesta segunda (23), terá de ser usada no combate ao vírus

Bruno Boghossian

BRASÍLIA O ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), determinou a suspensão por seis meses do pagamento das dívidas do estado de São Paulo com a União. A decisão obriga o governo paulista a aplicar no combate ao coronavírus o dinheiro que deveria ser pago para abater o déficit.

A ordem já se aplica a uma parcela de R\$ 1,2 bilhão que deveria ser paga nesta segunda (23). A decisão foi tomada em caráter de urgência, segundo o ministro, e vale até que

seja analisada pelo plenário.

"A pandemia é uma ameaça real e iminente, que irá extenuar a capacidade operacional do sistema público de saúde, com consequências desastrosas para a população, caso não sejam adotadas medidas de efeito imediato", escreveu Moraes.

Na decisão, o ministro acrescentou que a União não poderá aplicar ao governo de São Paulo nenhuma punição prevista no contrato de financiamento por descumprir o pagamento de parcelas da dívida.

O estado de São Paulo deve à União um total de R\$ 247,2

bilhões, segundo dados do Sistema de Análise da Dívida Pública, do Tesouro Nacional.

A determinação pode provocar um efeito dominó, levando outros estados a também procurar o Supremo para solicitar a suspensão desses pagamentos. O precedente aberto pelo ministro indica que esses pedidos também poderão ser acolhidos.

A medida causaria uma redução imediata das estimativas de arrecadação da União e também criaria um entrave aos esforços do governo federal para renegociar as dívidas dos estados.

Em seu pedido, o governo paulista alegou que a "assustadora crise decorrente da pandemia" deveria abalar gravemente o Brasil e "especialmente o estado de São Paulo, que concentra quase 1/4 da população nacional e cerca de 70% do número de infectados pelo novo vírus no país".

A equipe do governo afirmou ainda que a receita do estado sofre um "forte declínio" devido à aplicação de medidas de restrição à atividade econômica, como o fechamento do comércio e de outros serviços.

Menciona também a ne-

cessidade de aumento de gastos na saúde para evitar um colapso no sistema de atendimento.

O governo paulista pediu que a medida fosse tomada com urgência para evitar que o Banco do Brasil debitasse o valor previsto para pagamento nesta segunda-feira ou que o governo federal bloqueasse a transferência de recursos do Orçamento para o estado.

Moraes acatou o pedido e determinou que o advogado-geral da União, André Mendonça, fosse notificado por WhatsApp para o cumprimento da decisão.

**+** Moraes manda transferir R\$ 1,6 bi de acordo da Petrobras da educação para saúde

Os recursos serão usados no combate ao coronavírus. O dinheiro é resultado de multas em razão de casos de corrupção. O volume estava previsto, em acordo firmado em 2019, para irrigar programas do MEC e mais três pastas. O ministro Abraham Weintraub (Educação), porém, não havia dado destinação aos recursos porque a pasta não tinha projeto pronto.

## FOLHA DE S.PAULO

# Congresso fala em ano perdido para reformas tributária e de servidor

Foco no combate aos efeitos do coronavírus complica calendário já apertado por causa das eleições municipais

Daniel Carvalho  
e Fábio Pupo

**BRASÍLIA** Com os trabalhos da equipe econômica voltados ao enfrentamento da crise do coronavírus e o cancelamento de várias reuniões presenciais no Congresso, parlamentares já falam em um ano perdido para as reformas tributária e administrativa.

Se 2020 já teria um calendário apertado por causa das eleições municipais que monopolizam congressistas no segundo semestre, a disseminação da Covid-19 pelo mundo e seus efeitos na economia paralisaram muitos dos que tentavam fazer andar as duas reformas na primeira metade do ano.

Apesar de o governo nunca ter enviado ao Congresso suas propostas para as reformas tributária e administrativa (que muda regras para futuros servidores federais), elas eram tidas como prioridade na agenda do ministro Paulo Guedes (Economia).

Após ele ter enviado uma lista de 48 medidas para serem tocadas pelo Congresso como resposta à pandemia, a lista foi encolhida.

Hoje, trata como prioridade de três medidas, que enfrentam algum grau de resistência no Legislativo — a PEC

(proposta de emenda à Constituição) do Pacto Federativo, a privatização da Eletrobras e o Plano Mansueto, de socorro aos estados.

Uma das três propostas, a da privatização da Eletrobras, foi até retirada do Orçamento por causa das dificuldades para ser aprovada. Enquanto isso, os outros temas têm ficado em segundo plano.

“Não creio que, neste ano, teremos condições de oferecer a reforma tributária. Vamos perder mais um ano. A reforma administrativa não é conhecida, mas já é rejeitada”, diz Alvaro Dias (PR), líder do Podemos no Senado, a terceira maior bancada da Casa.

Embora sem a proposta do governo, a comissão de reforma tributária começou a trabalhar e, se não tivesse sido cancelada por causa da pandemia, receberia Guedes.

Os congressistas tinham a esperança de que ele apareceria com as diretrizes do governo para o texto em discussão.

“Se não dá para fazer reunião, nada impede que ele [Guedes] mande a proposta. Estou aguardando. Estamos trabalhando a quatro mãos. Mas estão faltando duas”, disse o senador Roberto Rocha (PSDB-MA), que preside o colegiado e insiste em que ainda tem

esperança no cumprimento do calendário da reforma.

O secretário especial da Receita Federal, José Barroso Tostes Neto, disse que iria mandar a proposta do Executivo sobre o tema na terça (17), mas postergou por causa da paralisação dos trabalhos.

Na equipe econômica, a visão é que o ano não chega a estar perdido, e a chance de tramitação das matérias pode voltar a subir em algum momento. Mas é reconhecido que o cenário neste momento está “bem mais complicado”.

Até quem tenta nutrir esperança no andamento ao menos da tributária reconhece que ela só poderá ser retomada após a superação da crise.

Na sexta (20), o ministro Luiz Henrique Mandetta (Saúde) disse que a curva de transmissão do novo coronavírus no Brasil só deve apresentar “queda profunda” em setembro.

“Podemos retomar a discussão ainda no primeiro semestre, mesmo que remotamente. Se não der para votar, ao menos cumprir os prazos. Reduz o ritmo? Lógico. Mas não dá para descartar”, diz o líder do DEM na Câmara, Efraim Filho (PB), para quem a outra reforma, a administrativa, “vai ficando cada vez mais para um segundo momento”.

## FOLHA DE S.PAULO

# BNDES injeta R\$ 55 bi na economia contra efeitos do coronavírus

Banco reforça caixa do FGTS, suspende pagamento de parcelas de financiamento e amplia crédito para empresas

Ana Luiza Albuquerque

**RIO DE JANEIRO** O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) anunciou, neste domingo (22), medidas que totalizam R\$ 55 bilhões e visam mitigar os efeitos da pandemia de coronavírus na economia brasileira.

O valor equivale a quase a totalidade dos desembolsos do banco em 2019.

Banco do Brasil e Caixa, as outras duas grandes instituições financeiras do governo, já haviam adotado ações para mitigar os reflexos do vírus na economia, como reforço no crédito e corte em juros.

São quatro as medidas anunciadas pelo BNDES:

1) transferência de recursos do fundo do PIS-Pasep para o FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), no valor de R\$ 20 bilhões — o fundo do PIS-Pasep é uma das principais fontes de recursos do BNDES;

2) suspensão temporária de pagamentos de parcelas de financiamentos concedidos diretamente para empresas, no valor de R\$ 19 bilhões;

3) suspensão em caráter temporário de pagamentos de parcelas de financiamentos indiretos para empresas no valor de R\$ 11 bilhões;

4) ampliação do crédito para micro, pequenas e médias empresas, via bancos parceiros, no valor de R\$ 5 bilhões.

O presidente Jair Bolsona-

ro (sem partido) participou da teleconferência na qual Montezano detalhou as medidas anunciadas.

Bolsonaro afirmou que o combate ao vírus deve ser tratado com cuidado, porque a doença pode ser fatal para os idosos, mas disse que também é muito importante garantir a manutenção dos empregos — na véspera, o presidente disse que “governadores irresponsáveis” estão proporcionando desemprego com medidas que restringem a atividade econômica.

Segundo Montezano, o objetivo da suspensão dos pagamentos das parcelas de financiamentos diretos e indiretos tem como objetivo dar tranquilidade e alívio de caixa para as empresas brasileiras.

Serão atendidos com a medida setores como petróleo e gás, aeroportos, portos, energia, transporte, mobilidade urbana, saúde, indústria e comércio e serviços.

A ampliação do crédito para micro, pequenas e médias ocorrerá por meio da linha BNDES Crédito Pequenas Empresas, que passará a contemplar empresas com faturamento anual de até R\$ 300 milhões.

O limite de crédito por beneficiário irá de R\$ 10 milhões para R\$ 70 milhões. As empresas terão dois anos de carência e cinco anos de prazo total para pagar o financiamento.

A transferência de recursos

para o FGTS já havia sido anunciada pelo Ministério da Economia, que indicará quais os critérios para os trabalhadores efetuarem novos saques.

Montezano afirmou que essas são apenas as primeiras medidas tomadas pelo banco e que as ações durarão até o fim da crise do coronavírus. Ele disse, ainda, que o BNDES veio se preparando silenciosamente nas últimas duas semanas para lidar com os efeitos da pandemia.

“Houve uma verdadeira revolução tecnológica no banco, mudaram todos os sistemas operacionais. Temos condições técnicas de operar com 100% dos funcionários trabalhando de casa”, afirmou.

Montezano disse, também, que o BNDES ainda discute produtos para as companhias aéreas, os estados e municípios e os setores do turismo, bares e restaurantes.

Quando lhe foi perguntado sobre a venda de ações e a devolução antecipada de recursos ao Tesouro Nacional, Montezano disse que as duas possibilidades estão temporariamente suspensas.

“No momento atual, qualquer venda de ações se torna muito desafiadora. O mercado está muito volátil, é complicado vender qualquer ação. Esperando a normalização dos mercados, voltamos a discutir. Da mesma forma, a devolução ao Tesouro.”

## FOLHA DE S.PAULO

# Divisas bloqueadas

Estados criam novos riscos ao tomarem medidas drásticas contra epidemia de forma descoordenada

Governadores de ao menos oito estados impuseram nos últimos dias medidas extremas de controle ou até fechamento das divisas para combater a pandemia de coronavírus, em atos não raro irrefletidos ou mesmo temerários.

A Bahia recorreu à Justiça para estabelecer barreiras sanitárias. Goiás pediu ao Ministério da Infraestrutura o fechamento de seus aeroportos. Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Ceará, Piauí, Maranhão e Rio de Janeiro também endureceram, em graus variados, o controle do fluxo de ingressos de pessoas e veículos em seus territórios.

As medidas mais rumorosas foram as tomadas pelo governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel (PSC) — que promoveu, por decreto, o fechamento das divisas por via terrestre e aérea.

Suspendeu-se o transporte interestadual com origem em São Paulo, Minas, Espírito Santo, Bahia e Distrito Federal, bem como a operação aeroviária de passageiros envolvendo esses estados.

Como se apontou, tais iniciativas invadem competências federais e, descoordenadas, põem em risco o abastecimento de produtos essenciais nos estados que as adotam.

Antes de providências dessa na-

tureza, alternativas já adotadas em outras unidades da Federação poderiam ter sido consideradas.

Nesse rol estão checagem de temperatura em aeroportos; capacitação para que agentes de transporte recomendem a quarentena de pessoas oriundas de zonas com níveis mais avançados da pandemia; normas severas contra aglomerações; aumento de testes na população.

Verdade que o vácuo de poder preenchido pelas medidas estaduais foi criado por Jair Bolsonaro. Já em fevereiro deste ano, 20 governadores, num total de 27, assinaram carta com críticas ao presidente, num indicativo da desarticulação entre o Palácio do Planalto e as demais esferas de governo.

Fica evidente, ainda, que a corrida presidencial de 2022 começou mais cedo. “Estamos fazendo aquilo que ele [Bolsonaro] não faz: liderar o processo”, disse o governador paulista, João Doria (PSDB).

Em resposta às ofensivas de governadores, particularmente a de Witzel, o presidente anunciou ter assinado medida provisória para estabelecer a competência federal no fechamento de aeroportos e rodovias federais. A decisão está correta. Resta empregá-la com sabedoria e equilíbrio federativo.



## FOLHA DE S.PAULO

## Ajuda de banco público contra vírus pode não chegar ao pequeno negócio

Instituições querem mais garantias e histórico de bom pagador, o que deve atrair grande empresa

Julio Wiziack

BRASÍLIA Apenas 15% do dinheiro liberado pelos maiores bancos públicos para linhas especiais de crédito de capital de giro chegará às pequenas e médias empresas —as mais afetadas pela crise do coronavírus.

Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil irão disponibilizar R\$ 145 bilhões às empresas. Desse montante, a menor parcela —cerca de R\$ 22 bilhões— será para as pequenas e médias, segundo estimativas de executivos da Caixa e do BB feitas com base em análise de crédito. Eles falaram sob a condição de anonimato.

A tendência, de acordo com eles, será concentrar a maior parte do dinheiro em empresas de grande porte, pois são justamente elas que têm bom histórico de pagamento.

Para pequenas e médias empresas, a maioria com risco elevado de crédito, será preciso apresentar novas garantias.

Os bancos dizem oficial-

mente que atendem pedido do governo Jair Bolsonaro (sem partido) para injetar dinheiro na economia e na saúde.

Ao todo, o socorro das instituições à economia, segundo anúncio do governo federal, chegará a R\$ 178 bilhões. Além de capital de giro, outros produtos estão previstos.

"Somos um banco social, mas somos um banco", afirmou o presidente da Caixa, Pedro Guimarães, em entrevista à Folha na quinta-feira (19).

Guimarães, que direcionou até o momento R\$ 78 bilhões em dinheiro novo para reforçar as linhas de crédito do banco, disse promover uma migração da carteira de grandes empresas para micro e pequenas. Mesmo assim, elas seguirão o rito de análise de capacidade de pagamento.

"Passando nos testes de crédito, vamos financiar. O que não vai acontecer é fazer [uma operação] sem dar garantias", disse.

Na Caixa Econômica, serão destinados ainda R\$ 30 bilhões para a compra de carteiras de outros bancos (empréstimos concedidos por outras instituições) que enfrentam problemas de caixa por causa da crise do coronavírus.

Outros R\$ 3 bilhões serão direcionados exclusivamente para hospitais e Santas Casas que atendam pela rede do SUS (Sistema Único de Saúde).

O restante —R\$ 45 bilhões— é o que, efetivamente, abastecerá linhas de capital de giro

## Socorro às maiores

Alvo de ajuda do governo, pequenas e médias empresas terão dificuldades de crédito nos cinco maiores bancos

## Evolução da carteira de crédito para empresas

Em R\$ bilhão, por banco

	Banco do Brasil	Caixa	Itaú-Unibanco	Bradesco	Santander	Total, em R\$ trilhões
2014	370	163,5	326	241	115,1	1,2
2015	409	187	384	291,3	136	1,4
2016	354,1	192,2	326,1	278	122	1,3
2017	302,4	178,4	277	235,4	119,3	1,1
2018	293	161	288	265	121	1,1
2019	262	138	362,5	295	134,2	1,2

## O cliente mais atendido em cada banco

Em % da carteira de crédito corporativo, por tamanho de empresa\*\*

	Micro	Pequena	Média	Grande
2014				
Banco do Brasil	4,2	17,6	31,2	47
Caixa	21,5	20	26	32,5
Itaú	5	9	40	46
Bradesco	20	19,5	32	28,5
Santander	9	14	47	31
2019				
Banco do Brasil	1	10	20	69
Caixa	7	11,5	18,5	63
Itaú	3	13	38	46
Bradesco	9	18	33	40
Santander	6	16	40	38

## Bons pagadores concentram negócios

Em % da carteira de crédito, por risco

Risco do tomador	Banco do Brasil	Caixa Econômica	Itaú Unibanco	Bradesco	Santander
AA, A e B baixo	67,3	70,6	51,8	43,6	57,4
C e D médio	19,5	63,8	7,6	28	12,6
E até H elevado	13,2	26,5	6,5	16,2	22
	2014	2019	2014	2019	2014
	53,7	63,8	44,5	54,8	65,5
	31	26,5	49	29	15,8
	14,3	9,7	40,6	28,4	18,7

Fonte: Banco Central | \*Considerando Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú Unibanco, Bradesco e Santander  
\*\*Não considera operações não individualizadas por pessoa jurídica e empréstimos feitos a empresas no exterior

na Caixa —ajuda para empresas enfrentarem o problema da falta de dinheiro, que não terá entrada suficiente de receitas ao menos pelos próximos três meses, segundo projeções de economistas.

As estimativas mais pessimistas indicam que o pico de contaminação dos brasileiros pelo coronavírus ocorrerá em meados de abril. Seriam afetadas cerca de 40 mil pessoas.

Nas projeções mais conservadoras, o vírus deve contaminar cerca de 20 mil pessoas. A situação deve voltar à normalidade em meados de junho.

O ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, afirmou na sexta-feira (20) que o sistema de saúde deverá entrar em colapso no próximo mês. Segundo ele, os casos deverão cair a partir de setembro.

Para tentar amenizar efei-

tos da retração na economia, o Banco do Brasil pôs à disposição do mercado mais R\$ 100 bilhões para linhas de crédito.

Mas somente 13 milhões de correntistas tiveram aumento do limite para novos empréstimos. Isso representa 37% do total de clientes.

O problema é que as pequenas e médias seguem estranguladas desde o fim da recessão, em 2018. A economia, que

vinha ensaiando a retomada, volta a patinar. As empresas terão queda de faturamento. Isso irá afetar especialmente comerciantes e prestadores de serviços porque as pessoas estão em casa, em quarentena.

Cerca de 9% da carteira de crédito vigente da Caixa é de empréstimos concedidos para esse grupo.

O Ministério da Economia, sob comando de Paulo Guedes, reviu a expectativa de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) para 2020 na sexta. A projeção foi cortada de 2,1% para 0,02%.

Dados do Banco Central do fim do ano passado indicam que as empresas estão em uma situação difícil para atravessar essa crise. Dentre os pedidos de recuperação judicial registrados pelo regulador até junho de 2019 —dado mais recente—, 98% eram de pequenas e médias empresas.

Ainda segundo o BC, o índice de recuperação desse segmento de empresas é muito baixo. Até hoje, 91% das pequenas e médias faliram no acumulado do ano. Apenas 9% voltaram à atividade plena.

Entre as companhias de grande porte, 43% foram à falência e 57% saíram da vala da recuperação.

O BC tem esse registro porque os bancos são credores de mais da metade da dívida das empresas falidas e das que foram reestruturadas (com renegociação de dívida).

Desse total, há provisionamento (reserva para perdas) da ordem de 70%. Ou seja: as instituições financeiras estão muito mais cautelosas na oferta de novos empréstimos, especialmente para as companhias de pequeno porte.

Levantamento feito pela Folha com base nas séries históricas do BC mostra que os bancos públicos sempre foram mais conservadores, mesmo nas crises financeiras, o que abriu espaço para a atuação de bancos privados, como Itaú, Bradesco e Santander, na conquista de novos clientes.

Hoje, a Caixa concentra 63% dos empréstimos para empresas com risco muito baixo de inadimplência (AA e A) —a maior parte é de grandes empresas. Somente 23% da carteira foi para companhias com risco elevado (de E até H).

No Banco do Brasil, a situação é similar: 54% do crédito é para empresas de grande porte, com risco muito baixo, e 24% na categoria mais arriscada.

Mesmo assim, os bancos privados estão cautelosos. Nos bastidores, preferem deixar BB e Caixa na linha de frente à espera dos efeitos da crise nas próximas semanas.

Apesar de todos eles operarem com folga de capital (lastro próprio para bancar uma expansão repentina da oferta de crédito), afirmam que seguirão as regras de mercado para a concessão de novos empréstimos.

## Grandes companhias ampliam concentração

Em % do total de crédito corporativo por tamanho de empresa

	2014	2019
Micro	10,7	4,8
Pequena	16,5	13
Média	33,6	28
Grande	39,2	54,2

## Capital de giro é negócio lateral

Em % da carteira de crédito para empresas

	2014	2019
Santander	30	16
Bradesco	20,4	15
Itaú Unibanco	17,5	11,2
Caixa	45,1	21
Banco do Brasil	21,3	18

“Passando nos testes de crédito, vamos financiar. O que não vai acontecer é fazer sem dar garantias”

Pedro Guimarães  
presidente da Caixa

# Correntistas relatam dificuldade em prorrogar dívidas

Isabela Bolzani

**SÃO PAULO** Os clientes dos maiores bancos do país têm encontrado dificuldades em prorrogar o vencimento das dívidas, conforme medida anunciada pela Febraban (Federação Brasileira de Bancos) na segunda-feira (16).

Os relatos variam desde gerentes que desconhecem a ação até canais de atendimento que não funcionam e clientes que dizem cumprir os pré-requisitos, mas que ou não conseguiram a prorrogação ou receberam parcelas maiores para pagar depois dos 60 dias.

Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica, Itaú e Santander se comprometeram a adiar por 60 dias vencimentos de dívidas de pessoas físicas e micro e pequenas empresas.

No dia do anúncio da Febraban, nenhum dos cinco divulgou detalhes sobre linhas

e pré-requisitos escolhidos para compor a medida. A Febraban confirmou que a ação passaria a valer no dia 16. Os bancos detalharam as medidas ao longo da semana.

São válidos apenas os contratos vigentes em dia e limitados aos valores que já foram usados pelo consumidor.

Advogados afirmaram que diversos clientes já entraram em contato em busca de apoio legal pelo cumprimento da proposta e para conseguir passar por um momento de baixa geração de caixa ou salários cortados pela metade ante a crise do coronavírus.

Segundo Márcio Casado, sócio diretor da Márcio Casado & Advogados, clientes com contas nos cinco bancos entraram em contato afirmando encontrar dificuldades na prorrogação dos pagamentos.

“Os bancos não estão fazendo um favor. O Código Civil foi

alterado no ano passado para facilitar o acesso ao crédito, e uma das situações já previstas no código são exatamente os casos de força maior”, afirma.

São considerados casos de força maior eventos imprevisíveis e inesperados, que estão fora do controle. Assim, segundo Casado, não haveria necessidade de comprovação de impactos trazidos pela pandemia aos orçamentos corporativos e familiares.

“O coronavírus é um fato notório, em que todas as pessoas e empresas foram atingidas de forma direta ou indireta. A questão probatória perde a relevância”, afirma Casado.

As empresas também começam a buscar apoio legal. Segundo o sócio da área financeira e corporativa do SiqueiraCastro, Guilherme Dantas, ainda que as medidas anunciadas sejam cumpridas, elas não serão suficientes para solucionar

toda a estruturação fiscal e de dívida das companhias.

“As empresas estão na UTI. As medidas não estão chegando nem a conta-gotas ao caixa das companhias.”

Para os advogados do SiqueiraCastro, falta agilidade do poder público. “Cabe ao CMN, ao Tesouro [Nacional] e ao Banco Central trabalhar a liquidez do sistema. Haverá uma grande rolagem de dívida privada”, afirma o sócio da área tributária do escritório, Maurício Fregonesi.

Segundo Renato Moraes, sócio da área cível da Cascione Pulino Boulos Advogados, ainda não é possível saber se as medidas serão suficientes, mas a melhor solução seria a de uma negociação amigável.

“Em uma situação de empréstimo, em que o dinheiro já foi cedido e usado, não tem como isentar completamente o tomador do pagamento.”

Algumas das principais negociações propostas pelos bancos têm o caráter de refinanciamento. Na prática, isso significa que o banco encerra o empréstimo anterior e lança uma nova contratação, com juros e prazos que podem diferenciar.

Assim, o consumidor também precisa ficar atento ao valor efetivo total contratado.

## Banco diz cumprir proposta e que pode definir condições

Itaú, BB, Caixa, Bradesco e Santander afirmaram, em nota, que têm cumprido a proposta conforme suas próprias condições — os bancos tiveram liberdade para definir prazos, pagamento e as linhas para aderir à novidade.

Segundo o Banco do Brasil, a plataforma voltada para pessoas jurídicas só estará disponível nesta segunda-feira (23). O banco passa a oferecer a renegociação massificada de dívidas, com a dispensa da primeira parcela, carência de 90 dias e prazo de 2 a 100 meses para o novo contrato.

O mesmo acontece com a Caixa Econômica, cujo aplicativo, que será usado para a prorrogação das dívidas, também só estará habilitado na próxima semana.

A Caixa anunciou, dentre outras medidas, a possibilidade de pausa de até dois encargos para contratos habitacionais.

Em nota, o Itaú e o Bradesco afirmaram cumprir a proposta rigorosamente. Já o Santander disse que também lançou uma página na internet para orientar os clientes interessados em pedir a prorrogação.

# FOLHA DE S.PAULO

## Covid-19 deteriora cenário e sinaliza recessão

Em menos de um mês, principais indicadores de crescimento, geração de riqueza e confiança degingolam no Brasil

Júlia Moura, Eduardo Cucolo e Gustavo Queirolo

SÃO PAULO Neste mês, as Bolsas globais entraram no que os especialistas chamam de "bear market" (mercado do urso, numa tradução livre). Entre analistas, a figura do urso é uma alusão ao movi-

mento do mercado que derruba o preço dos ativos —ao contrário do touro "bull market", símbolo de Wall Street, que lança os preços para cima. Uma Bolsa entra em bear market quando cai 20% abaixo do seu recorde recente. Em menos de um mês, foi como se um imenso urso

abraçasse e derrubasse não apenas a Bolsa brasileira mas também os principais indicadores da economia nacional. O PIB (Produto Interno Bruto) é um exemplo dramático dessa deterioração veloz das expectativas. Na virada do ano, em um momento de otimismo, eco-

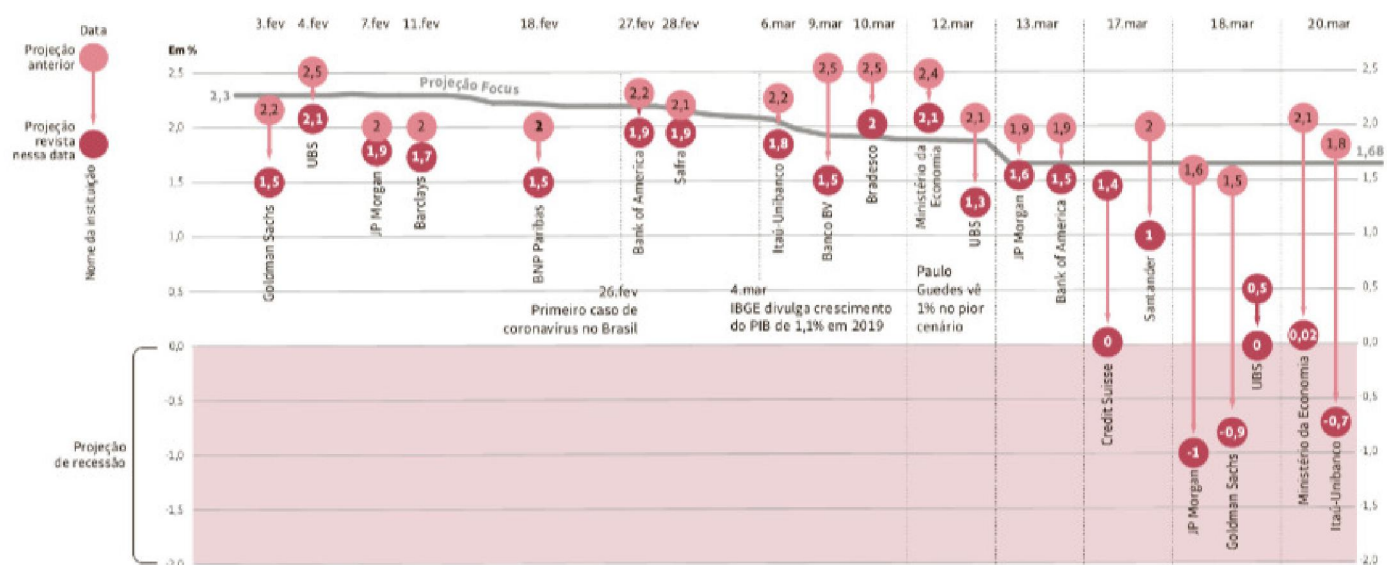
nomistas de grandes bancos chegaram a projetar crescimento de 2,5% para o PIB em 2020. Desde a Quarta-Feira de Cinzas, porém, após a divulgação do primeiro caso de coronavírus no Brasil, as estimativas sofrem sucessivas revisões, sempre para baixo. Já se fala em volta da recessão.

Nas semana que passou, bancos internacionais tomaram a frente nos cortes mais dramáticos, anunciando estimativas de contração econômica na casa de -1% para o ano. O banco americano JPMorgan espera que a economia brasileira sofra um baque da ordem de -10% no segundo trimestre.

Na sexta-feira (20), quando já estava claro que o país segue firme para vivenciar o surto da doença, o governo se rendeu e também fez sua revisão. Passou a considerar um diminuto avanço de 0,02%, praticamente zero. O Itaú Unibanco seguiu os pares estrangeiros e reduziu a projeção de +1,8% para -0,7%.

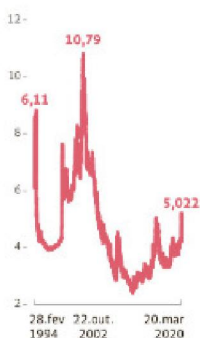
### Em 2020, indicadores econômicos do Brasil deterioraram devido à crise do coronavírus

Revisão das projeções de crescimento da economia brasileira desde fevereiro



#### Dólar supera os R\$ 5, recorde nominal

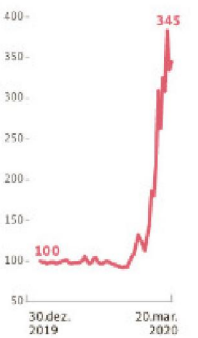
Cotação do dólar ajustada pela inflação brasileira (IPCA)



Em 2020, o dólar acumula alta de 25%, ficando R\$ 1 mais caro. Dentre moedas emergentes, o real é a terceira que mais se desvaloriza, atrás apenas do rublo russo e do peso mexicano

#### Risco-país dispara 245,5% e volta a patamar de 2016

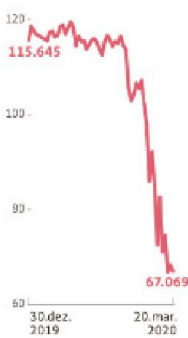
CDS de 5 anos, em pontos



O CDS (Credit Default Swap) de cinco anos, índice para avaliar a capacidade de um país honrar suas dívidas, tem, em 2020, sua maior alta anual desde que foi criado, em 2001

#### Bolsa acumula queda de 42% e retorna aos 60 mil pontos

Em pontos



Em termos nominais (não corrigidos pela inflação), a queda do Ibovespa em 2020 supera o tombo de 41% em 2008

#### Petróleo vai ao menor patamar em 17 anos

Contrato futuro do barril do Brent, em US\$



Além da crise do coronavírus, a matéria-prima tem seu preço reduzido com a disputa entre Arábia Saudita e Rússia, na qual os sauditas baixaram o preço do barril

#### Petrobras perde mais da metade de seu valor de mercado

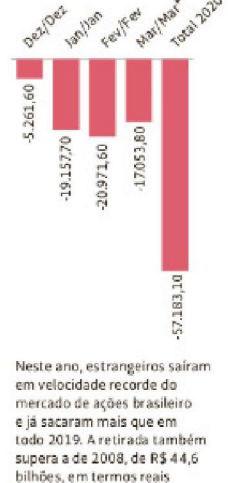
Valor de mercado da estatal, em R\$ bilhões



A estatal é impactada tanto pela paralisação das economias pela Covid-19 como pela queda do petróleo e voltou ao que valia em 2017

#### Estrangeiros têm saída recorde da Bolsa

Saldo de compras e vendas de ações, sem contar IPOs e follow-ons



Neste ano, estrangeiros saíram em velocidade recorde do mercado de ações brasileiro e já sacaram mais que em todo 2019. A retirada também supera a de 2008, de R\$ 44,6 bilhões, em termos reais

\*Até dia 18.mar Fontes: Bloomberg e CMA

# FOLHA DE S.PAULO

## Economia de guerra

Todos terão que compartilhar parte da queda da renda

### Samuel Pessôa

Pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (FGV) e da Julius Baer Family Office (JBFO) e sócio da consultoria Reliance. É doutor em economia pela USP

Para evitar que a mortalidade com a Covid-19 seja muito elevada, a sociedade decidiu cortar a produção. Ficaremos em casa reduzindo a velocidade de difusão do vírus para não sobrecarregar o sistema de saúde. Não temos a menor ideia de como enfrentar uma crise dessa natureza.

A perda de produto será grande. Suponha uma economia que cresça 2% ao ano. Suponha que nos próximos três meses se trabalhe metade do tempo. Se, nos três trimestres seguintes, a economia voltar ao normal e se,

adicionalmente, por meio de horas extras, metade da perda do trimestre for devolvida nos trimestres seguintes, a queda da economia será de 8,5%.

Há várias prioridades. Primeiro, políticas para manter todas as atividades ligadas à produção e distribuição de alimentos, bens de higiene pessoal e energia em pleno funcionamento.

Segundo, medidas clássicas para a manutenção da demanda, principalmente que visem sustentar a renda, que, de fato, cairá muito. A prioridade

aqui devem ser as famílias que operam na informalidade, que são as mais desassistidas.

Terceiro, será necessário haver uma série de medidas de sustentação dos mercados. Principalmente dos contratos. Além de prover ampla liquidez para que as empresas consigam rolar capital de giro, manter seus empregados e pagar seus compromissos, haverá necessidade de programas para a manutenção do emprego.

Para alguns setores, como o aeroviário, por exemplo, o setor público poderá ter que

garantir parte da demanda.

Os bancos públicos, BNDES, CEF e BB, terão que trabalhar em estreita associação com os bancos privados para prover a liquidez e garantir o capital de giro dos negócios. Adicionalmente, o BNDES terá papel de prover liquidez ao mercado de debêntures.

A dívida pública elevar-se-á, e, portanto, parte do custo da parada da atividade produtiva será socializada.

No curto prazo, o choque é fortemente desinflacionário. A taxa Selic deve cair mais.

Em prazos maiores, aparecerá o efeito sobre a produção. A produção irá cair muito por um ou dois trimestres. É natural que a renda gerada se reduza. Ou seja, apesar de as medidas necessárias de sustentação da renda fazerem todo o sentido, também faz sentido que todos os salários, aluguéis e lucros sejam reduzidos de alguma forma. Parte não será reduzida e irá para a dívida pública.

Não sei como implementar esse mecanismo. Mas, se 100% da renda monetária for garantida, na forma de salários, lucros, juros, aluguéis etc., toda a queda de produção será socializada por meio de aumento da dívida pública.

O governo sinaliza que permitirá que o setor privado reduza a jornada de trabalho e os salários até a metade. A mesma medida deveria ser estendida ao setor público.

O fato de a dinâmica da divi-

da pública não ser prioritária agora não elimina o fato de termos de distribuir os custos de forma mais justa entre toda a sociedade. Os servidores, principalmente a elite do funcionalismo, encontram-se entre o 1% mais rico de nossa sociedade.

Finalmente, é necessário nos prepararmos para adotar a médio prazo outra estratégia.

Nada garante que a epidemia foi contida na China. É possível que a proporção de pessoas imunizadas seja relativamente baixa e, com a normalização da atividade, a epidemia volte.

Se esse for o caso, a prioridade será elevar a capacidade do sistema de saúde em lidar com essa doença. Mais leitos hospitalares com respiradores e treinamento de pessoal da saúde para lidar com a epidemia.

Até o desenvolvimento de um remédio mais definitivo, teremos que aprender a conviver com o vírus.

# Governo vai ajudar Estados, mas R\$ 15 bi por mês não fecha a conta, diz secretário

Waldery Rodrigues também voltou a sinalizar para a possibilidade de uma nova liberação de recursos do FGTS para os trabalhadores

**Idiana Tomazelli, Adriana Fernandes e Lorena Rodrigues, O Estado de S.Paulo**

20 de março de 2020 | 23h49

BRASÍLIA - O secretário especial de **Fazenda**, **Waldery Rodrigues**, indicou que o governo pode ajudar os Estados com repasse de recursos, mas afastou qualquer possibilidade de o governo atender ao pedido de R\$ 15,66 bilhões mensais feito esta semana pelos secretários estaduais de Fazenda. Os Estados alegaram que o valor compensará perdas financeiras devido ao avanço do **novo coronavírus** no **País** e também reforçará as ações em saúde.

“Alguns pleitos são devidos, e outros não há espaço para atendimento. (O valor de) R\$ 15 bilhões por mês é um número que não fecha nas contas”, disse

Waldery. Antes mesmo de incorporar a parte mais significativa dos impactos da pandemia de covid-19, o governo já prevê um rombo de R\$ 161,6 bilhões nas suas contas.

Segundo o secretário, outras formas de ajuda estão sendo estudadas, como transferências “fundo a fundo”. Em outra ocasião, ele já havia afirmado que uma das alternativas é destinar recursos do **Fundo Nacional da Saúde (FNS)** para os governos regionais. Nesta semana, o governo liberou R\$ 424 milhões para Estados e o **Distrito Federal** por meio de uma portaria do **Ministério da Saúde**.

Waldery disse que as medidas para os Estados ainda serão divulgadas. Segundo ele, o governo ainda está avaliando outro pedido dos governos regionais, de suspensão dos pagamentos da dívida com a **União** e bancos públicos por 12 meses. O secretário afirmou que é necessário ter “isonomia” no atendimento a Estados e municípios – a suspensão da dívida beneficiaria mais os endividados em detrimento de alguns governos estaduais que não têm dívida, mas necessitam de recursos.

## **FGTS**

Waldery também voltou a sinalizar para a possibilidade de uma nova liberação de recursos do **FGTS** para os trabalhadores. Segundo ele, o repasse

de R\$ 21,5 bilhões que hoje estão parados no **Fundo PIS/Pasep** para o FGTS contribuirá para garantir a nova rodada de resgates.

O secretário lembrou que R\$ 14,8 bilhões do saque imediato lançado no ano passado ainda não foram resgatados pelos beneficiários. “Podemos pensar em como isso pode ser reinserido na economia”, disse Waldery. Em outra ocasião, integrantes da equipe econômica já indicaram para a possibilidade de, ao permanecer esse saldo no FGTS, promover uma nova liberação sem comprometer a sustentabilidade do fundo.

# Combate à crise tem de passar pela área fiscal, dizem economistas

É unânime a opinião de que governo demorou para agir e medidas anunciadas até agora são tímidas

**Luciana Dyniewicz, O Estado de S.Paulo**

22 de março de 2020 | 05h00

O governo Jair Bolsonaro demorou para agir diante da crise do novo coronavírus e ainda tomou medidas tímidas demais dada a situação de calamidade global, segundo economistas ouvidos pelo Estado. Os especialistas pedem, principalmente, medidas mais profundas na área fiscal, a exemplo do que já foi feito em países desenvolvidos.

O Reino Unido, por exemplo, anunciou na sexta-feira passada que vai pagar até 80% dos salários dos trabalhadores nos próximos meses, enquanto o governo dos Estados Unidos articula com o Congresso um pacote emergencial que pode chegar a US\$ 1 trilhão – ante -R\$ 184,6 bilhões no Brasil.



Para o economista Paulo Leme, professor de Finanças na Universidade de Miami, o governo precisa injetar muito mais recursos na economia do que foi anunciado e, neste momento, seria melhor pecar pelo excesso. Monica de Bolle, pesquisadora do Peterson Institute for International Economics, nos Estados Unidos, afirma que a situação é de guerra e que, para bancar um aumento de gastos, o governo poderia se financiar através de instituições financeiras domésticas.

### **Teto de gastos**

Se os especialistas são unânimes ao defender um aumento dos gastos neste ano, eles divergem em relação à manutenção do teto dos gastos (emenda constitucional que limita o aumento dos gastos à inflação). Segundo Monica, a regra deve ser temporariamente suspensa, já que a realidade é dramática.

Ex-ministro da Fazenda, Máilson da Nóbrega, no entanto, afirma que é possível aumentar os gastos abrindo um crédito extraordinário para despesas de calamidade pública, que não seria contabilizado no teto. A economista Zeina Latif também apoia a manutenção do teto. “Tem de haver um esforço para manter o teto. Tenho medo do precedente que se abre ao suspendê-lo. Grupos de interesse sempre tentam abocanhar partes crescentes do Orçamento.”

Além de criticarem o alcance das medidas anunciadas, os economistas também apontam problemas políticos que têm atrapalhado o combate à pandemia e à crise econômica. Leme destaca que o governo precisa retomar a capacidade de informar a população de forma clara. “O presidente tem de apoiar a equipe de Saúde. O País tem de remar na mesma direção.” Zeina ataca a falta de articulação do governo e a demora do governo para reconhecer a gravidade da situação. “O governo subestimou o problema, agora será mais difícil lidar com essa crise. Não é que ela fosse inevitável, mas queimamos algumas etapas, como a da comunicação.”

# Funcionalismo tem de dar a sua contribuição

Se os gastos obrigatórios não forem flexibilizados, dinheiro da saúde irá para folha dos servidores

---

O Globo · 20 março 2020

---

Apesada carga da cultura de injustiça social que o Brasil carrega emerge efica visível em momentos em que é preciso decidir sobre a repartição do custo na sociedade de ações duras de correção. No ano passado, a reforma da Previdência contribuiu para expor a existência de dois tipos de brasileiros, classificados pelos regimes de seguridade social: o assalariado do setor privado, cuja aposentadoria obedece ao teto hoje de R\$ 6.101, e o servidor público, que sai do serviço ativo ainda jovem e com benefícios superiores a R\$10 mil ou R\$ 20 mil, a depender da esfera administrativa em que esteja. A reforma conseguiu acabar com parte do privilégio, mas apenas para os novos servidores, e nem todos.

Como o mundo, o Brasil sofre os efeitos de um vírus que, além de adoecer e matar, desemprega, extermina salários, joga as economias no chão. A possibilidade de caos social e humanitário é concreta, se governos e sociedade não agirem com rapidez e de maneira incisiva. O pedido do governo ao Congresso de decretação de estado de calamidade, aprovado ontem na Câmara e a ser chancelado hoje no Senado, dá ao Executivo o espaço que precisa para conduzir as correções.

Diante da rápida e maciça perda de receita das empresas, é preciso agir para que elas sobrevivam. Na quarta, foi anunciado que será proposto que os empregadores possam cortar pela metade o salário de seus funcionários, na mesma proporção da redução da jornada de trabalho. O conceito de que é melhor preservar o emprego e parte da remuneração do que ser demitido é indiscutível.

Na manhã de ontem, no programa “Em ponto”, da GloboNews, a economista Zeina Latif fez a pergunta: “por que não se fala em fazer o mesmo no setor público?” A questão é irrefutável. Ora, se as finanças públicas estão dissolvendo, porque a recessão seca os canais que abastecem o Tesouro de impostos, e é preciso dinheiro público para salvar vidas em hospitais, postos de saúde e garantir alguma renda a dezenas de milhões de pessoas que vivem na informalidade, entre outras, os servidores precisam dar sua contribuição. Eles são um dos maiores itens de despesa nos orçamentos públicos, federal, estaduais e municipais.

Senão, pode ocorrer situação inaceitável de os bilhões que os estados já pedem, com razão, ao governo federal serem usados para pagar ao funcionalismo ativo e aposentado, que constitui despesa obrigatória, desviando os recursos que seriam para o atendimento às vítimas do coronavírus.

Os assalariados do setor privado, que não têm estabilidade no emprego, abrirão mão de parte do salário em troca do emprego. Enquanto os servidores, estáveis, continuarão intocáveis.

A situação de calamidade é só dos infectados e dos milhões dos salarizados da iniciativa privada. É preciso que o Congresso aprove já a PEC Emergencial, para permitira correção desta injustiça, agora devido a uma séria crise humanitária no Brasil.

# Caixa Econômica reduz juros e suspende pagamento de dívidas

Prestações não precisam ser pagas por 60 dias, incluindo crédito pessoal, consignado, penhor e prestação de imóveis. Empresas também podem renegociar contratos

O Globo · 20 março 2020 · GERALDA DOCA geralda@bsb.oglobo.com.br BRASÍLIA E RIO VALLE (Colaborou Patrícia

A Caixa Econômica Federal anunciou ontem um amplo pacote de medidas em razão da crise do coronavírus, com redução dos juros em várias linhas de crédito e suspensão do pagamento de dívidas por 60 dias, inclusive da prestação de imóveis. Serão beneficiadas pessoas físicas, micro e pequenas empresas, sobretudo dos setores de comércio e serviços, hospitais e santas casas. As mudanças entram em vigor a partir de segunda-feira.



Ao detalhar as medidas, o presidente da Caixa, Pedro Guimarães, informou que o banco pretende injetar na economia durante a crise um total de R\$ 78 bilhões. Ele destacou que, caso o cenário piore, os clientes poderão ganhar prazo ainda maior:

— Estamos começando com 60 dias, havendo necessidade, ampliaremos para 90 dias, para 120 dias.

Não será exigida a comprovação da necessidade de suspensão dos pagamentos, mas, segundo Guimarães, será preciso informar o interesse na medida. Isso poderá ser feito via aplicativo de celular, no site da Caixa ou nas agências.

Será possível suspender por dois meses dívidas parceladas, como crédito pessoal, consignado, penhor e prestação de imóveis — no caso de pessoas físicas. Neste prazo, o tomador não precisará pagar nem o principal nem os juros.

O mesmo benefício será dado às empresas, especialmente micro e pequenas, nas linhas de capital de giro. No caso de um novo empréstimo haverá carência de 60 dias, principalmente nas linhas de aquisição de máquinas e equipamentos. Empresas dos setores do comércio e de serviços, mais afetados pela crise, ganharão prazo de seis meses para iniciar o pagamento do fi-

nanciamento. Será liberado para hospitais e santas casas um volume de crédito de R\$ 3 bilhões, em condições facilitadas, com juros mais baixos e carência de até seis meses.

Em linha com o Banco Central, a Caixa cortou os juros nas linhas de pessoas físicas, especialmente crédito pessoal. No caso de micro e pequenas empresas, as linhas de capital de giro têm taxas a partir de 0,56% ao mês. Segundo Guimarães, essa modalidade é a mais demandada pelo setor produtivo.

Outros bancos, como Banco do Brasil, Santander e Itaú, também estão oferecendo linhas de crédito com condições especiais para micro e pequenas empresas. O BB, por exemplo, anunciou linha de capital de giro com taxas a partir de 0,99% ao mês, pagamento em até 60 vezes e até 90 dias para pagar a primeira parcela.

Já o governo do Estado do Rio vai destinar R\$ 320 milhões em linhas de crédito para microempreendedores e empresas. Os financiamentos têm prazos e carências estendidos e taxas de juros reduzidas e já podem ser solicitados pelo site da Agência Estadual de Fomento do Rio de Janeiro (AgeRio).

#### VOUCHERS A INFORMAIS

A Caixa já está se preparando para iniciar o pagamento do voucher no valor de R\$ 200 para trabalhadores informais de baixa renda, medida anunciada na quarta-feira pelo governo. Além do crédito em conta para quem é correntista ou tem poupança, o dinheiro poderá ser sacado em lotéricas, terminais eletrônicos, correspondentes bancários e agências. Serão utilizados cadastros da Caixa e do INSS para identificar os beneficiários.

# Crise muda receituários para economia rapidamente

O Globo · 20 março 2020 · MÍRIAM LEITÃO

As previsões do PIB brasileiro estão despencando num ritmo que atordoa. Acadamo men toé umban coou consultoria que está levando o número para a recessão. Já se fala em menos 3%. P orisso acorrida no governoép ara tirar o atraso e anunciar medidas. O maior desafio será fazê-las funcionar. Setores e estados também estão na mesma busca de soluções. Ontem o governador Helder Barbalho, do Pará, conversou coma Vale e ouvi uda diretoria que a empresa pretende manter as atividades no mesmo ritmo. E o que acontece com um setor que não pode parar, nem que queira? O de vidros, por exemplo. Mas alguns clientes estão suspendendo a produção. A economia está cheia de desencontros assim.

Quando há uma parada brusca da atividade econômica, cada um é apanhado em um ponto, alguns em contrapé total. E é esse conjunto de atingidos que o Brasil verá no nível individual e corporativo. Há milhões de brasileiros cuja capacidade de geração de renda está entrando em colapso e por isso o Ministério da Economia tem anunciado medidas de socorro. Algumas repetem ações que foram adotadas em governos petistas, como a de complementar o salário do trabalhador com redução de jornada.

Quando mudam as circunstâncias, muda-se o receituário. Há muita dúvida sobre a capacidade de formulação e de implementação de políticas sociais ativas por parte desse governo, mas a boa notícia é que na Câmara dos Deputados há algum tempo o presidente Rodrigo Maia vinha incentivando um grupo de deputados a ouvir os especialistas e traçar programas sociais. E ontem, na coletiva concedida pelo Ministério da Economia, o secretário de Trabalho e Previdência, Bruno Bianco, disse que tudo tem sido conversado com o presidente da Câmara até para haver mais rapidez na aprovação dos projetos de lei. A economia precisa de urgência. E de entendimento.

Outra boa notícia é que os governadores não estão parados e cada um está tentando adotar medidas de mitigação da crise. Conversei ontem com o governador do Pará, Helder Barbalho, e ele disse que dois pontos fundamentais da economia paraense são a Vale, com a atividade de mineração, e o agronegócio. E que os dois permanecerão produzindo.

— Nas últimas 72 horas começaram a cair as previsões de receita. Tinha uma meta de superávit de R\$ 15 milhões que não vou cumprir. Estou mandando um decreto de calamidade para a Assembleia e os deputados vão constituir uma comissão para acompanhar os gastos. São medidas preventivas para caminhar nesta crise.

Na segunda-feira o governador Barbalho vai anunciar um pacote que proíbe o corte do fornecimento de água e luz por falta de pagamento. Além disso, o Banco do Estado do Pará vai oferecer R\$ 100 milhões em empréstimos a pequenas empresas, com juros de 0,2%. Valores pequenos de R\$ 15 mil. Para focar no pequeno mesmo. O dinheiro virá dos dividendos que o banco pagaria ao Estado.

Na economia, muitos setores estão em situação complexa. O repórter Alvaro Gribel, da coluna, falou com Lucien Belmonte, da Abividro. Ele acha que a economia vai ‘dar uma capotada’ em dois a três meses.

— O setor de supermercados vende mais, mas o resto não vende nada. No nosso setor há peculiaridades. Ele é intensivo em energia e são contratos nem sempre flexíveis. Precisa flexibilizar. Mas não sei nada sobre isso e o ministro está doente. As nossas fábricas não podem parar. Não existe a possibilidade de desligar o forno. Nosso processo é contínuo. Não é um forno de pizza. Custa R\$ 100 milhões. Podemos chegar ao limite de trabalhar parte da produção, quebrar o vidro para virar caco e jogar de volta. Dois dos clientes de vidros planos são a indústria automobilística e a construção civil. As montadoras vão parar. Na construção, quem vai encomendar um box?

Belmonte acha que falta o governo olhar a pequena empresa, porque é o empresário que não tem folga de caixa. Nas políticas sociais também o desafio é chegar no mais frágil. Há diversas medidas que atingem quem tem emprego, como a anunciada ontem que permite reduzir a jornada e diminuir o salário. Ou o pagamento dos primeiros 15 dias pelo INSS de quem for afastado por coronavírus. A medida que foi formulada para ajudar os informais, como disse aqui, pega apenas parte deles, a que está nos cadastros. Mas há os invisíveis, os pobres fora das listas e que precisam ser encontrados com a rapidez que a crise impõe. É preciso correr na luta da saúde, e enfrentar na economia os efeitos devastadores da propagação do vírus.

A crise derruba previsões para o PIB e muda receituários para a economia tão rapidamente quanto o vírus se propaga



# Depressão econômica entra no radar

Economistas já veem impacto mais prolongado da crise na economia

---

O Globo · 21 março 2020 · PEDRO CAPETTI [pedro.capetti@oglobo.com.br](mailto:pedro.capetti@oglobo.com.br)

---

O governo praticamente zerou sua projeção de crescimento do PIB este ano, com previsão de 0,02%. Parte dos economistas, porém, já avalia que o impacto do coronavírus pode ser muito mais prolongado e colocar o país no caminho de uma depressão econômica.

A rápida deterioração da economia global diante do avanço do coronavírus levanta dúvidas sobre a duração e a profundidade da crise na dinâmica produtiva brasileira. Já é praticamente consenso entre os economistas que o país, assim como o mundo, enfrentará uma recessão. Mas no intenso debate sobre a necessidade de estímulos para lidar com a turbulência, parte dos especialistas já vê indícios de que o Brasil corre risco de mergulhar numa depressão econômica.

Para caracterizar a entrada do país em recessão técnica, bastam dois trimestres seguidos de desempenho negativo do Produto Interno Bruto (PIB), uma possibilidade com a qual o próprio Ministério da Economia já trabalha, ao reduzir sua projeção de crescimento da economia brasileira para este ano a praticamente zero. Uma depressão econômica é entendida por parte dos especialistas como algo mais grave que uma recessão, com um longo período de baixo crescimento e efeitos negativos na produção, no emprego e na renda das famílias. No mundo, o exemplo mais conhecido é a Grande Depressão, na década de 30, após a quebra da Bolsa de Nova York, em 1929.

## ACHATAR CURVA DA RECESSÃO

Mesmo os que ainda não veem essa ameaça no cenário, alertam que a economia brasileira precisará de estímulos, tanto de ordem fiscal quanto do avanço de reformas, para voltar a crescer. Entre os pontos mais citados está a necessidade de ampliar gasto público para proteção dos mais vulneráveis e das pequenas e médias empresas, que têm menos margem para lidar com a crise.

Para a economista Monica de Bolle, da Johns Hopkins University em Washington, é preciso não apenas “achatar a curva” da contaminação pelo coronavírus, como também “achatar a recessão”. Ela sugere medidas no sentido de ampliar a proteção social, diante do risco de quebra de empresas e de pessoas ficarem desassistidas, especialmente os trabalhadores informais. Outros fatores de preocupação que aumentam o risco de um agravamento da crise são o patamar ainda elevado de desemprego e a estagnação do PIB per capita, atualmente no mesmo patamar de 2009.

— O governo não vai conseguir controlar o cenário recessivo, mas consegue controlar o tamanho da recessão, dependendo das medidas que tomar. É preciso achatar a curva da epidemia e da recessão. A economia pode ter contração em nível similar à de 2015 e 2016. Uma queda

de 4% a 5% do PIB é um quadro de quase depressão, e as coisas se desarranjam muito rapidamente —avalia.

Estudo feito pelo Centro de Macroeconomia Aplicada da FGV afirma que a crise do coronavírus pode levar a economia brasileira a uma retração de 4,4%. Se este cenário se confirmar, será a maior retração registrada desde 1962, início da série histórica disponível no site do Banco Central. O cenário simulado pela FGV considera que a economia sofrerá com efeitos de mesma magnitude dos registrados durante a crise financeira de 2008 e com um impacto doméstico similar ao da greve dos caminhoneiros, em 2018.

A potencialidade dos instrumentos fiscais é considerada determinante para a retomada do país. Na avaliação de Marcio Holland, ex-secretário de Política Econômica e professor da FGV, as medidas anunciadas até agora, que representam uma injeção de R\$ 179,6 bilhões na economia, além da redução da taxa básica de juros para o patamar inédito de 3,75% ao ano, pelo Banco Central, ainda são tímidas comparadas ao esforço adotado pelas grandes economias para lidar com a crise, o que deixa o país mais exposto ao risco de uma depressão.

O governo americano anunciou um pacote de mais de US\$ 850 bilhões para minimizar o impacto econômico da pandemia. Já o Banco Central Europeu (BCE) disse que compraria títulos do setor público e privado no valor de € 750 bilhões.

— Se não tiver política econômica, monetária e fiscal, vamos caminhar para uma depressão. O coronavírus não é uma gripe comum, tem muitas diferenças em relação às crises econômicas típicas do livro-texto. É um choque de oferta e, em seguida, de demanda, com lockdown (confinamento) —resume Holland.

#### INCERTEZA POLÍTICA

Na avaliação de Armando Castelar, coordenador de Economia Aplicada do Ibre/ FGV, o país não caminha para uma depressão, embora uma recessão seja possível este ano. Para Castelar, não bastassem os problemas causados pela Covid-19, o grande risco para a economia brasileira está na turbulência política. Nos últimos dias, o país registrou panelaços em diversas cidades. As apostas da equipe econômica até então para a retomada estavam no pacote de reformas, que depende de aprovação no Congresso Nacional para entrar em vigor:

— A incerteza é que está acabando com a nossa capacidade de crescer mais rápido. Se virar uma bagunça política, pode ficar ruim. Os ruídos políticos de hoje podem cobrar o preço amanhã. O quadro brasileiro se agrava uma vez que, nos últimos anos, o motor do crescimento nacional tem sido o consumo das famílias, responsável por quase 70% de tudo do que é produzido internamente. E um cenário de desemprego elevado e queda da renda pode comprometer o crescimento no futuro. —Se houver um grande volume de demissões, essas famílias ficarão mais endividadas, e vamos comprometer o crescimento de 2021 e 2022. Quanto maior for o gasto fiscal no curto prazo, menos isso vai custar no longo prazo —defende Holland. Paulo Tenani, professor da FGV e chefe de pesquisa da Aqua Wealth Management, descarta a hipótese de depressão, mas avalia que a recessão já é um cenário dado. A saída, para ele, seria aumentar o investimento público em infraestrutura, após a crise, para a economia voltar a girar. — O que está se fazendo agora é apagar o incêndio do carro. Depois disso, você precisa colocar o carro para andar de novo, com investimento de infraestrutura. É muito improvável que ele volte a andar sozinho.

-4,4% É a previsão de estudo da FGV para o PIB deste ano Estudo considera impacto similar ao da crise de 2008 e da greve dos caminhoneiros em 2018

R\$ 179 bilhões em ações de estímulo anunciadas pelo governo Para especialistas, a União terá que fazer um esforço muito maior para impedir danos na economia

# O PIB desaba e o governo erra

O Globo · 21 março 2020 · MÍRIAM LEITÃO [oglobo.com.br/economia/miriamleitao](http://oglobo.com.br/economia/miriamleitao) [miriamleitao@oglobo.com.br](mailto:miriamleitao@oglobo.com.br) Com Alvaro Gribel e Marcelo Loureiro

Apenas nove dias depois de ter revisto o crescimento do PIB para 2,1%, o Ministério da Economia fez nova revisão para zero. Isso mostra a rapidez dos acontecimentos e a lentidão das projeções do próprio governo. O número 0,02%, desenhado assim para não entrar no negativo, será sem dúvida revisto novamente. O país está entrando em recessão e o ano de 2020 terminará com o encolhimento do PIB. A torcida é para que haja capacidade de mitigar a queda. Essa revisão para 0,02% significa que pelo menos R\$ 70 bilhões de receita não entrarão nos cofres públicos. Ao mesmo tempo o Tesouro precisará gastar muito mais, num valor que ainda não foi quantificado. Mas se, por hipótese, numa projeção otimista, ele tiver uma despesa extra de 1% do PIB para enfrentar a crise, o déficit que estava previsto em R\$ 124 bilhões vai superar R\$ 260 bilhões. O mais urgente agora é evitar o colapso do sistema de saúde, e proteger todo um vasto contingente de brasileiros que está ficando sem capacidade de geração de renda. O presidente Bolsonaro continuou errando ontem. No mundo os governos tomam medidas cada vez mais duras e ele usou ontem a palavra “gripezinha” para definir o coronavírus e de novo brigou com governadores. Não faz sentido que numa crise deste tamanho o presidente da República se preocupe com picuinhas ou entre em competição com os líderes dos entes subnacionais, que tenham que escrever cartas ao presidente. Bolsonaro deveria estar liderando, deveria estar desobstruindo os canais de diálogo, deveria ter entendido o que o mundo inteiro está dizendo: estamos diante de uma crise sem precedentes.



Se já não bastassem os problemas que não resolve, ainda há os que a família do presidente cria, como esta extemporânea crise com a China inventada pelo deputado Eduardo Bolsonaro, pela incontinência verbal que todos eles têm na rede social. A China é destino de R\$ 65 bilhões das nossas exportações, é origem de R\$ 35 bilhões de importações, é o país com quem o Ministério da Saúde estava negociando o fornecimento de equipamentos médicos e hospitalares fundamentais nesse momento. E o ministro das Relações Exteriores ainda ecoou o deputado para deixar mais uma vez clara a subserviência do outrora competente Itamaraty a um parlamentar sem a qualificação mínima para a diplomacia.

No mercado financeiro, todos os bancos e as consultorias estão nesse momento revendo seus modelos e divulgando números cada vez mais negativos. Ontem, o Itaú fez uma forte revisão do cenário. A projeção de crescimento saíu de 1,8% para uma queda de 0,7%. Mas com raras exceções, o mercado subestimou a crise. O Bradesco divulgou uma projeção para o PIB de 2%. Oit dias depois, disse que talvez fosse menor. Mas não tem novo número. O Itaú está prevendo uma recuperação rápida no ano que vem. Ele revisou a projeção de 2021 de 3,3% para

5,5%, num cenário de que a crise seria forte, mas passageira. O economista Márcio Garcia prefere fugir dos números e dizer uma frase, numa entrevista à coluna, que define melhor esse momento do que os modelos dos bancos. —Se alguém souber o que está acontecendo ou é desinformado ou está delirando. Na entrevista que me concedeu, Armínio Fraga foi taxativo em falar, antes que o governo admitisse pedir isso, que deveria ser utilizada a possibilidade da Lei de Responsabilidade Fiscal de decretar estado de calamidade. Em conversa esta semana com a economista Monica de Bolle, do Peterson Institute, ela me disse que a recessão está dada, e que agora é necessário evitar a depressão. Na entrevista que concedeu ao “Valor”, o economista Ricardo Paes de Barros disse o seguinte: “esquece o teto de gastos, numa crise como essa, o teto é uma piada”. Em outra parte de sua excelente entrevista a Bruno Villas Bôas, ele avisou: “não podemos pensar que essa é uma pequena crise que vai passar rápido. Em certo sentido é como se estivéssemos entrando em uma grande guerra”.

Como a curva do crescimento dos infectados pelo coronavírus, a da crise econômica pode ser atenuada dependendo da rapidez da resposta. E não basta uma live com a Fiesp. A qualidade da resposta depende da compreensão da gravidade do problema. O mais assustador é que os cadastros do governo não têm registro de todas as famílias que precisarão do socorro do Estado.

Governo reduziu o crescimento para zero, mas está atrasado. O país terá PIB negativo e a recessão será menor, a depender da rapidez do governo

# Reino Unido vai cobrir salários da população

Governo anuncia pacote de 38 bilhões de libras que prevê pagar 80% da renda das pessoas por pelo menos 3 meses. Prazo pode ser prorrogado, diz ministro das Finanças. UE suspende regras de disciplina orçamentária

O Globo · 21 março 2020 · VIVIAN OSWALD Especial para O GLOBO [vivian.oswald@oglobo.com.br](mailto:vivian.oswald@oglobo.com.br)

O governo britânico anunciou ontem um novo pacote de estímulo, de 38 bilhões de libras (pouco mais de R\$ 223 bilhões), para a economia do Reino Unido enfrentar a crise desencadeada pela pandemia do coronavírus. O dinheiro será usado para garantir o pagamento de 80% dos salários dos trabalhadores do país por um período de três meses, contado a partir de 1º de março; se necessário, o prazo pode ser prorrogado. Também prevê a suspensão, para todo o comércio, do pagamento do Imposto sobre Valor Agregado (IVA). Em princípio, até junho. Este é o terceiro pacote apresentado pelo Executivo, em menos de duas semanas. No total, já foram 418 bilhões de libras, ou R\$ 2,5 trilhões. —Trata-se de um incentivo sem precedentes na História do Estado britânico. Um dos mais abrangentes do mundo —afirmou o primeiro-ministro, Boris Johnson.



O volume de recursos que está sendo liberado pelo governo britânico corresponde a quase duas vezes o total de receitas líquidas obtidas por governo federal, Banco Central e INSS no Brasil durante todo o ano passado (que chegou a R\$ 1,3 trilhão), já descontadas as despesas com juros.

## AJUDA A LOCATÁRIOS

A ajuda é temporária, ressaltou o ministro das Finanças, Rishi Sunak, mas valerá enquanto for necessária. Os recursos a serem concedidos por meio de benefícios sociais, entre eles a garantia dos salários, representarão desembolsos de 8 bilhões de libras (quase R\$ 47 bilhões). Segundo ele, somente a suspensão do IVA significará uma perda de receita de 30 bilhões de libras (R\$ 176 bilhões), o que corresponde a 1,5% do Produto Interno

Bruto (PIB) do país. —As garantias dos salários, em princípio, serão concedidas por três meses. Mas esse prazo pode ser estendido. Não há limite para o valor que pretendemos gastar —disse

Sunak. As medidas incluem ajuda aos locatários de imóveis, que poderão receber auxílio de até 30% do valor do aluguel. E todos os negócios dos ramos de hotelaria e restaurantes tiveram as taxas governamentais suspensas. O pacote foi divulgado com um conjunto de iniciativas ainda mais restritivas de distanciamento social. O Reino Unido finalmente determinou o fechamento de lojas, bares, restaurantes, pubs, teatros, cinemas e academias de ginástica. Já havia a recomendação de que as pessoas evitassem esses estabelecimentos. Na quarta-feira, o governo suspendeu as aulas nas escolas. Foi o último europeu a adotar a medida. — O governo está fazendo o seu melhor. E precisamos que vocês também façam o seu melhor para ajudar os nossos trabalhadores — ressaltou Sunak. — É um problema de todos nós. Por favor, pensem muito bem antes de demitir.

ALEMANHA: FUNDO DE € 500 BI

Também ontem, a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, anunciou a suspensão das estritas regras de disciplina orçamentária da União Europeia (UE). Isso permitirá que os governos dos 27 países do bloco aumentem seus gastos para fazer face à pandemia de coronavírus. Pelas regras da UE, o déficit orçamentário dos países não pode ultrapassar os 3% do PIB. Durante a crise do euro, em 2011, foi criada uma cláusula que permite o relaxamento dessas regras. É a primeira vez que ela é usada. A Alemanha, por sua vez, estuda criar um fundo de € 500 bilhões para ajudar empresas afetadas pela pandemia.

# BNDES lança ações de R\$ 55 bi para conter crise

Banco de fomento amplia em R\$ 5 bi o crédito a pequenas empresas e suspende o pagamento de empréstimos de um total de R\$ 30 bi. Em conferência com executivos, fundador da XP diz que país precisa de um Plano Marshall para evitar 'caos social'

O Globo · 23 março 2020 · BRUNO ROSA E JANAINA LAGE economia@oglobo.com.br

O BNDES anunciou um conjunto de iniciativas que somam R\$ 55 bilhões para reforçar o caixa das empresas e preservar empregos. O plano inclui a suspensão do pagamento de empréstimos, a ampliação do capital de giro para pequenas empresas e a transferência de recursos do PIS/Pasep ao FGTS.



O BNDES lançou ontem iniciativas que somam R\$ 55 bilhões para mitigar o impacto da crise do coronavírus, com foco na geração de caixa das empresas e manutenção de dois milhões de empregos. O montante equivale a 91% de tudo que o banco emprestou no ano passado. As ações marcam a entrada do BNDES na estratégia do governo para lidar com a turbulência, o que incluiu o lançamento de quatro pacotes econômicos.

Das iniciativas anunciadas pelo banco, apenas R\$ 5 bilhões representam efetivamente dinheiro novo. Este será o valor para ampliação de um alínea de crédito para capital de giro, as necessidades de recursos do dia a dia. Serão contempladas desde microempresas até firmas de médio porte, com faturamento anual de até R\$ 300 milhões. O limite de crédito foi elevado de R\$ 10 milhões para R\$ 70 milhões. As empresas terão carência de dois anos e cinco anos de prazo para pagar. O BNDES já orientou os repassadores a não cobrarem Certidão Negativa de Débitos para reduzir a burocracia.

## AUXÍLIO A AÉREAS E ESTADOS

As ações incluem ainda a suspensão do pagamento de juros e do principal por seis meses de R\$ 19 bilhões em financiamentos obtidos diretamente com o BNDES de grandes empresas e de



R\$ 11 bilhões em operações para empresas menores contratadas junto a outros bancos. O alívio no caixa abrange setores como petróleo, infraestrutura, saúde, indústria e comércio. Está prevista a transferência de R\$ 20 bilhões do PIS/Pasep para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), medida que tinha ido anunciada semana passada pelo Ministério da Economia. O reforço de caixa no Fundo permitirá que o governo lance um novo aquecimento de recursos, para colocar dinheiro nas mãos das famílias durante a crise.

— As medidas são de extrema importância. São medidas iniciais e fazem jus a uma política social — disse o presidente Jair Bolsonaro, que participou da transmissão feita pelo presidente do BNDES, Gustavo Montezano, sobre as ações.

Ao fim, Bolsonaro disse ter “orgulho do novo BNDES”, que adota ações “com cautela”. Montezano destacou que as medidas serão adotadas enquanto a crise perdurar:

— É o começo de uma jornada, uma abordagem transversal. Todos os setores presentes na carteira de crédito do BNDES estão sendo beneficiados.

Montezano afirmou que o BNDES vai cumprir sua função anti cíclica, de estimular a economia em momento de turbulência. Perguntado se o pacote anunciado era tímido diante da magnitude da crise, lembrou que a origem da instabilidade não é financeira:

— A comparação com a crise brasileira de 2014 e a imobiliária em 2008 (quando o banco aumentou o volume de empréstimos) tem de ser feita com muita cautela. Naquele momento, o epicentro da crise era financeiro. O remédio mais eficaz era financeiro. Agora é uma questão de saúde.

Ainda assim, o banco, que já trabalha integralmente no regime de home office, avalia uma série de ações com foco setorial. Os primeiros segmentos que serão alvo são companhias aéreas, turismo, bares e restaurantes, além do crédito a estados e municípios.

‘AINDA É POUCO’

Montezano ressaltou que as iniciativas diferem do papel adotado pelo banco em governos anteriores:

— Propomos suporte financeiro às companhias aéreas. O suporte setorial não será só para uma empresa. Não vamos escolher campeão (referência à política de campeões nacionais). Teremos produtos que abarquem as grandes empresas e as regionais. Os recursos não devem ser usados para pagar credores privados, e o dinheiro precisa ser usado para a operação brasileira.

Outra iniciativa em estudo é a criação de fundos garantidores. A ideia é que sejam criados mecanismos para assumir o risco das empresas na crise. Nos estados e municípios, o banco avalia que é possível oferecer de R\$ 10 bilhões a R\$ 20 bilhões. O trabalho será feito com o Tesouro Nacional.

Para Claudio Frischtak, da Inter. B Consultoria, as ações são boas, mas insuficientes:

— Há incerteza na economia global e do país. Mas R\$ 5 bilhões a pequenas empresas são muito pouco. Postergar o pagamento de empréstimo para as maiores é importante, pois pode reduzir a probabilidade de falência. No conjunto, R\$ 55 bilhões ainda é pouco.

Em videoconferência da corretora XP, com executivos de Stone, CSN, MRV e Eletrobras, debatendo com o presidente da Caixa, os empresários discutiram a necessidade de ações do governo e do que poderia ser feito para reduzir a crise, segundo o Valor. Guilherme Benchimol, fundador

da XP, disse que o país precisa de um Plano Marshall —nos moldes do adotado após a Segunda Guerra para a reconstrução das economias europeias.

— Precisamos de um Plano Marshall, uma bomba atômica, para que o Brasil não entre em caos social—disse Benchimol, citando preocupação com o desemprego.

O tema chama a atenção das autoridades na crise. Ontem, o presidente do Federal Reserve de Saint Louis, James Bullard, disse que o desemprego nos EU Apode chegara 30%.

— Saúde é prioridade, mas estou assustado porque o problema econômico pode ser tão grande quanto — disse Rubens Menin, fundador da MRV, segundo o Valor.

# Setor de serviços, fortemente afetado, pede ações do governo

CNC reivindica prazo maior para pagamento do IR, liberação de saque de até 50% do FGTS para trabalhadores e crédito para capital de giro

O Globo · 23 março 2020 · JOÃO SORIMA NETO joao.sorima@sp.oglobo.com.br SÃO PAULO

Maior empregador do país, o setor de serviço sé oque sofre mais diretamente os efeitos da pandemia do coronavírus. Só nas atividades de turismo, bares e restaurantes, acrise coloca em risco ao menos 9 milhões de vagas imediatamente,de acordo com estimativas do segmento. Como fechamento de estabelecimentos em algumas capitais, a partir desta semana, representantes do empresariado esperam novas medidas de socorro dos governos para evitar demissões em massa.



A Confederação Nacional do Comércio (CNC) enviou uma série de reivindicações ao governo federal para ajuda rose tora atravessara crise. As medidas incluem a postergação do pagamento do Imposto de Renda e demais contribuições por um prazo de 180 dias, a liberação de saque de até 50% do FGTS para os trabalhadores e a adoção da suspensão temporária do contrato de trabalho (o chamado lay-off), além de linhas de crédito sem juros ou com juros subsidiados pelo governo para capital de giro, que são os recursos necessários para o dia a dia da empresa. O setor pede ainda o aumento provisório do limite de crédito consignado para 40% do salário ou benefício.

## RISCO DE DESEMPREGO

O economista-chefe da CNC, Carlos Thadeu de Freitas, estima que o turismo pode perder R\$ 4 bilhões em receitas em apenas dois meses.

— Hotéis, bares e restaurantes precisam receber incentivos fiscais, o que significa adiamento do pagamento de impostos e do FGTS de trabalhadores. O setor de serviços é o mais prejudicado e, especialmente no turismo, se não houver esse tipo de medida, o desemprego será maciço —afirmou.

Com seis milhões de empregados e movimentação de R\$ 250 bilhões ao ano, a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel) reivindica que os trabalhadores do setor recebam

um salário mínimo (R\$ 1.405) do governo federal enquanto os estabelecimentos estiverem impedidos de operar. Antes do fechamento compulsório, o movimento nos bares e restaurantes já havia caído mais de 70%.

— Reivindicamos junto ao ministro da Economia que o setor seja tratado como essencial e que cada trabalhador receba um salário mínimo, para que não se tenha uma corrida ao seguro-desemprego — disse Paulo Solmucci, presidente da Abrase, lembrando que falta capital de giro, já que 80% dos estabelecimentos são de pequeno porte e que alguns já colocaram os empregados em aviso prévio.

Solmucci afirma que o setor depois negociará com concessionárias de energia e de água o parcelamento ou adiamento do pagamento das contas. Com as prefeituras, a Abrasel quer negociar uma ajuda no vale-transporte a esses trabalhadores. O setor representa 2,7% do PIB brasileiro, mas, apenas no turismo, os bares e restaurantes representam 33% do PIB do setor e 50% do emprego.

No setor aéreo, a Associação Internacional de Transporte Aéreo (Iata) vê perda de receitas de até US\$ 113 bilhões no segmento este ano em todo o mundo. Ontem, o BNDES afirmou que trabalha na elaboração de ações específicas para empresas aéreas, restaurantes, hotéis e turismo.

Os 577 shoppings do país, que empregam 3 milhões de pessoas, estimam queda de R\$ 15 bilhões em vendas por mês com o fechamento determinado em algumas capitais, segundo a Associação Brasileira de Shopping Centers (Abrasce). A Abrasce e a Associação Brasileira de Lojistas de Shopping (Alshop) reivindicam linhas de crédito aos lojistas, redução de alíquotas de tributos, suspensão de processos tributários, além de isenção de impostos. Na semana passada, a Alshop obteve uma liberação de crédito do governo paulista.

— Trata-se de uma linha de crédito de R\$ 500 milhões, com taxas de juros de 0,35% ao mês. Também estamos pleiteando junto ao governo federal a liberação do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) para bancar os salários dos funcionários — disse Nabil Sahyoun, presidente da Alshop.

#### HOTEL SEM RESERVAS

Dono de um hotel em São Bernardo do Campo, no ABC paulista, Roberto Moreira, que é presidente do Sindicato das Empresas de Hospedagem e Alimentação do Grande ABC (Sehal), viu as novas reservas caírem a zero nas últimas semanas. Dos 60 quartos, pouco mais de 15 estão ocupados por hóspedes que vieram prestar serviços na região. Com a quarentena imposta pelo governo de São Paulo, ele terá de fechar o hotel e dará férias aos seus 20 funcionários. Ele conta que entre os 12 mil bares e restaurantes do ABC já há notícias de demissões, suspensão do contrato de trabalho e férias coletivas.

— O movimento já estava ruim, mas não era obrigatório fechar. No próximo dia 5 é que vamos ver o que vai acontecer — disse ele, que avalia que o lay-off pode ser uma alternativa para que os estabelecimentos não demitam funcionários treinados.

# ‘HAVERÁ UMA RECESSÃO GLOBAL, E NENHUM PAÍS ESTÁ IMUNE’

“Deixamos o importante para depois e agora estamos nessa situação. Passada a fase aguda da crise, essas reformas que não aprovamos vão fazer muita falta”

---

O Globo · 22 março 2020 · EDUARDO SALGADO E RENATO ANDRADE economia@oglobo.com.br

---

O ministro Paulo Guedes lançou um pacote de medidas econômicas com dois objetivos: ajudar os mais vulneráveis e manter os empregos. O dinheiro anunciado é suficiente?



Os R\$ 147 bilhões anunciados na segunda-feira têm muito pouco dinheiro novo. Cerca de metade é antecipação de gastos que seriam feitos no segundo semestre de qualquer maneira. As duas parcelas do 13º salário dos aposentados, por exemplo, teriam que ser pagas por volta de setembro e depois no fim do ano. Fora isso, não diria que o dinheiro para os aposentados deveria ser o principal foco agora. Eles têm uma fonte de renda que não se altera com os problemas que estamos vivendo. O dinheiro deles está garantido. O mais interessante foi anunciado pelo governo na quarta-feira. São os cerca de R\$ 15 bilhões para auxiliar as pessoas que estão fora do mercado formal de trabalho. Essas são as pessoas mais vulneráveis. Elas não têm di-

reito a seguro-desemprego. Falo de trabalhadores como os motoristas do Uber. São pessoas que, se pararem de trabalhar, estarão totalmente desamparadas.

A quantia anunciada para os mais vulneráveis é adequada?

Não temos uma resposta para isso hoje. A resposta depende de variáveis que não conseguimos estimar. Não está claro se o Brasil vai tentar mitigar a propagação do coronavírus, fechando algumas coisas, ou se vai fechar tudo na tentativa de suprimir o contágio, como fez a Itália. O governo não mandou fechar tudo. Caso as coisas voltem a funcionar em algumas semanas ou em poucos meses, talvez os R\$ 15 bilhões sejam suficientes. Temos que monitorar a situação.

A decisão do governo de postergar o pagamento de impostos das empresas ajuda no sentido de manter os empregos?

É parte da solução. O pacote do governo também permite corte de até 50% da jornada e dos salários dos trabalhadores formais. Mas temos que pensar em outras medidas para segurar as empresas. Muitas não vão aguentar dois ou três meses paradas.

Qual é o tamanho do desafio?

Estamos vivendo o maior desafio do ponto de vista da saúde e da economia dos últimos cem anos. A sensação é que estamos voltando para o século XIX. Nunca experimentamos nada remotamente parecido. Hoje temos certeza de que haverá uma recessão global, e nenhum país está imune. Ninguém pode ajudar ninguém. Pelos meus cálculos preliminares, o PIB brasileiro deve encolher 2,5% este ano. Mas que fique claro: nossa preocupação maior deve ser a saúde. O foco deve ser tomar os cuidados para salvar o maior número de vidas possível. Em segundo lugar, vem a economia. Nem o período da gripe espanhola, em 1918, nem o da Grande Depressão, a partir de 1929, parecem ter apresentado essa combinação de forma tão severa.

Qual a sua avaliação sobre a decisão do BC de baixar a Selic, a taxa básica de juros da economia, para 3,75% esta semana?

O BC poderia ter baixado mais. Não acho que está nem remotamente adequado. Mesmo com o dólar indo a R\$ 5 ou mais um pouco, não temos pressões inflacionárias. Este ano a inflação deve fechar abaixo de 3%. Podemos baixar a Selic para 3% ou menos ainda. Se for preciso, lá na frente, a gente aumenta de novo. Alguns argumentam que temos que nos preocupar com a inflação de 2021, mas meu ponto é que o ano que vem ainda está longe. O que está tirando meu sono não é a inflação de 2021. Baixar o juro agora não afeta o regime de metas, que obviamente eu sempre defendi.

Baixar mais os juros terá algum efeito neste momento em que as pessoas estão cada vez mais em casa e as lojas fechando?

Em algum momento, vamos sair de casa e as lojas vão reabrir. E temos que incentivar as pessoas a voltar a consumir. Temos que usar todas as alavancas que temos para tentar estimular a demanda. Isso sem falar na necessidade de fazer as coisas andarem também no lado dos investimentos.

O que mais o BC poderia fazer para proteger famílias e empresas?

Teremos que ver o governo fazer um pouco do que os americanos chamam de moral suasion (a tentativa de forçar empresas a adotarem certas medidas mesmo que a lei não as obrigue). O

governo vai ter que chamar os cinco maiores bancos, que estão capitalizados, e dizer que eles não poderão travar a concessão de crédito. Claro que o BC terá que dar apoio. O governo pode dizer que, se os bancos tiverem problemas lá na frente, haverá ajuda. Sempre falamos da concentração bancária como um problema. Agora pode nos ajudar. Uma outra alternativa é fazer com que o Fundo Garantidor de Crédito, uma entidade privada mantida pelos bancos, compre carteiras de crédito. Claro que é preciso cuidado para não incentivar abusos. Nosso desafio é manter a economia enquanto as pessoas estiverem em casa. E crédito é fundamental.

O senhor é a favor de ampliar o déficit fiscal para 2020?

Sim. Mas isso é totalmente diferente de defender a eliminação do limite do teto de gastos, que restringe o crescimento das despesas públicas. Mais do que nunca temos que manter o teto. A própria legislação permite que o governo não cumpra o limite em casos extremos, como os de calamidade pública, que o Congresso acabou de dar aval. Então, o governo poderá exceder o teto este ano, sem problema. Estamos vivendo uma situação excepcional. Uma coisa é gastar a mais este ano. Outra é jogar fora a lei do teto de gastos e perder a disciplina fiscal. Em algum momento, em 2021 ou 2022, o país vai ter que voltar ao limite até para evitar uma crise de dívida soberana. É difícil prever os próximos meses. É menos difícil olhar os próximos anos.

A aprovação de reformas, como a PEC Emergencial e a administrativa, não ajudaria as contas públicas?

Não vejo essas reformas serem aprovadas. O país e o Congresso estão parando. O governo Bolsonaro perdeu muito tempo com as prioridades erradas. Falo de coisas como prorrogar carteira de motorista, porte de armas... Deixamos o importante para depois e agora estamos nessa situação. Passada a fase aguda da crise, essas reformas que não aprovamos vão fazer muita falta.

O senhor não acredita que a crise do coronavírus vai fazer o presidente Jair Bolsonaro mudar de estratégia e de prioridades?

O presidente Bolsonaro não tem capacidade psicológica nem intelectual para entender o tamanho do desafio que estamos vivendo. A vida dele foi toda baseada no enfrentamento. Desde o começo do mandato, ele teve várias oportunidades para mudar de comportamento, mas não mudou. Não consigo vê-lo adotando uma postura que ajude a passar as reformas. Ele ainda acredita que é “o cara”. Mas o apoio popular dele está menor e vai decrescer ainda mais. O risco é termos um presidente cada vez mais antagonista e descolado da realidade.

# Com paralisação de empresas, prefeituras já sentem baque nas contas

Municípios dependentes de importações da China foram os primeiros impactados pelo coronavírus. Alguns já preveem cortes

O Globo · 22 março 2020 · PEDRO CAPETTI [pedro.porto@infoglobo.com.br](mailto:pedro.porto@infoglobo.com.br)

A paralisação de setores da indústria, do comércio e serviços, por causa das medidas de combate ao novo coronavírus, e o desabastecimento de insumos vindos da China para algumas empresas já começam a se refletir no caixa dos municípios. A queda de arrecadação, o menor volume de transferências e o risco de desemprego fazem os prefeitos refazerem as contas para garantir o funcionamento de serviços essenciais, como saúde, educação, e o apoio social, principalmente para os informais. A Confederação Nacional dos Municípios (CNM) estima que os repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), principal receita de 81% das cidades, serão menores que o previsto por causa do impacto da pandemia na arrecadação de Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e da retração do PIB. Antes do coronavírus, cerca de R\$ 118 bilhões eram aguardados em repasses, um aumento de 6% na comparação com 2019. — Para que possamos dar o atendimento necessário, evidentemente precisamos de recursos. E vamos ter problemas de arrecadação, que será bem menor — afirma Glademir Aroldi, presidente da CNM. A redução do consumo das famílias, um dos motores do PIB brasileiro na lenta retomada do crescimento, também preocupa os gestores locais. Uma vez que a circulação de pessoas está sendo restringida e eventos e negócios foram cancelados ou adiados, a fim de evitar novas contaminações, brasileiros estão consumindo menos, reduzindo impostos como o ICMS, que incide sobre o mercadorias, e o ISS, sobre o serviços. — Todos os municípios, de uma forma ou de outra, serão atingidos, seja os menores, mais dependentes de FPM, ou os maiores, dependentes de ISS e ICMS — explica François Bremaeker, economista e gestor do Observatório de Informações Municipais. Manaus, a principal cidade importadora de produtos da





China, os efeitos da pandemia do coronavírus levou ao fechamento parcial das fábricas, comprometendo a atividade nas linhas de produção. Segundo o prefeito Arthur Virgílio Neto (PSDB), para enfrentar as frustrações de arrecadação na Zona Franca e na economia, ele já anunciou um contingenciamento de 9,2% no orçamento de R\$ 5 bilhões para 2020, preservando setores com saúde e educação: — Há um componente de coronavírus e de crescimento econômico (na necessidade de contingenciar). Na nossa principal receita (Zona Franca de Manaus), vamos ter um impacto direto no ICMS e no ISS. Seja qual for a perda de arrecadação, temos que nos adequar.

### MEDO DO DESEMPREGO

Em uma possível expansão dos casos de coronavírus para o interior, muitas cidades precisam de recursos para arcar com infraestrutura de saneamento e equipamentos. Diante do quadro, a CNM levou aos Três Poderes um ofício, solicitando a manutenção dos repasses do FPM no mesmo nível de 2019 e pedindo aumento de R\$ 4,65 bilhões para a Saúde. A turbulência em diversos setores da economia tem gerado muita apreensão também entre os trabalhadores. A expectativa de crescimento do PIB em 2020, com avanço de empregos, deu lugar a uma provável recessão e ao temor de demissões. Se, antes, a preocupação era com a contaminação, agora o receio inclui também a manutenção da ocupação e da renda. — No começo, havia somente um medo de contágio pelo próprio material que estávamos operando, que vinha da China. Com a falta de material para trabalhar e com a queda da demanda, a preocupação de perder o emprego ficou maior — afirma Luciene da Silva, de 53 anos, funcionária da Sun Tech, empresa que monta celulares para a LG em São José dos Campos (SP) e que concedeu férias coletivas por dez dias aos funcionários. Na Blue Tech, empresa que também monta aparelhos para a LG, em Caçapava (SP), a produção de cerca de 20 mil celulares por dia foi reduzida para 8 mil, com a falta de componentes, como placas, conectores e LCD. A velocidade na linha de montagem para atender à demanda de brasileiros por smartphones deu espaço à ociosidade. — Havia expectativa de ser o melhor ano desde a crise, com lançamentos de celulares, e agora vem esse baque. Não sabemos o que pode acontecer no dia de amanhã — lamenta Isabel Orioli, de 41 anos, funcionária da área de logística da Blue Tech, que também adotou férias coletivas.

A retração na produção e nos negócios preocupa o prefeito Gustavo Reis (MDB) de Jaguariúna (SP). Hoje, cerca

de 25% da arrecadação de ICMS da cidade vêm da Flextronics, empresa que produz celulares para a Motorola e que, por falta de insumos vindos da China, desde o início do mês, faz um revezamento de férias coletivas com os 3.500 funcionários. Um movimento que deverá ser sentido em outros municípios do país. — Evidentemente, o volume de faturamento afeta a arrecadação. Agora tudo vai depender de como a economia vai reagir no segundo semestre — afirma Reis.

Em São José dos Campos (SP), onde fica a sede da Embraer, o temor é pelo possível impacto do adiamento na entrega de aeronaves a curto prazo, a pedido de clientes, diante da diminuição do fluxo de passageiros por causa da Covid-19. A empresa é a principal fonte de arrecadação de impostos do município.

# BNDES lança pacote de ações de apoio que soma R\$ 55 bilhões

Principal novidade foi o anúncio de R\$ 5 bi para capital de giro, que especialistas consideraram insuficientes

Por Francisco Góes e Rodrigo Polito — Rio

23/03/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

**Contra o coronavírus**  
Medidas de apoio anunciadas.

**R\$ 20 bilhões**

Transferência de recursos PIS/Pa  
para o FGTS

**R\$ 19 bilhões**

Suspensão de pagamentos de operações  
diretas com o BNDES, incluindo juros  
e principal, por seis meses

**R\$ 11 bilhões**

Suspensão de pagamentos de operações  
indiretas (repasso via agentes financeiros),  
incluindo juros e principal, por seis meses


**R\$ 5 bilhões**

Capital de giro para pequenas e médias  
empresas (repasso via agentes  
financeiros), com carência de até

A expectativa do BNDES é que **150 mil empresas, que empregam 2 milhões de pessoas**, sejam beneficiadas

Fonte: BNDES






Alvo de críticas pela demora na resposta aos efeitos do novo coronavírus, que devem desacelerar de forma dramática a economia brasileira este ano, o BNDES anunciou ontem as primeiras medidas de apoio a trabalhadores e empresas no enfrentamento da pandemia.

As ações somam R\$ 55 bilhões, sendo que uma parte delas - a transferência de R\$ 20 bilhões do PIS-Pasep para reforçar o FGTS - já havia sido divulgada pelo governo há uma semana. De novo, o pacote incluiu a suspensão por seis meses dos pagamentos de empréstimos contratados por empresas junto ao BNDES, no total de R\$ 30 bilhões, e a ampliação de capital de giro para micro, pequenas e médias empresas em R\$ 5 bilhões.

O BNDES também informou que ficam suspensos os pagamentos antecipados de recursos ao Tesouro, o que dá fôlego ao banco para trabalhar em medidas adicionais em uma segunda etapa.

O pacote do BNDES foi definido por economistas de diferentes tendências como “tímido” e “modesto”, embora haja o reconhecimento de que outras medidas poderão ser anunciadas. “É uma primeira aproximação para testar o mercado e ver o que as empresas precisam para depois, eventualmente, complementar”, disse um executivo com passagem pelo banco. O BNDES informou que também estuda medidas setoriais que poderão ser anunciadas no curto prazo, incluindo o setor aéreo e o de turismo, bares e restaurantes.

As ações foram anunciadas pelo presidente do BNDES, Gustavo Montezano, em uma transmissão pela internet que contou com a participação do presidente Jair Bolsonaro. “São medidas iniciais do BNDES, que faz jus ao ‘S’ de social”, disse Bolsonaro. Ele também afirmou que novas medidas virão para dar uma resposta a “esse mal que nos aflige agora”.



Montezano negou que o banco tenha demorado a dar uma resposta à crise. “Esses R\$ 55 bilhões são super relevantes e representam quase o mesmo valor desembolsado pelo banco em 2019”. E continuou: “Em pouco menos de uma semana apresentamos medida dessa materialidade. Isso aqui é uma jornada, não é algo que se encerra agora. Na verdade, isso é só um primeiro passo. O banco está trabalhando quase sete dias por semana para entregar novos produtos. E vamos trazer mais produtos e soluções nas próximas semanas.”

A suspensão das amortizações em contratos de crédito por seis meses foi dividida entre operações diretas - aquelas feitas pelas empresas diretamente com o BNDES - e as indiretas, realizadas via agentes financeiros. As medidas valem para principal e juros, mas não mexem nos prazos totais das operações.

Nas operações diretas, o efeito estimado pelo banco com a suspensão temporária dos pagamentos é de R\$ 19 bilhões. Nas indiretas, chega a R\$ 11 bilhões. Nos dois casos, o diferencial que deixará de ser cobrado por seis meses será incorporado ao saldo devedor. As empresas podem pleitear a suspensão desde que a situação junto ao BNDES esteja regular.

No capital de giro, além de oferecer mais dinheiro, o banco amplia o leque de empresas que podem tomar recursos e os valores passíveis de contratação. Uma fonte disse que o capital de giro do BNDES estava limitado a empresas com faturamento de até R\$ 90 milhões por ano, número que passa para R\$ 300 milhões anuais. O limite de crédito por beneficiário por ano será elevado de R\$ 10 milhões para R\$ 70 milhões. As empresas terão 24 meses de carência e cinco anos de prazo total para pagar esses novos financiamentos.

A medida do capital de giro foi considerada “importante” por economistas, pois os recursos poderiam ser usados para pagar dívida mais cara contraída com o próprio BNDES - inclusive essa que poderá ter as amortizações suspensas agora, mas que ficará mais “pesada” para as empresas ao fim do contrato.

“As ações do BNDES são modestas, não condizem com o quadro de crise mundial. De linhas novas, está se falando em R\$ 5 bilhões. O resto é refinanciamento, isto é, as parcelas e juros são jogadas pra frente e acumuladas no saldo devedor”, tuitou,

(IFI), órgão do Senado. Para ele, os valores anunciados são modestos para cobrir o que pode ser uma “quebradeira geral” de empresas.

“Um dos maiores bancos de desenvolvimento do mundo tem que atuar de maneira firme”, afirmou o economista ao **Valor**. Ele disse que a Espanha anunciou um pacote emergencial de € 200 bilhões, equivalente a 20% do PIB daquele país, e o Tesouro dos Estados Unidos elevou o pacote econômico para US\$ 1 trilhão.

Um executivo disse que, em 2017, o BNDES lançou linha de capital de giro de R\$ 20 bilhões, mas reconheceu que houve demora para desembolsar. Outro economista afirmou que o apoio do governo na crise, incluindo o BNDES, equivaleria a menos de 3% do PIB do país. “De forma geral, os pacotes [no mundo desenvolvido] não têm sido menores do que 5% do PIB”.

O coordenador do Centro de Estudos do Mercado de Capitais (Cemec-Fipe), Carlos Rocca, listou três desafios com relação ao financiamento para o capital de giro das empresas: a agilidade para a liberação dos recursos; a flexibilização dos critérios de concessão dos empréstimos, já que muitas empresas podem não ter garantias de recebíveis, por estarem com as operações interrompidas; e o prazo das operações. “As empresas deixaram de vender e têm contas a pagar”.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

### LINK PATROCINADO

Tônico contra calvície que reativa células-tronco vira febre em Salvador  
HAIR POWER

### LINK PATROCINADO

Tendência, este óculos está bombando nas redes sociais  
ELITE ÓCULOS

### LINK PATROCINADO

Não podemos acreditar quem é a namorada de Camila Pitanga  
GAME OF GLAM

### LINK PATROCINADO

Príncipe Harry pode não ser o filho do príncipe Charles!



# Corte de terceirizados no setor público pode gerar uma onda de judicialização

Orientação da administração federal é reduzir ou mesmo suspender serviços prestados

Por **Murillo Camarotto** — De Brasília


23/03/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

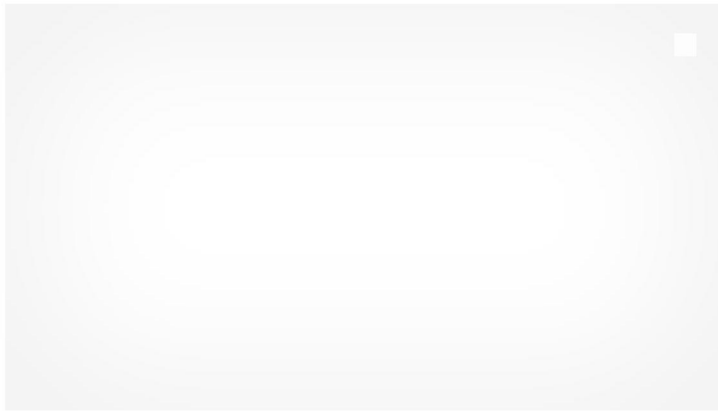
---

A administração pública poderá enfrentar uma grande onda de judicialização relacionada aos contratos firmados com empresas fornecedoras de mão de obra terceirizada. Com o avanço da pandemia do coronavírus, muitas dessas empresas estão recebendo ofícios de órgãos públicos solicitando uma redução drástica na demanda de trabalhadores, mas sem os devidos esclarecimentos a respeito dos custos relacionados a esses cortes.

Diante da queda brusca na necessidade de recepcionistas, seguranças, secretárias e faxineiros, por exemplo, os órgãos e as entidades da administração pública federal estão sendo orientados pelo Ministério da Economia a reduzir ou mesmo suspender os serviços prestados pelas empresas terceirizadas “até que a situação se regularize”.

Ocorre que ainda não houve uma sinalização clara de como as empresas devem lidar com os trabalhadores, ou seja, se é melhor demiti-los ou mantê-los empregados. Independentemente da estratégia a ser adotada, os custos deveriam ser totalmente ou parcialmente assumidos pelos órgãos públicos, esclarece o advogado Murillo Jacoby, sócio do escritório Jacoby Fernandes & Reolon Advogados Associados.





Ads by Teads

Ele lembra que a Lei de Licitações autoriza redução unilateral de até 25% do valor dos contratos, mas explica que, no caso específico da terceirização de mão de obra, os custos de eventuais substituições ficam a cargo do contratante. “A administração pública não tem o direito de mandar as pessoas ficarem em casa sem dizer como a conta vai ser paga.”

Na sua avaliação, como o cenário atual é de uma situação excepcional, a melhor solução seria negociar caso a caso com as empresas, especialmente as pequenas e médias, que ficarão mais vulneráveis. O advogado alerta que demitir os trabalhadores não é uma alternativa inteligente. “Vai haver custos elevados para o desligamento e depois vai ser difícil recontratar, porque a 8.666 [Lei de Licitações] veda”.

Um caminho possível seria negociar flexibilizações na forma de execução de contrato, como redução de carga horária e de salários, mas sem alterar o valor final.

Na semana passada, a Advocacia-Geral da União (AGU) publicou comunicado interno direcionado aos gestores de contratos administrativos do órgão. O texto classifica como “indiscutível” a premissa de que a situação atual para o cumprimento desses contratos está fora da normalidade.

Entre as recomendações, consta uma para que seja estabelecido um canal direto de comunicação com as empresas fornecedoras e que elas priorizem para envio ao trabalho pessoas fora do grupo de risco mais elevado da covid-19. No caso de redução ou suspensão dos serviços terceirizado, a orientação é que sejam mantidos os salários do terceirizado, descontando-se somente os valores referentes a vale-transporte e vale-refeição dos dias não trabalhados.





Preocupado com os desdobramentos da crise sobre esses contratos, o ministro da AGU, André Mendonça, determinou pessoalmente aos integrantes do departamento trabalhista do órgão que faça os apontamentos necessários para auxílio jurídico ao Ministério da Economia.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

### LINK PATROCINADO

Tônico contra calvície que reativa células-tronco vira febre em Salvador  
HAIR POWER

### LINK PATROCINADO

Tendência, este óculos está bombando nas redes sociais  
ELITE ÓCULOS

### LINK PATROCINADO

Não podemos acreditar quem é a namorada de Camila Pitanga  
GAME OF GLAM

### LINK PATROCINADO

O tradicional preto está em alta confira!  
SHOW DE ÓCULOS

por taboola

---

## Leia em Valor Investe

### VALOR INVESTE

Coronavírus hoje: número de infectados no Brasil aumenta

### VALOR INVESTE

Pandemia de coronavírus pode durar até dois anos, estima agência de saúde alemã

### VALOR INVESTE

Petrobras, Vale, Ambev e bancos lideram perda de valor de mercado no Ibovespa com coronavírus



COMENTÁRIOS

## Crise amplifica formas alternativas de trabalho

Atuação remota e automação ganham mais espaço, mas podem afetar emprego, dizem especialistas

Por **Bruno Villas Bôas** — Do Rio

23/03/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

---



A expectativa de um longo período de confinamento provocado pelo novo coronavírus vai acelerar mudanças estruturais no mercado de trabalho, como a adoção mais frequente de home office pelas empresas e a automação de funções consideradas repetitivas, como atendentes e caixas, avaliam economistas ouvidos pelo **Valor**.

São mudanças que já estavam em curso no país e no mundo e que vêm acompanhadas de novos desafios, como a qualificação de trabalhadores. Especialistas temem também pela menor oferta de postos de trabalho, além de uma crescente precarização das relações trabalhistas.

Cosmo Donato, economista da LCA Consultores, explica que o home office era uma das principais mudanças em andamento no mercado de trabalho antes do coronavírus ter imposto a quarentena a milhões de pessoas. É uma transformação que vem ocorrendo de forma lenta, e não apenas porque envolve uma mudança cultural nas empresas.

“O home office pode ajudar as empresas a reduzir seus custos fixos, como espaço de escritório. Mas exige maior inserção de tecnologia na rotina dos funcionários e depende da capacidade de adaptação do funcionário. É preciso saber usar plataformas digitais de trabalho em equipe. Certas áreas operacionais, de fábrica, nem sequer conseguem aderir”, diz Donato.

O estímulo ao trabalho não presencial pode ser positivo em uma série de circunstâncias, como na telemedicina, que vem crescendo em diferentes países, mas ainda é proibida no Brasil, diz Rogério Barbosa, pesquisador do Centro de Estudos da Metrópole da USP. Por outro lado, ele acredita que, em algumas circunstâncias, pode ser um fator redutor de empregos.

“Um professor ministra aula presencial para 50 alunos. Um professor virtual pode ter milhares, milhões de pessoas numa sala de aula on-line. Isso significa que menos pessoas são necessárias para realizar a mesma quantidade de trabalho. É produtivo, mas, se não houver empregos alternativos, mesmo os qualificados podem sofrer com o desemprego”, diz Barbosa.

O confinamento imposto pelo combate ao novo coronavírus também estimula automação. Empresas que robotizaram serviços de atendimentos - caixas, pedágios e linhas de produção - tendem a ser menos afetadas pela ausência de funcionários. Para especialistas, essa constatação pode incentivar planos de empresas no futuro.

“É claro que a automação exige planejamento e investimento. Isso não vai ser feito a toque de caixa durante a crise. Mas, após ela, as empresas podem ser incentivadas a isso. A questão que fica é como elas vão sair da crise, com dinheiro? Isso vai depender”, afirma Bruno Ottoni, pesquisador da consultoria IDados.

Levantamento da consultoria mostra que mais da metade dos empregos formais e informais no Brasil (58,1% do total) pode ser substituída por máquinas nos próximos dez a 20 anos, o equivalente a 52,1 milhões de postos de trabalho. Esse é o percentual dos empregos classificados na faixa de “risco alto” (maior do que 70%) de serem automatizados.

Especialistas apontam que as mudanças estruturais impactam especialmente a parcela mais pobre da população. É ela, inclusive, a que mais deve sofrer em uma crise do mercado de trabalho nos próximos meses. Alocados em postos informais, sem proteção trabalhista, esses trabalhadores dependem da renda gerada pela oferta de bens e serviços nas ruas.

Para Naércio Menezes Filho, professor da cátedra Ruth Cardoso do Insper, a paralisação generalizada da economia durante a pandemia do novo coronavírus pode provocar a elevação da taxa de desemprego nacional dos atuais 11% para níveis recordes de 25%, superando o pior momento da recessão recente enfrentada pelo país.

“O mercado de trabalho informal vinha evitando que a taxa de desemprego aumentasse, mas, sem ninguém saindo nas ruas, essa válvula de escape se perde. O empregado formal também vai ser afetado”, diz o pesquisador, que acredita em melhora superado o pior momento do contágio. “Com as pessoas voltando para as ruas, o informal se recupera.”

Menezes Filho concorda que o mercado de trabalho precisa passar por

economista Ricardo Paes de Barros em entrevista publicada na sexta-feira pelo **Valor**. “Deveria se produzir mais flexibilidades em horários de trabalhos, mudar a cultura de sincronismo”, diz o economista.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

### LINK PATROCINADO

Tônico contra calvície que reativa células-tronco vira febre em Salvador

HAIR POWER

### LINK PATROCINADO

Tendência, este óculos está bombando nas redes sociais

ELITE ÓCULOS

### LINK PATROCINADO

Não podemos acreditar quem é a namorada de Camila Pitanga

GAME OF GLAM

### LINK PATROCINADO

O tradicional preto está em alta confira!

SHOW DE ÓCULOS

---

## Leia em Valor Investe

### VALOR INVESTE

Pandemia de coronavírus pode durar até dois anos, estima agência de saúde alemã

### VALOR INVESTE

Coronavírus hoje: número de infectados no Brasil aumenta

### VALOR INVESTE

Petrobras, Vale, Ambev e bancos lideram perda de valor de mercado no Ibovespa com coronavírus



SEJA O PRIMEIRO A COMENTAR





Por Sergio Lamucci

É repórter do Valor desde o fim de 2003. Em 2002, ganhou o P... [ver mais](#)

## Crise requer ações mais ousadas

A dramaticidade do cenário requer ações mais fortes e ousadas das autoridades, e é possível tomá-las sem comprometer estruturalmente as contas públicas

23/03/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

A disseminação do coronavírus vai causar um choque violento na economia brasileira neste ano, refletindo a combinação do impacto das medidas de distanciamento social sobre a atividade doméstica e do efeito negativo da pandemia sobre a economia global. O Brasil deverá ter uma recessão no primeiro semestre, com o PIB encolhendo na média do ano - o J.P. Morgan espera uma queda de 1% e o Goldman Sachs, de 0,9%, enquanto o diretor do ASA Bank, Carlos Kawall, ex-secretário do Tesouro e ex-diretor do BNDES, projeta uma retração de 3%.

Esse cenário exige respostas firmes e pouco comuns das autoridades, envolvendo ações do Ministério da Economia, do Banco Central (BC) e dos bancos públicos. Numa situação emergencial como essa, são necessárias medidas extraordinárias, que justificam a elevação temporária dos gastos públicos. É preciso evitar a tentação de aumentar despesas de modo permanente, mas esse risco não pode levar a uma atuação tímida. A atividade vai despencar nos próximos meses, comprometendo especialmente a renda de trabalhadores informais e a receita de micro e pequenas empresas.

**Dinheiro precisa chegar a informais e a pequenas empresas**

Nesse cenário, é importante que essas empresas tenham acesso facilitado a capital de giro, para manter o fôlego no período de confinamento. Os bancos públicos podem ter um papel importante na tarefa, num momento em que há o risco de o crédito privado faltar. Caixa, Banco do Brasil e BNDES têm anunciado linhas de crédito para esse fim, mas é crucial que esse dinheiro chegue de fato aos pequenos empresários.

Permitir que as empresas adiem o recolhimento de mais impostos, como o governo fez com os tributos federais do Simples Nacional, é uma outra opção para dar um alívio financeiro para companhias que podem perder toda - ou quase toda - a receita por algumas semanas ou meses, a depender da extensão das medidas de quarentena.

Outra medida fundamental é garantir renda aos informais. Na semana passada, o Ministério da Economia anunciou que essa parcela dos trabalhadores terá direito a R\$ 200 por três meses, benefício que pode atingir de 15 milhões a 20 milhões de brasileiros. A iniciativa vai na direção correta, mas pode ser necessário atingir um número maior de pessoas e elevar um pouco o valor. Acabar com as injustificáveis filas de acesso ao Bolsa Família e aos benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) também é primordial.

No front monetário, o BC ainda tem munição. Os juros estão baixos para padrões brasileiros, com a Selic em 3,75% ao ano, mas há espaço para a taxa cair mais. O Brasil vive um quadro diferente do observado nos países avançados, onde os juros já estão no chão ou abaixo de zero e os bancos centrais adotam programas de

segue extremamente comportada, e há possibilidade de o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ficar abaixo de 2,5% neste ano, o piso da banda de tolerância da meta.

Juros mais baixos ainda tiram alguma pressão da dívida pública, que deve ter um ano de alta em 2020. O endividamento bruto tende a voltar a subir como proporção do PIB por causa do tombo da economia e do aumento do déficit primário (receitas menos despesas, sem incluir gastos com juros). No quadro atual, porém, o crescimento da dívida bruta não é grave, ainda que ela esteja em 76% do PIB, um número elevado para mercados emergentes, que têm um endividamento médio na casa de 55% do PIB.

A situação delicada da economia justifica a elevação de gastos e torna a piora fiscal um aspecto secundário, desde que exista o cuidado para não aumentar despesas de modo permanente. Para enfrentar a pandemia, será necessário elevar expressivamente as despesas com saúde - algo que é permitido pelo teto de gastos, o mecanismo que limita o crescimento dos dispêndios não financeiros da União. O teto permite a abertura de créditos extraordinários para gastos como os que terão de ser feitos num quadro de emergência como a atual.

Os próximos meses serão muito complicados para a economia brasileira, a exemplo do que ocorre no mundo. A pandemia de coronavírus causa ao mesmo tempo um choque de oferta e de demanda. A expectativa dominante é que a atividade mergulhe abruptamente e comece a se recuperar alguns meses depois, mas há muita incerteza sobre quando e como vai ocorrer a retomada depois do tombo, que deve se concentrar no segundo trimestre. Fazer o dinheiro chegar a trabalhadores informais e pequenas empresas é talvez o maior desafio, sendo crucial para atenuar o impacto da crise e evitar uma recessão ainda mais forte.

Em texto publicado no blog do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), o economista Samuel Pessôa dá uma outra ideia para enfrentar o problema da enorme queda na atividade econômica no período de maior distanciamento social. Para ele, não faz sentido manter as rendas monetárias inalteradas nesse cenário. Se isso ocorrer, "começará a aparecer um excesso de recursos financeiros frente à produção, que contribuirá para desorganizar a



“Assim, é irreal que todos os contratos se mantenham inalterados e que todas as rendas se mantenham inalteradas com a produção parada. Aqui podemos imaginar um redutor. Todas as rendas a partir de um piso devem ser cortadas em uma parcela. Todos os salários, inclusive do setor público, e todos os aluguéis. O mesmo aplica-se para as mensalidades escolares e de clubes, por exemplo”, afirma ele. “Juros reais devem ter o mesmo redutor. O mesmo não se aplica às rendas variáveis, lucros e dividendos, pois serão naturalmente reduzidas”. Isso valeria por um prazo curto, enquanto durarem as medidas mais duras de quarentena, segundo Pessoa. Com a adoção da proposta, haveria também uma piora fiscal menos intensa, diz o pesquisador do Ibre/FGV, avaliando que, dada “a excepcionalidade do momento, seria possível encontrar figura jurídica que desse suporte a uma ação dessa natureza”.

A dramaticidade do cenário requer ações mais fortes e ousadas das autoridades, e é possível tomá-las sem comprometer estruturalmente as contas públicas. Demorar para agir com mais determinação poderá ter um custo elevado para a economia.

**Sergio Lamucci é editor de Brasil e escreve quinzenalmente**

**E-mail: [sergio.lamucci@valor.com.br](mailto:sergio.lamucci@valor.com.br)**

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

### LINK PATROCINADO

Tônico contra calvície que reativa células-tronco vira febre em Salvador  
HAIR POWER

### LINK PATROCINADO

Tendência, este óculos está bombando nas redes sociais  
ELITE ÓCULOS

### LINK PATROCINADO

O tradicional preto está em alta confira!  
SHOW DE ÓCULOS

### LINK PATROCINADO

Professor descobre fórmula para crescer cabelo  
NANOA



## Governadores pedem articulação nacional urgente

Governadores tentam antecipar medidas de combate ao coronavírus, mas reclamam de paralisia da União e pedem diálogo e integração nacional

Por **Malu Delgado** — De São Paulo

23/03/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

---





Casagrande, do Espírito Santo, diz que “quem tem os instrumentos para enfrentar essa crise é o governo federal” —  
Foto: Leo Pinheiro/Valor

Os 27 governadores do país tentarão fazer uma reunião emergencial amanhã com os ministros da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, e da Economia, Paulo Guedes. Os governadores cobram do presidente Jair Bolsonaro que articule, com urgência, uma coordenação nacional com um gabinete de crise em sintonia com os Estados para controlar, de maneira organizada, todas as ações de saúde pública, assistência social e medidas econômicas de combate à pandemia de coronavírus no Brasil.

Os grupos de WhatsApp dos governadores, tanto o geral, com os 27, quanto os regionais, estão em atividade frenética 24 horas por dia. A sensação geral dos políticos é de despreparo de Jair Bolsonaro para agir nesta crise de maneira republicana e suprapartidária, como o momento exige. Diante da inação do governo federal e da dificuldade de diálogo, os governadores têm editado uma série de decretos estaduais para suspender parcialmente o funcionamento de comércios locais e regulamentar controle sanitário em aeroportos e estradas, por exemplo. O governo federal reagiu tardiamente com a edição de uma medida provisória e um decreto, no sábado, para definir quais serviços fundamentais devem funcionar no país.

Os governadores elogiam de forma unânime os esforços de Mandetta, mas apontam a postura do ministro da Saúde, que tem feito contatos diretos com todos os secretários estaduais da pasta, como uma exceção no Executivo federal. “Estamos desmobilizando todas as atividades econômicas, e isso tem um impacto fenomenal na nossa receita, no desemprego, na atividade empreendedora. Tudo isso precisa ser coordenado de forma ampla pelo governo federal, e é isso que queremos que ele faça. Quem tem os instrumentos para enfrentar essa crise é o governo federal, porque precisa emitir títulos, o Executivo federal tem papel moeda, pode aumentar déficit, etc. Numa hora dessas o déficit está em segundo plano porque é a vida das pessoas que está em jogo. Precisamos dessa coordenação nacional”, afirmou o governador do Espírito Santo. Renato Casagrande (PSB). □

Segundo Casagrande, a luta contra a pandemia tem diversas dimensões - de saúde pública, econômica e de assistência social - e as informações e medidas em todas essas esferas precisam ser debatidas nacionalmente.

“Paulo Guedes tem que chamar uma reunião com os Estados. No meio de uma crise gravíssima como essa, sanitária e econômica, de saúde pública, o governo federal ignora os Estados. Ignora, como se não existíssemos! Isso é um escândalo absoluto. A exceção é o ministro Mandetta, que tem conversado com todos os secretários de Saúde e tenta organizar alguma coisa”, afirmou o governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB). Segundo o maranhense, a crise da covid-19 vai provocar uma “hecatombe fiscal”. “Só o Maranhão vai perder R\$ 1 bilhão de receitas neste ano.” Em todo o Nordeste, a estimativa é que a perda de receita poderá atingir 25% com a crise, disse o governador de Alagoas, Renan Filho (MDB).

As medidas que os governadores estão implementando, segundo Dino, são as possíveis, dentro da margem de atuação que possuem. Os governadores reclamam, por exemplo, de ainda não haver uma central organizada para a compra e distribuição de insumos médicos. “A gente faz uma medida aqui, outra acolá, compensatória. Botei o álcool gel na cesta básica, para diminuir ICMS. São pequenas medidas, porque não temos espaço fiscal nos Estados e não temos instrumentos de política econômica. Eu não tenho o BNDES, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal. Eu não posso emitir títulos da dívida pública”, alfineta Dino.

Na sexta-feira, os nove governadores do Nordeste fizeram uma reunião virtual. Discutiram, basicamente, sobre a compra de testes, álcool gel, máscaras, respiradores e outros produtos prioritários para a rede pública de saúde ter estrutura mínima para atender os infectados. Hoje, os sete governadores das regiões Sul e Sudeste também farão uma videoconferência para tentar articular uma ação conjunta de pressão sobre o governo federal. “Estamos pedindo recursos livres para a saúde, para ajudar a montar novos leitos de UTI, e a postergação da dívida dos Estados para 2021”, disse Casagrande.

No fim de semana, os governadores receberam comunicados de presidentes de agências reguladoras. “Recebi um monte de cartinhas. O presidente do Banco Central mandou ofício dizendo que ele que manda nos bancos; o presidente da

nos portos; o da Anac (Agência Nacional de Aviação Civil) dizendo que ele que manda nos aeroportos. Ou seja, eles estão preocupados em saber quem manda em quê, e parece que estão fora do mundo real. O Brasil se acabando e eles mandando cartinhas para dizer que eles é que mandam”, criticou o governador do Maranhão.

Na tentativa de mostrar que está no comando, Bolsonaro editou uma medida provisória no sábado para definir regras de funcionamento das estradas e aeroportos. A União quer garantir a circulação de mercadorias e evitar colapsos econômicos e de abastecimento. A Bahia e o Maranhão conseguiram autorização judicial para fazer controle sanitário nos aeroportos, diante da recusa da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) em exercer o papel. As rugas políticas entre Bolsonaro e os governadores, sobretudo com João Doria (PSDB), de São Paulo, têm impedido o governo federal de articular reunião ampliada, o que é a grande queixa.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

### LINK PATROCINADO

Tônico contra calvície que reativa células-tronco vira febre em Salvador  
HAIR POWER

### LINK PATROCINADO

Tendência, este óculos está bombando nas redes sociais  
ELITE ÓCULOS

### LINK PATROCINADO

Não podemos acreditar quem é a namorada de Camila Pitanga  
GAME OF GLAM

### LINK PATROCINADO

O tradicional preto está em alta confira!  
SHOW DE ÓCULOS

por taboola

## Leia em Valor Investe

---

### VALOR INVESTE

Governo zera IPI de álcool gel, máscaras e outros itens



# Montadoras começam a parar produção hoje em todo o país

Entre esta segunda-feira e o fim de abril mais de 90 mil trabalhadores estarão afastados das fábricas

Por **Marli Olmos** — De São Paulo

23/03/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

---



A partir de hoje, as linhas de montagem começam a ser desligadas em todo o país. A primeira montadora a tomar essa decisão foi a General Motors, há cinco dias. E, como num efeito dominó, todas as demais seguiram o mesmo caminho nos dois dias que se seguiram. Nissan e Hyundai são as únicas que ainda resistiam até sexta-feira, mas podem decidir pela paralisação a qualquer momento. Entre hoje e a última dezena de abril mais de 90 mil trabalhadores estarão afastados das fábricas - incluindo algumas da Argentina. Em média, mais de 10 mil veículos deixarão de ser produzidos por dia.

Os períodos da paralisação, provocada pelo agravamento da disseminação da covid-19, variam de três a quatro semanas, embora algumas empresas já tenham alertado que poderão postergar a data de retorno, dependendo da situação. Os métodos usados para o afastamento dos operários misturam férias coletivas, bancos de horas e folgas. São ferramentas já conhecidas por essa indústria, que recorre a elas toda a vez que aparece uma crise. O grupo PSA Peugeot Citroën não divulgou que ferramentas usará para interromper a atividade.

De maneira geral, os fabricantes de veículos informaram que a decisão de paralisar temporariamente as fábricas visa proteger funcionários, familiares e a comunidade do entorno da pandemia do novo coronavírus. Mas, não fosse isso, as linhas parariam por falta de peças. Aliás, o presidente da Scania, Christopher Podgorski, alertou para esse problema e o presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos (Anfavea), Luiz Carlos Moraes, chegou a citar, numa entrevista, antes de a pandemia atingir dados mais alarmantes, o temor de faltarem peças a partir de abril.

Como a produção de veículos depende de itens importados, a indústria automobilística já se preparava para enfrentar os efeitos do início da pandemia na Ásia, de onde chega a maior parte das peças importadas, e onde fábricas de componentes paralisaram no pico da contaminação.

Durante parte do tempo em que as equipes da área produtiva estiverem afastadas das fábricas o pessoal da área administrativa continuará, em grande parte, em esquema de trabalho remoto.

É uma situação pela qual setores produtivos como a indústria automobilística nunca haviam passado antes. Mesmo com mais fôlego do que empresas de menor porte para aguentar longos períodos de paralisação, as multinacionais do setor têm dúvidas de como vão administrar um cenário de incertezas.

Total de dez montadoras paralisarão fábricas entre hoje e quarta-feira: Volkswagen, General Motors, Fiat Chrysler, Ford, Caoa Chery, Toyota, Honda, BMW, PSA Peugeot Citroen e Mercedes-Benz (caminhões, ônibus e automóveis).

A indústria de caminhões trabalha com produção sob encomenda. Por isso, algumas marcas manterão as fábricas em operação mais alguns dias. No dia 30, porém, vão parar: Volkswagen Caminhões, Scania e Volvo.

Este prometia ser o quarto ano consecutivo de crescimento de vendas de veículos no país. Projeções indicavam que o mercado interno poderia crescer até 10% em 2020, reduzindo significativamente o problema de capacidade ociosa nas indústrias de veículos e de autopeças. Impossível pensar em aumento de vendas de bens de alto valor, como automóveis, num país que tende a entrar em recessão.

A partir de agora, as projeções são as mais pessimistas, embora nenhuma empresa ou entidade do setor arrisque palpites. O susto que toda a população tomou põe por terra a tímida recuperação de confiança do consumidor no primeiro bimestre, quando os volumes de vendas de automóveis superaram os de igual período do ano passado e de 2018. O mesmo acontece com o mercado de caminhões, que em 2019 apresentou crescimento acima do esperado pelos fabricantes.

Na semana passada, dirigentes do setor disseram ao **Valor** estar preocupados em manter ao menos a frota circulante em ordem para evitar o colapso na entrega de bens de primeira necessidade. O presidente da Federação Nacional da Distribuição de Veículos, Alarico Assumpção Junior, disse que oficinas operando com bom estoque de peças de reposição são essenciais para atender viaturas policiais, bombeiros e ambulâncias.





Segundo Podgorski, da Scania, as entidades do setor estão em reuniões constantes para alertar as autoridades sobre a necessidade de manter “o transporte de mercadorias imprescindíveis”.

A situação dos concessionários é grave. Com as lojas fechadas, nos próximos dias, não há sequer como fazer promoções do que está no estoque das mais de 7 mil revendas do país. O estoque seria suficiente para 30 dias caso fosse mantido o ritmo de vendas do início do mês. “O cenário é preocupante a partir de agora”, destaca Assumpção Junior.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

### LINK PATROCINADO

Tônico contra calvície que reativa células-tronco vira febre em Salvador

HAIR POWER

### LINK PATROCINADO

Tendência, este óculos está bombando nas redes sociais

ELITE ÓCULOS

### LINK PATROCINADO

Não podemos acreditar quem é a namorada de Camila Pitanga

GAME OF GLAM

### LINK PATROCINADO

O tradicional preto está em alta confira!

SHOW DE ÓCULOS

por taboola

## Leia em Valor Investe

---

### VALOR INVESTE

Coronavírus hoje: número de infectados no Brasil aumenta

### VALOR INVESTE

Pandemia de coronavírus pode durar até dois anos, estima agência de saúde alemã

---



## Mais do Valor **Econômico**

### **Pacote dos EUA deve chegar a US\$ 2 trilhões, diz secretário do Tesouro**

Steven Mnuchin voltou a pedir nesta segunda-feira que o Senado aprove rapidamente o pacote econômico proposto pela Casa Branca para amenizar os impactos da pandemia



23/03/2020 10:31 — Em Mundo

### **Bolsonaro admite suspender pagamentos de dívidas estaduais, mas quer ouvir Guedes**

23/03/2020 10:31 — Em Política

### **Alemanha aprova pacote de mais de 750 bi de euros contra coronavírus**

Medidas suspendem “freio da dívida” e reativam fundo de estabilização de empresas criado na crise de 2008; ministro vê contração do PIB de 5%



23/03/2020 10:29 — Em Mundo

## **Ibovespa opera em forte baixa; investidor monitora ações de BCs**

Investidores acompanham medidas para mitigar os efeitos do coronavírus na economia

23/03/2020 10:23 — Em Finanças

## **Tarpon aumenta participação na Kepler Webes para 30%**

Gestora se tornou a maior acionista da empresa em dezembro

23/03/2020 10:20 — Em Agronegócios

## **Alpargatas adota trabalho remoto e fecha lojas no Brasil e no exterior**

Companhia avisa que vai adaptar linhas de produção para fabricar produtos para profissionais de saúde, como jalecos, calçados e outros itens

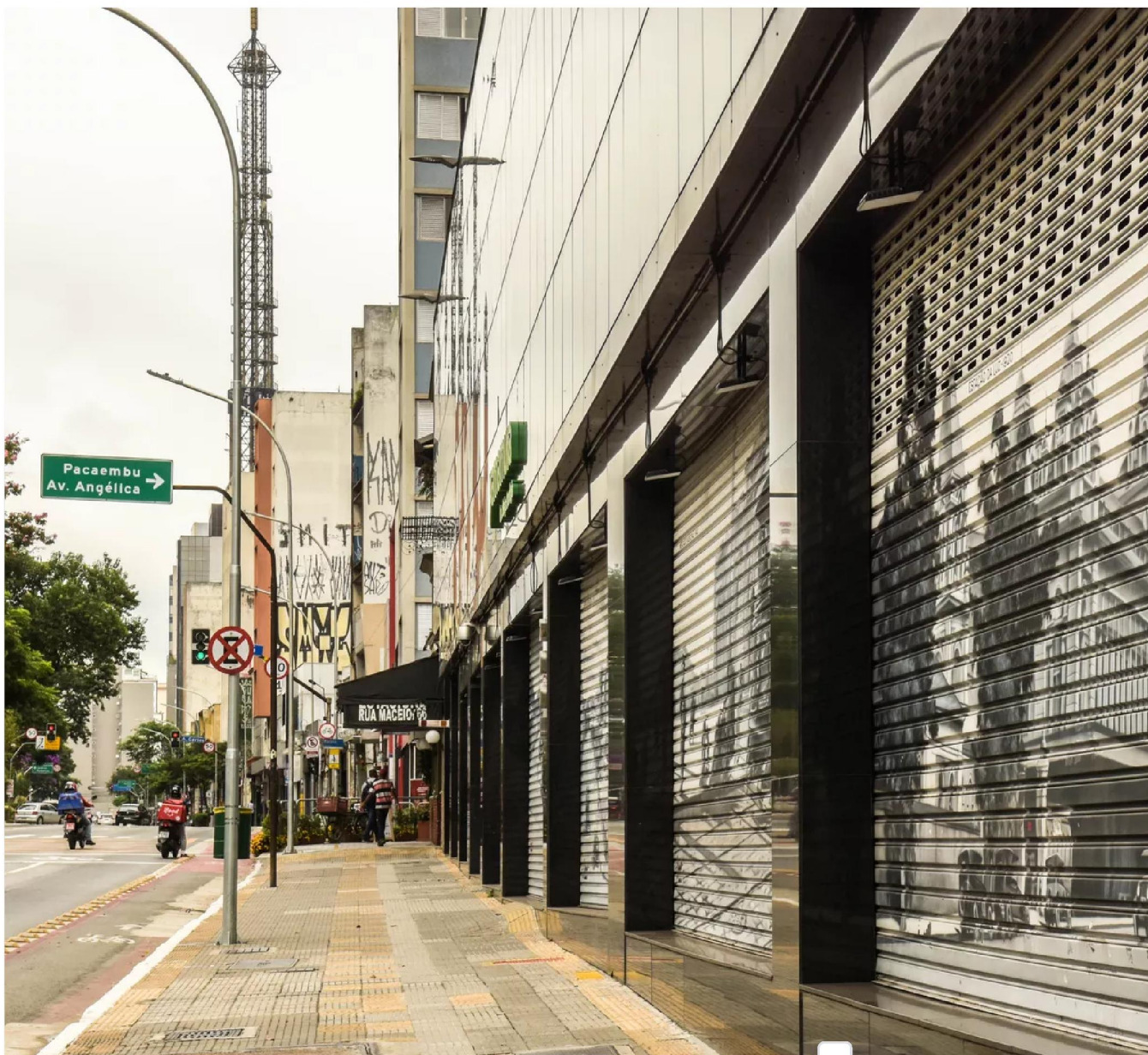


# Salvar as pessoas, as empresas e o emprego

O governo deve garantir a solvência das empresas e o emprego. Não importa o custo do ponto de vista fiscal

Por L.C. Bresser-Pereira

23/03/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas





— Foto: Silvia Zamboni/Valor

Há duas semanas a economista Leda Paulani afirmou que a crise do coronavírus seria mais grave do que a crise de 2008. Minha reação foi um “talvez”. Talvez viesse a ser, mas eu não estava seguro. Agora, estou. Associada à pandemia há uma gravíssima crise econômica em formação que levará ao desemprego e à quebra das empresas de todo o mundo, ou, pelo menos, à uma forte redução de suas receitas e dos seus lucros.

As empresas de serviço estão parando porque todos os eventos que puderem ser adiados estão sendo adiados. As famílias, ameaçadas pelo desemprego, estão reduzindo as suas compras. As empresas comerciais estão enfrentando uma forte queda de vendas, e as empresas industriais, mesmo que não tenham sido obrigadas a reduzir a produção para evitar a propagação do vírus, não têm alternativa senão diminuir sua produção dada a falta de demanda.

## **O governo deve garantir a solvência das empresas e o emprego. Não importa o custo do ponto de vista fiscal**

Na China, onde primeiro apareceu o coronavírus, houve uma prática bem-sucedida de isolamento ou confinamento social e a expansão da doença parece ter sido controlada, mas diversos estudos indicam que nos primeiros três meses a redução da produção naquele país foi de 30%. É muita coisa. Mesmo que façamos a previsão otimista que no segundo trimestre a produção ficará no nível do ano anterior, e nos dois últimos trimestres aumente 8% a cada trimestre, a queda do PIB chinês em 2020 será de 8% (-12+2+2). É muita coisa, e desconfio que estou sendo muito otimista.

Que fazer diante de um quadro como este? No plano da saúde é o isolamento e o aumento urgente da capacidade do SUS de enfrentar a pandemia. É não poupar gastos para dar capacidade ao Estado de proteger a saúde da população. E no plano

solvência das empresas e o emprego. Não importa quanto custe do ponto de vista fiscal.

Uma crise financeira como a Crise Financeira Global de 2008 resultou da quebra de alguns grandes bancos e empresas de seguro e de muitas famílias - todos porque haviam se endividado de maneira irresponsável. Agora não há irresponsabilidade de alguns agentes econômicos situados em posições-chave na economia, mas há a perspectiva de grave redução das vendas e maior redução dos lucros, acompanhada de forte aumento do desemprego porque a melhor defesa que a sociedade tem contra o vírus é o isolamento das pessoas.

A economia mundial deverá ser praticamente paralisada por pelo menos três meses, mas os custos das empresas continuarão a ser incorridos, não apenas os custos fixos, mas também grande parte dos custos variáveis precisarão ser mantidos dado o objetivo de manter o emprego. Em momentos como este, vemos quão importante é ter um Estado forte e capaz. E saber usá-lo. O governo já decretou situação de calamidade pública. Fez bem. Isto o libera dos limites legais estabelecidos para o seu gasto. Está prometendo crédito para as empresas.

Isto é o mínimo. Mas em um quadro completamente novo como esse que o mundo e o Brasil estão enfrentando, o governo precisa também pensar de maneira nova. Agora o que o governo brasileiro, como, aliás, os governos de todos os países, deve fazer é usar seu Estado para salvar as pessoas da morte, para salvar as empresas da quebra, e para salvar os empregos. O Estado em cada nação tem esse tríplice salvamento como capacidade e como missão. Seu governo não pode ficar calculando qual será o impacto de cada medida que tome na dívida pública. Ela aumentará agora como aumentou em todo o mundo em 2008.

Não basta aumentar o crédito para as empresas. No seu último artigo no **Valor** Martin Wolf relata a proposta de dois notáveis economistas, Emmanuel Saez e Gabriel Zucman, da Universidade da Califórnia, Berkeley. Para eles “a forma mais direta de prover [...] seguro é ter um governo atuando como comprador de última instância. Se o governo substituir totalmente a demanda que se evapora, cada empresa pode continuar pagando seus trabalhadores e mantendo seu estoque de capital, como se estivesse operando [...] normalmente”.

Para colocar em prática uma política como essa é preciso haver coordenação com o Banco Central. Este já reduziu os juros, e foi importante que o fizesse, mas há uma segunda crise, mais precisamente, ameaça de crise que não pode ser desconsiderada. Antes do coronavírus o liberalismo econômico radical do governo, além de causar estagnação econômica, já nos ameaçava com crise financeira - com a continuidade da crise financeira de 2014. Esta foi uma crise financeira interna; foi definida pela falta de expectativas de lucro das empresas e paralisação do crédito privado.

Agora é o crédito externo que está diminuindo, como vemos pela retirada maciça de recursos estrangeiros da Bolsa de Valores brasileira, enquanto o déficit em conta-corrente aumenta principalmente devido ao aumento dos juros, dividendos e serviços pagos ao exterior. É a conta da desnacionalização que nos está sendo cobrada. Com o aumento do déficit em conta-corrente e a diminuição dos financiamentos externos, o dólar alcança a cada dia um novo recorde.

Uma crise financeira crônica? Pode parecer estranho, mas em dezembro de 1998 desencadeou-se uma crise financeira que se tornou crônica, só tendo realmente terminado com a crise financeira de dezembro de 2002. Desta vez, a crise financeira de 2014 e a recessão de 2015-2016 causaram a queda dos salários, da inflação e dos juros, mas a crise não chegou à sua solução por falta de demanda.

Os países ricos estão tomando medidas de emergência para enfrentar a propagação do vírus e a recessão provocada pela paralisação das empresas. O atraso da Itália neste ponto está tendo consequências trágicas para o país. Como vários governadores já se deram conta, o Brasil também não pode se atrasar. Mas seus poderes são limitados. Além de enfrentar o coronavírus e enfrentar a própria recessão, o Brasil precisa recuperar a confiança externa, que foi destruída neste último ano. É preciso que os credores externos vejam que nós também estamos fazendo com responsabilidade a nossa parte no enfrentamento da crise.

**Luiz Carlos Bresser Pereira, ex-ministro da Fazenda, é professor emérito da FGV.**

# Supremo pode referendar ações de Estados e municípios

Por **Isadora Peron e Murillo Camarotto** — De Brasília

23/03/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

---

A decisão de Estados e municípios de fecharem aeroportos e rodovias para conter o avanço do coronavírus elevou a outro patamar o embate federalista com o presidente Jair Bolsonaro. Como reação, o governo editou uma medida provisória (MP) afirmando que essas medidas são de competência federal. Se o tema chegar ao Supremo Tribunal Federal (STF), porém, a visão dos ministros poderá ser influenciada pelo momento atual.

Ao **Valor**, um ministro do STF afirmou que o debate sobre a constitucionalidade da medida tomada pelos governantes inevitavelmente será avaliada dentro do “contexto” de crise causada pela propagação da doença. “Temos de olhar o contexto”, disse.

Questionado se considerava essas medidas justificáveis, diante de pandemia, ele disse acreditar que sim. “Acho que sim, veja o que mundo está fazendo.”

Um ministro de outra corte - o Superior Tribunal de Justiça (STJ) - consultado pelo **Valor**, no entanto, defendeu que a competência para a tomada desse tipo de decisão é federal. Para ele, não há como relativizar esse entendimento. “Não tem como, é regra constitucional de repartição de competências”, afirmou.

O advogado Luciano Barros, sócio da área de direito regulatório do escritório Figueiredo e Velloso Advogados, defendeu que, qualquer que seja a decisão, ela



deve ser tomada em conjunto pelas autoridades públicas - federais, estaduais e municipais - para evitar insegurança jurídica.

Segundo o advogado, assim que o governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel (PSC), anunciou que iria fechar as divisas, o escritório no qual trabalha recebeu uma consulta de uma empresa de banco de sangue que transporta componentes sanguíneos para o Rio, para saber se conseguiria entrar no Estado.

Na sexta-feira, o presidente Jair Bolsonaro decidiu editar uma MP para concentrar no governo federal o poder para a adoção de medidas que possam restringir o transporte de bens, a movimentação de pessoas e a manutenção de serviços durante a crise gerada pela epidemia do novo coronavírus.

A medida foi vista como uma “resposta política” aos governadores de São Paulo, João Doria (PSDB), e do Rio, que desde a semana passada têm criticado o que consideram uma apatia do governo em reagir ao avanço da epidemia. Os dois são vistos como possíveis adversários de Bolsonaro na corrida presidencial de 2022.

O governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), chegou a entrar na Justiça para tentar suspender a chegada de voos comerciais de passageiros, o que foi negado. Em seu despacho, o juiz considerou que a atribuição pertence ao governo federal.

Para Dino, o que levou os governadores a tomar essas decisões foi a postura “negacionista” de Bolsonaro. Ele apontou como exemplo o fato de o presidente ter participado de uma manifestação e apertar a mão de populares no último dia 15. “Houve omissões, lentidões, lacunas, e isso fez com que os governadores ocupassem esses espaços, que estava vazio por conta da orientação errada do Bolsonaro”, afirmou ao **Valor**.

Segundo Dino, mesmo após a MP, os governadores vão continuar tomando as medidas que acreditam ser necessárias para conter o avanço da doença.



## Usinas sucroalcooleiras pedem socorro ao governo

Empresas querem que o governo autorize o não recolhimento de PIS e Cofins por 120 dias

Por **Camila Souza Ramos** — De São Paulo

23/03/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

---





Luiz Gustavo Junqueira, diretor da Usina Alta Mogiana: queda de preços — Foto: Daniel Wainstein/Valor

Os produtores de etanol estão organizando uma lista de pedidos de socorro ao governo federal em meio à dupla crise que golpeou neste mês o segmento: o colapso da demanda por causa do coronavírus e o tobo do petróleo derivado de divergências entre Arábia Saudita e Rússia.

O **Valor** apurou que, de imediato, as empresas querem que o governo autorize o não recolhimento de PIS e Cofins por 120 dias, que seriam pagos posteriormente, ainda neste ano fiscal. Com isso, a expectativa é que as usinas tenham reforço em seu capital de giro para iniciar a safra que começará em abril (2020/21), garantindo o pagamento das despesas. Os grupos do segmento pagam R\$ 0,1309 por litro de PIS e Cofins.

A segunda reivindicação é a criação de uma linha de financiamento do BNDES atrelada ao programa federal RenovaBio para garantir ao menos a manutenção dos investimentos em produtividade, que não podem deixar de ser feitos sob pena de deterioração dos canaviais e redução dos ganhos nas safras seguintes. A ideia que está em gestação é que apenas as usinas certificadas para participarem do RenovaBio tenham acesso a esse recurso.

Circula também entre alguns membros do setor uma proposta de elevação da alíquota da Cide sobre a gasolina- hoje em R\$ 0,10 por litro. Segundo uma fonte, a medida poderia melhorar a competitividade do etanol hidratado ante o combustível fóssil mesmo ante vendas anêmicas.

As discussões estão em curso entre as associações representantes das usinas, como a União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (Unica) e a União Nacional do Etanol de Milho (Unem), e entidades estaduais. Também participam o Ministério de Minas e Energia (MME) e o BNDES, conforme uma fonte. O conjunto de pedidos será “aprimorado” antes de ser apresentado ao comitê de crise do governo.

Não se trata de uma articulação isolada no setor privado. O **Valor** e todas as cadeias

governo, já que a pandemia da covid-19 exige medidas de controle de circulação das pessoas que levam inevitavelmente a um choque na demanda.

A chegada do coronavírus no Brasil virou de ponta-cabeça o cenário alvissareiro que se armava para a próxima safra de cana no país. Após dois anos de preços de açúcar em patamares muitas vezes abaixo do custo de muitos produtores, o déficit global de oferta vinha oferecendo suporte aos preços. Além disso, o dólar vinha se mostrando cada vez mais favorável às exportações. Paralelamente, as perspectivas para o etanol eram de preços ainda sustentados por causa do consumo interno de combustíveis aquecido.

Em 15 dias, tudo mudou. Na primeira quinzena de março, as alterações no comportamento do consumidor foram mais significativas em São Paulo, mas sem um padrão, segundo Sergio Massilon, presidente da Associação das Distribuidoras de Combustíveis (Brasilcom). “Mas as previsões para a segunda quinzena nos parecem sombrias, com provável queda significativa de demanda de combustíveis”. Em breve, afirmou, as distribuidoras e revendedoras verão “um aumento nos estoques, em função das obrigações contratuais com os fornecedores, mormente com a Petrobras”.

Para piorar, a guerra do petróleo entre Arábia Saudita e Rússia, que não querem perder participação de mercado num cenário de redução de consumo, nem começou a se refletir nos preços da gasolina nos postos brasileiros.

Desde que os sauditas decidiram inundar o mundo de petróleo, em 8 de março, a Petrobras já cortou o preço da gasolina A (sem etanol anidro) nas refinarias em 20%. Nas bombas, a queda foi de 1%, na semana até o dia 21, segundo a ANP. Nesse período, o etanol hidratado já não estava mais competitivo que a gasolina nos principais polos de consumo, como São Paulo e Minas.

Para alguns analistas, o preço do etanol terá que recuar muito para retomar competitividade. “A acomodação da menor demanda se dará por um ajuste na paridade entre gasolina e etanol. Ou seja, o etanol será escoado e a menor demanda recairá sobre a gasolina”, avalia Luis Gustavo Correa, sócio da FG/A.



“O risco é termos margem negativa no etanol se não mudar o cenário”, disse Luiz Gustavo Junqueira, diretor comercial da Usina Alta Mogiana, de São Joaquim da Barra (SP). Ele estima que, se a gasolina C absorver toda a pressão do petróleo, o etanol será vendido na porta das usinas a R\$ 1,80 - preço que, para muitos, já não cobre todos os custos.

A tábua de salvação ainda pode ser o açúcar, já que muitas usinas conseguiram travar antecipadamente preço de exportação para a nova safra, além de receitas adicionais com cogeração de energia.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

### LINK PATROCINADO

Tônico contra calvície que reativa células-tronco vira febre em Salvador

HAIR POWER

### LINK PATROCINADO

Tendência, este óculos está bombando nas redes sociais

ELITE ÓCULOS

### LINK PATROCINADO

Não podemos acreditar quem é a namorada de Camila Pitanga

GAME OF GLAM

### LINK PATROCINADO

O tradicional preto está em alta confira!

SHOW DE ÓCULOS

por taboola

## Leia em Valor Investe

---

### VALOR INVESTE

Coronavírus hoje: número de infectados no Brasil aumenta

### VALOR INVESTE

Pandemia de coronavírus pode durar até dois anos, estima agência de saúde alemã

